

Adriana Schwindt da Costa

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL EM TERRITÓRIOS URBANOS:
UM ESTUDO ACERCA DO CONJUNTO EDIFICADO DA ÁREA
CENTRAL DA CIDADE DE RIO PARDO (RS)**

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^a Dr^a Heleniza Ávila Campos

Santa Cruz do Sul, maio de 2006

Aos meus pais, Bráulio e Maria Helena

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, meus sinceros agradecimentos à CAPES, cujo apoio financeiro foi fundamental para a realização deste trabalho de mestrado.

Um muitíssimo obrigado à minha orientadora amada, Prof^a Dr^a Heleniza Ávila Campos, que sempre apostou em mim e se fez presente em todos os momentos, tornando-se uma grande amiga e parte da “família”. Obrigada desde o dia em que me recebeste com tanto carinho na Arquitetura até a correria final para término deste nosso trabalho!

À Ana Ó. e Ana Laura que me “iniciaram” na questão da preservação patrimonial ainda no tempo da UFPel. À Ana Laura, o também obrigado pela força ainda no processo de seleção.

Aos colegas do mestrado, de quem tanto sinto saudades e orgulho – realmente, acho que nossa turma é o máximo!!

Aos professores do Programa que fizeram com que eu saísse, ao menos um pouco, da “caixinha” da arquitetura e urbanismo.

Um muito obrigado todo especial aos meus amores e companheiros do dia-a-dia que tiveram que suportar todas as “crises” decorrentes do desenvolvimento da dissertação e me encheram de amor: Hewerson e Mel.

Aos meus pais, Braulio e Maria Helena e mana Ju, que mesmo distantes – a Ju nem tanto... – sempre deram apoio e estiveram presentes na minha vida.

Aos pelotenses: minha “Vóvica Gorda”, tia Zara e familiares do “Luis”, pelos momentos maravilhosos na cidade que tanto amamos!

Um muito obrigado à “família Santacruzense”, os amados Miguel, Du, Binha, Ana e Heleniza, ah sim: Fifi, Nick, Bibi e Déli. Valeu pelas jantãs, cevas e momentos deliciosamente alegres e descontraídos – sem os nossos “happy hours” seria impossível concluir esta etapa. Em particular agradeço a, agora Mestre, Ana Flávia Marques pela leitura do trabalho, a amizade e apoio durante todo o processo.

*Para além da nostalgia do passado e do otimismo em relação a futuros que cantam,
reluz uma outra exigência, a qual toda geração precisa assumir:
a radicalidade da construção do presente.
Ao meditar sobre as ruínas do passado um novo homem pode emergir neste horizonte.
(Caroline Mitrovitch)*

RESUMO

A área central de Rio Pardo, nesta pesquisa denominada Centro Histórico, mantém grande parte das características originais da colonização portuguesa do século XIX, compondo um espaço com estilo arquitetônico do período colonial, com prédios que sofreram poucas descaracterizações. Entende-se que quanto maior o reconhecimento dos valores sobre um espaço, mais naturalmente este tende a ser conservado, por isso optou-se por trabalhar com o conjunto edificado que compõe a área central da Rio Pardo. O objetivo desta pesquisa é analisar a forma de articulação de elementos urbanos significativos na área histórica da cidade de Rio Pardo, pólo cultural e histórico na Região do Vale do Rio Pardo e do estado do Rio Grande do Sul, a partir do estudo de edificações e de espaços abertos públicos com valor histórico enquanto registros de territorialidades de usuários deste espaço. O método dialético permitiu a compreensão acerca do fenômeno social da apropriação do espaço urbano. Fez-se um estudo de caso – a cidade de Rio Pardo (RS) –, buscando combinar a pesquisa teórica, e a verificação de informações em campo, através de técnica de percepção topoceptiva, desenvolvida por Kohlsdorf (1996). Como resultado, percebe-se que o conjunto de Áreas-Pólo, Eixos de Interligação e Áreas de Influência da área central devem ser entendidos articuladamente em qualquer plano de intervenção para valorização do setor histórico como unidade territorial representativa dos valores simbólicos da cidade de Rio Pardo. Enquanto parte integrante da dinâmica urbana e regional, faz-se necessário compreender as articulações do Centro Histórico com a estrutura que o contém, considerando, inclusive, as principais rotas de acesso à cidade, as áreas de expansão urbana, os aspectos ambientais que caracterizam as margens dos rios e os demais elementos polarizadores da cidade.

ABSTRACT

The city of Rio Pardo central area, called in this research as Historical Center, keeps the majority of the original characteristics of the Portuguese settlement of the 19th century, composing a space with architectural style of the colonial period, with buildings that had suffered few dicharacterization. We understand that as there is more recognition of the values about a space, there are more chances of this area to be preserved, therefore the option for working with the buildings that compose the city of Rio Pardo central area. The objective of this research is to analyze the articulation form of significant urban elements in the historical area of Rio Pardo, cultural and historical pole of the Rio Pardo Valley Region and the state of Rio Grande do Sul. We analyzed the buildings and public spaces with historical value, while registration of territorialities and users of this space. The dialectic method allowed the understanding of the social phenomenon of the urban space appropriation. We did a case study – the city of Rio Pardo (RS) – in order to combine theoretical research the field research, through the technique of topoceptive perception, developed by Kohlsdorf (1996). As a result, we noted that the set of Pole-Areas, Interconnection Axles and Areas of Influence of the central area should be integrated in any plan for valuation of the historical sector as a representative territorial unit of the symbolic values of city of Rio Pardo. As part of the urban and regional dynamics, it is necessary to understand the articulations of the Historical Center with the surrounding structure considering, also, the main access routes of the city, the areas of urban expansion, the environmental aspects that characterize the rivers' margins and the remaining polarizing elements of the city.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Planta da Villa de Vianna (séc. XVIII).....	44
Figura 2: Planta da cidade de Ponta Delgada (1831).....	47
Figura 3: Planta da cidade de Angra.....	48
Figura 4: Conjunto de casa coloniais em fita.....	50
Figura 5: Fachadas do século XIX.....	50
Figura 6: Mapa do Brasil com divisão estadual.....	54
Figura 7: Mapa do Rio Grande do Sul com rodovias federais e estaduais e principais cidades.....	55
Figura 8: Mapa do estado do Rio Grande do Sul com divisão dos COREDES.....	56
Figura 9: Mapa do município de Rio Pardo com distritos.....	57
Figura 10: Mapa da cidade de Rio Pardo com bairros.....	58
Figura 11: Mapa com divisão do Rio Grande do Sul no ano de 1809.....	59
Figura 12: Conjunto colonial situado à rua Dr. João Pessoa.....	62
Figura 13: Conjunto colonial situado à rua Andrade Neves.....	62
Figura 14: Edificações na rua da Ladeira.....	63
Figura 15: Escadaria no passeio.....	63
Figura 16: Visual do rio Jacuí a partir da trav. Borba	64
Figura 17: Mapa da cidade de Rio Pardo.....	65
Figura 18: Vista da rua Andrade Neves.....	66
Figura 19: Vista da rua Gal. Osório a partir da Andrade Neves, em direção ao rio.....	66
Figura 20: Conjunto na rua Andrade Neves.....	66
Figura 21: Mapa da cidade de Rio Pardo com Rua Velha, São Nicolau, ruas Santo Ângelo e Ladeira, Fortaleza, Porto e malha urbana de 1829 e 1975.....	69
Figura 22: Prédio da antiga prefeitura.....	74
Figura 23: Prédio do antigo Fórum.....	74
Figura 24: Mapa com relação de prédios arrolados conforme Plano Diretor de Rio Pardo que estão inseridos na área urbana histórica de Rio Pardo.....	80
Figura 25: Mapa com localização dos prédios inventariados pelo IPHAE, inseridos no Centro Histórico de Rio Pardo.....	85
Figura 26: Mapa com área histórica de Rio Pardo considerada, conforme Lei nº 12.003/2003, Patrimônio Cultural do estado do Rio Grande do Sul.....	87
Figura 27: Mapa com localização das edificações inventariadas e área histórica.....	88
Figura 28: Áreas-Pólo.....	93
Figura 29: Praça Estação Férrea.....	94
Figura 30: Caixa d'água e Estação Férrea.....	94
Figura 31: Sede Estação Férrea.....	95
Figura 32: Armazém Estação Férrea.....	95
Figura 33: Sobrado Praça da Ponte.....	96
Figura 34: Hotel Ferroviário.....	96
Figura 35: Caixa d'água a partir do anexo, ao prédio principal da Estação Férrea.....	97
Figura 36: Vista caixa d'água e Estação Férrea.....	98
Figura 37: Vista armazém e trilhos.....	98
Figura 38: Vista além trilhos do trem.....	98
Figura 39: Vista rua da Ladeira.....	99
Figura 40: Vista calçamento rua da Ladeira.....	99
Figura 41: Casa do Juiz Abílio de Castro.....	100
Figura 42: Esquina das ruas Andrade Neves e Ladeira.....	101
Figura 43: Antiga Prefeitura Municipal.....	101
Figura 44: Sobrado Camargo.....	101

Figura 45: Casa Família Fanfa Onófrio.....	102
Figura 46: Casa do Turista.....	102
Figura 47: Vista conjunto Ladeira.....	102
Figura 48: Ladeira a partir da Andrade Neves.....	103
Figura 49: ladeira a partir da Júlio de Castilhos.....	103
Figura 50: Igreja Matriz.....	104
Figura 51: Vista praça Protásio Alves.....	104
Figura 52: Vista Fórum e praça.....	104
Figura 53: Igreja Matriz.....	105
Figura 54: Sobrado Visconde de São Gabriel.....	106
Figura 55: Residência Lima.....	106
Figura 56: Residência Domingos Cruzeiro.....	106
Figura 57: Acesso CORSAN.....	108
Figura 58: Vista dos Ingás – CORSAN.....	108
Figura 59: Planta baixa Forte em placa de mármore situada na CORSAN.....	109
Figura 60: Vista do rio Jacuí a partir do Forte.....	109
Figura 61: Vista interna CORSAN e Forte.....	109
Figura 62: Vista praça Santo Ângelo.....	110
Figura 63: Praça Santo Ângelo.....	110
Figura 64: Prédio Souza.....	112
Figura 65: Prédio Gilberto Muller.....	112
Figura 66: Pça São Francisco e Capela São Francisco.....	114
Figura 67: Pça São Francisco e Igreja Metodista.....	114
Figura 68: Capela São Francisco de Assis.....	115
Figura 69: Igreja Metodista.....	115
Figura 70: Prédio Borba.....	116
Figura 71: Sobrado Silva.....	116
Figura 72: Sobrado Fontana.....	117
Figura 73: Residência Igreja Metodista.....	117
Figura 74: Vista rua Arthur Falkembach a partir da pça São Francisco.....	118
Figura 75: Vista rua São Francisco a partir da pça São Francisco.....	118
Figura 76: Vista rua Francisco Borba Filho a partir da pça São Francisco.....	118
Figura 77: Mapa Eixos de Interligação no Centro Histórico de Rio Pardo.....	121
Figura 78: Esquema teórico do processo perceptivo.....	123
Figura 79: Efeitos topológicos.....	125
Figura 80: Efeitos perspectivos.....	126
Figura 81: Mapa mental.....	128
Figura 82: Mapa de análise visual segundo cinco elementos de Lynch.....	128
Figura 83: Mapa Percurso 1.....	130
Figura 84: Vista rua Gal. Osório a partir da Andrade Neves.....	131
Figura 85: Vista da rua Andrade Neves esquina trav. Matheus Simões.....	131
Figura 86: Vista da rua Andrade Neves esquina rua da Ladeira.....	131
Figura 87: Torre companhia telefônica.....	132
Figura 90: Esquina das ruas Andrade Neves e Almirante Alexandrino.....	133
Figura 91: Conjunto de prédios históricos na rua Andrade Neves.....	133
Figura 92: Antigo Senado da Câmara.....	133
Figura 93: Sobrado João Pereira Monteiro. Fachada rua Andrade Neves.....	134
Figura 94: Sobrado João Pereira Monteiro. Fachada rua Dr. João Pessoa.....	134
Figura 95: Sobrado de Raul Silveira	134
Figura 96: Clube Literário e Recreativo.....	135

Figura 97: Atual Prédio da Prefeitura.....	135
Figura 98: Residência Protásio Alves.....	135
Figura 99: Antigo Fórum.....	136
Figura 100: Casa do Juiz Abílio Castro e Antiga Prefeitura Municipal.....	136
Figura 101: Sobrado das Águias.....	136
Figura 102: Mapa percurso 2.....	137
Figura 103: Vista supermercado Imec.....	138
Figura 104: Vista conjunto Estação Férrea.....	138
Figura 105: Vista rua Gal. Osório.....	138
Figura 106: Sensação de mirante – rua Gal. Osório.....	139
Figura 107: Vista caixa d'água Estação Férrea.....	139
Figura 108: Casa Wigner.....	139
Figura 109: Hotel Ferroviário.....	140
Figura 110: Mapa percurso 3.....	141
Figura 111: Estação Rodoviária.....	142
Figura 112: Prédio Pellegrini/Wunderlich.....	142
Figura 113: Sul Hotel.....	143
Figura 114: Sul Hotel – acesso principal.....	143
Figura 115: Hotel Centenário.....	143
Figura 116: Mapa percurso 4.....	144
Figura 117: Vista da pça São Francisco a partir da rua Almirante Alexandrino.....	145
Figura 118: Vista da pça. São Francisco a partir da r Arthur Falk. com Francisco B. Fº... 145	145
Figura 119: Vista da rua Alm. Alexandrino a partir da rua São Francisco.....	145
Figura 120: Vista da Arthur Falkembach.....	146
Figura 121: Vista da rua Francisco Bosba Filho.....	146
Figura 122: Vista da rua São Francisco.....	146
Figura 123: Vista da rua Arthur Falkembach.....	146
Figura 124: Capela São Francisco de Assis.....	147
Figura 125: Prédio Rui Lima.....	147
Figura 126: Prédio Lima.....	147
Figura 127: Solar do Almirante Alexandrino de Alencar.....	148
Figura 128: Detalhe escadaria Solar do Alm. Alex. De Alencar.....	148
Figura 129: Prédio Magdala, Res. Leo Shultze e Prédio Fam. Bandeira e Benozati.....	149
Figura 130: Prédio Magdala.....	149
Figura 131: Residência Leo Schultze.....	149
Figura 132: Prédio Família Bandeira e Benozati.....	149
Figura 133: Sobrado Wunderlich e Igreja Matriz.....	150
Figura 134: Sobrado Wunderlich.....	150
Figura 135: Edifício residencial ao lado da Capela São Francisco.....	150
Figura 136: Mapa percurso 5.....	151
Figura 137: Vista da travessa Padre Broggi.....	152
Figura 140: Vista rua Júlio de Castilhos.....	152
Figura 141: Vista travessa do Rosário – praça Protásio Alves.....	153
Figura 142: Vista rua Cel. Franco Ferreira – 1º Usina Elétrica de Rio Pardo.....	153
Figura 143: Vista rua Francisco Alves.....	152
Figura 144: Mapa Áreas de Influência no Centro Histórico da cidade de Rio Pardo.....	154
Figura 145: Mapa forças centrífugas e centrípetas.....	156
Figura 146: Mapa forças centrífugas e centrípetas.....	161
Figura 147: Mapa Elementos polarizadores (nós).....	164

Figura 148: Mapa com forças centrífugas e centrípetas, elementos polarizadores e Centro Histórico da cidade de Rio Pardo.....	167
Figura 149: Quadro síntese dos elementos estudados para valorização do patrimônio histórico e cultural em territórios urbanos.....	168

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
-----------------	----

Seção 1

TERRITORIALIDADES NO ESPAÇO URBANO E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO..... 16

1.1 Os Princípios de Proteção Patrimonial e as Cartas Patrimoniais.....	19
1.1.1 A proteção patrimonial e a sua evolução no mundo ocidental.....	20
1.1.2 Breve síntese acerca das cartas e dos eventos internacionais sobre patrimônio.....	25
1.1.3 Conservação, preservação e tombamento na atualidade.....	33
1.1.4 A proteção patrimonial no Brasil.....	34
1.2 Território e Territorialidades no Espaço Urbano.....	38
1.3 Configuração do Traçado Português na Ocupação do Território Brasileiro: Algumas Notas.....	42
1.3.1 Os primórdios do urbanismo português.....	43
1.3.2 O traçado urbano português e os primeiros povoados gaúchos.....	48

Seção 2

A CIDADE DE RIO PARDO: FORMAÇÃO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO NÚCLEO URBANO..... 52

2.1 Aspectos Sócio-Econômicos e Político-Institucionais.....	55
2.2 Aspectos Urbanísticos e Territoriais.....	59
2.2.1 Sítio de implantação e caracterização das vias da cidade de Rio Pardo.	61
2.2.2 Um olhar sobre a paisagem urbana de Rio Pardo.....	64
2.3 Evolução Urbana de Rio Pardo.....	68

Seção 3

ÁREA URBANA DE RIO PARDO: OS MONUMENTOS E SUA RECORRÊNCIA IDENTITÁRIA NA PAISAGEM.....76

3.1 O Patrimônio na Cidade de Rio Pardo Segundo as Instituições Públicas Estaduais e Municipais.....	78
3.2 Metodologia e Critérios Utilizados para Análise do Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico do Centro Histórico de Rio Pardo.....	89
3.2.1 Áreas-Pólo.....	93
3.2.2 Eixos de Interligação.....	119
3.2.3 Áreas de Influência.....	154

Seção 4

TERRITÓRIOS URBANOS EM RIO PARDO: ANÁLISE A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL..... 158

4.1 Forças Centrípetas e Centrífugas que Atuam no Centro Histórico.....	160
4.2 Elementos Polarizadores (Nós).....	162
4.3 Aspectos Ambientais.....	165

CONCLUSÕES..... 170

REFERÊNCIAS..... 173

ANEXOS..... 176

INTRODUÇÃO

O município de Rio Pardo foi um dos primeiros a serem fundados no estado do Rio Grande do Sul, tendo sido um dos principais núcleos urbanos estratégicos do estado, devido ao seu caráter militar e a sua posição enquanto defensor da fronteira gaúcha. A

cidade mantém várias características da época de sua formação, como o traçado original e expressivo número de edificações e símbolos representativos da história da cidade. Devido a estas características, configura-se atualmente como um pólo cultural e histórico, tanto do estado quanto da região do Vale do Rio Pardo, na qual encontra-se inserido.

A atual dinâmica da cidade está concentrada na área central. Porém, identificam-se três locais significativos para a história da cidade, como a Estação Férrea; o local provável de localização do Forte Jesus Maria José – que atualmente abriga a Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN –; e o antigo porto, atualmente desativado. Interligando estes locais, estão as ruas Andrade Neves e General Osório. Estas ruas possuem duas características peculiares: o traçado reto – característica destoante do restante das ruas que possuem traçado sinuoso – e a continuidade, uma vez que estendem-se de leste a oeste e de norte a sul dos limites da cidade.

A área central de Rio Pardo, neste trabalho denominada de Centro Histórico, mantém grande parte de suas características originais, compondo um espaço com estilo arquitetônico do período colonial, com prédios que sofreram poucas descaracterizações, as quais quando ocorrem, podem vir a comprometer esta unidade do conjunto urbano típico da cidade. Entende-se que quanto maior o reconhecimento dos valores sobre um espaço, mais naturalmente este tende a ser conservado, por isto optou-se por trabalhar com o conjunto edificado que compõe a área central de Rio Pardo, considerando-se, que a maioria dos espaços históricos, relevantes para o presente estudo, estão nesta área, e levando-se em conta a sua relação com o espaço urbano em que se encontra inserida.

Iniciativas têm sido tomadas por parte da população, dos órgãos públicos e de setores privados, para recuperar alguns prédios e espaços urbanos de valor histórico, como é o caso do projeto de restauro, recém inaugurado, da antiga Escola Militar que, atualmente denomina-se Centro Regional de Cultura, tornando-se um local de referência na região e no estado.

É possível identificar a importância das edificações históricas enquanto representações de manifestações de poder impressas no território ao longo da história da cidade de Rio Pardo e do estado do Rio Grande do Sul. Porém, entende-se que estas edificações serão significativas para a atual dinâmica da cidade se estiverem incorporadas no cotidiano da mesma, bem como articuladas à sua atual dinâmica. Com isso, a pesquisa confronta-se com as seguintes questões: é possível reconhecer, no centro histórico de Rio

Pardo, as principais relações entre setores preserváveis da cidade e a apropriação do espaço contemporâneo? Quais os principais elementos de destaque que podem ser apreendidos, relativos ao patrimônio histórico e cultural, no conjunto do espaço edificado?

Para tanto, tem-se como principal objetivo nesta pesquisa analisar a forma de articulação de elementos urbanos significativos na área histórica da cidade de Rio Pardo, pólo cultural e histórico na Região do Vale do Rio Pardo e do estado do Rio Grande do Sul a partir do estudo de edificações e de espaços abertos públicos, com valor histórico, enquanto registros de territorialidades de usuários deste espaço. Para tanto, utilizou-se como ponto de partida o recorte definido pela Lei Estadual nº 12.003/2003 e as indicações de edificações consideradas preserváveis pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do estado do Rio Grande do Sul – IPHAE, constantes no Inventário do Patrimônio Cultural do estado, de 2001.

Como objetivos específicos, busca-se identificar os principais referenciais urbanísticos e construtivos da cultura portuguesa, presentes na realidade urbana da área central em estudo, visando entender as características tipológicas predominantes e os aspectos configuracionais que apresenta; objetiva-se ainda analisar os efeitos perceptivos que tal configuração urbana promove nos passantes, a partir da utilização de metodologia específica de análise visual realizada pela autora deste trabalho nos principais percursos internos da área central; procura-se ainda identificar diretrizes de articulação da área de estudo com a cidade e com a região, visando apontar para uma conservação integrada a processos de desenvolvimento urbano.

A construção de territórios na cidade pressupõe uma constante re-elaboração do espaço pelos seus usuários, sendo ao mesmo tempo influenciado pelas novas configurações espaciais e relações entre sociedade e natureza expressas a partir do seu uso. Neste sentido, para estudar o patrimônio no contexto urbano em que se encontra inserido buscou-se o auxílio da dialética, que ajudou a entender como se produz o fenômeno social da apropriação do espaço urbano, buscando agregar a abordagem qualitativa sobre a organização do espaço construído da área central em estudo. O trabalho busca combinar pesquisa teórica e verificação de informações em campo, através de técnica de percepção topoceptiva, desenvolvida por Kohlsdorf (1996).

A dissertação encontra-se estruturada em quatro seções: na primeira, intitulada *Territorialidades no espaço urbano e o patrimônio histórico*, são discutidos os principais

conceitos correlatos à pesquisa, tais como territorialidade urbana e patrimônio histórico e cultural.

Em *A cidade de Rio Pardo: formação e principais características do núcleo urbano*, segunda seção, apresenta-se uma caracterização histórica da formação do território urbano da cidade de Rio Pardo, apontando para os principais aspectos identificáveis na estrutura da cidade na atualidade.

A terceira seção, denominada *Territorialidades urbanas em Rio Pardo: os monumentos e sua recorrência identitária na paisagem*, contém, a partir do estudo da paisagem urbana, os principais elementos estruturadores do centro histórico de Rio Pardo, considerando três categorias básicas: as Áreas-Pólo, constituídas por elementos agregadores de construções e práticas cotidianas; os Eixos de Integração, que são as principais vias presentes na área de estudo; e as Áreas de Influência, que se caracterizam pela proximidade entre os demais elementos estruturadores do centro.

Na quarta seção, intitulada *Territórios urbanos em Rio Pardo: análise a partir de uma perspectiva de conservação patrimonial*, são feitas considerações e análises acerca dos resultados do trabalho de campo.

SEÇÃO 1

APORTE TEÓRICO:

TERRITORIALIDADES NO ESPAÇO URBANO E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO

A materialidade do espaço urbano, formado pela relação entre edificações, traçado, equipamentos urbanos entre outros aspectos, é o cenário em que se

desenvolve o cotidiano da população que dele se utiliza, constituindo-se igualmente em acúmulo de registros, decorrentes da sua história. Este espaço se transforma ao longo dos anos, sofrendo alterações que refletem as mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas da cidade como um todo. Portanto, o espaço urbano é dinâmico, estando em constante transformação, conforme as necessidades e interesses inerentes à população que nele habita. A valorização dos prédios representativos dessas relações existentes no tecido urbano das cidades implica em manter o registro da história e da vivência da população que ocupa esses espaços, definidos a partir das suas territorialidades.

A busca pela valorização do patrimônio histórico nas cidades, não é recente. Nos países europeus, a preocupação em preservar monumentos históricos é anterior à Revolução Industrial, e é após este período que se intensificam as preocupações com o patrimônio arquitetônico em escala mundial (ocidental), uma vez que as novas demandas de mercado, sobretudo da fase recente da Modernidade, tendiam à construção de novos referenciais dentro do espaço urbano, em contraposição às edificações históricas. Dessa forma, para estudar o patrimônio histórico e cultural no contexto do espaço urbano contemporâneo, faz-se necessário entender a evolução dos processos de resistência a estas transformações que compunham uma valorização do patrimônio ao longo do tempo, bem como as principais diferenças entre os conceitos de preservação, conservação e restauração na cidade. Nessa seção, serão discutidos os conceitos de territorialidade e patrimônio, bem como serão apresentadas as principais características do traçado urbano português.

O subitem 1.1., denominado *Os princípios de proteção patrimonial e as cartas patrimoniais* destaca o processo de evolução dos conceitos acima citados e a sua formalização a partir das diversas Cartas Internacionais que têm servido como diretrizes para as políticas de preservação e conservação patrimonial.

No subitem 1.2., *Território e territorialidades no espaço urbano*, as discussões se dão em torno da constatação de que o patrimônio edificado, assim como os espaços formados por praças, largos e ruas com valor histórico, geralmente estão

associados a manifestações de poder de determinado grupo de pessoas ou instituições, que imprimem e definem seu território em determinados locais da cidade, influenciando assim, a sua configuração e a própria utilização no cotidiano.

No subitem 1.3., intitulado *Configuração do traçado português na ocupação do território brasileiro: algumas notas* são apresentadas as principais características de ocupação e formação das cidades que caracterizam o estudo de caso desta pesquisa, o Centro Histórico da cidade de Rio Pardo.

1.1 Os Princípios de Proteção Patrimonial e as Cartas Patrimoniais

Este subitem tem como objetivo apresentar uma breve síntese da forma como o mundo ocidental tem tratado legalmente da questão do patrimônio histórico e cultural. Para tanto, este item foi dividido em quatro partes:

Primeiramente, em *A proteção patrimonial e sua evolução no mundo ocidental*, são apresentados os principais autores que trabalharam e desenvolveram conceitos e diretrizes para a proteção do patrimônio histórico e cultural.

Em segundo lugar, é apresentada uma *Breve síntese acerca das cartas e dos eventos internacionais sobre patrimônio*, onde são postas as principais cartas patrimoniais desenvolvidas por grupos organizados, a fim de nortear possíveis intervenções em bens imóveis em nível internacional.

Em *Conservação, preservação e tombamento na atualidade*, são apresentados e discutidos alguns conceitos cruciais para se entender e trabalhar com a questão patrimonial.

Por fim, no quarto e último subitem, *A proteção patrimonial no Brasil*, é apresentada de forma sintetizada, como a legislação Brasileira tem tratado seus bens de valor histórico e cultural.

1.1.1 A proteção patrimonial e sua evolução no mundo ocidental

A preocupação em proteger o patrimônio arquitetônico com valor histórico surgiu no século XIX, na Europa, após o desgaste de elementos arquitetônicos nas edificações monumentais ou destruição de áreas de valor histórico. Neste período, apenas os grandes monumentos e prédios públicos eram vistos como merecedores de preservação, sendo para isso necessário destruir uma parte do entorno de forma a dar a maior visibilidade possível a tais elementos da cidade. A arquitetura menor, ou seja, as tipologias referentes aos conjuntos de residências e aos centros comerciais das cidades européias que mantinham sua estrutura urbana do período medieval, não mais atendiam aos pressupostos da sociedade daquele momento. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a Paris reformada pelas intervenções promovidas pelo Barão de Haussmann¹, gerando um grande número de demolições e destruições de espaços públicos e privados. O modo de construir, tanto em relação às técnicas construtivas, quanto ao estilo arquitetônico, sofreram grandes mudanças devido à Revolução Industrial, com um modo de pensar a arquitetura e o urbanismo totalmente distinto do adotado até então, valorizando-se, sobretudo, os monumentos religiosos e as edificações que ressaltavam o poder do Estado, dentro da perspectiva imperialista.

Naquele momento, também tiveram início as reflexões em torno dos valores do patrimônio histórico na cidade, inicialmente a partir das contribuições de Viollet-Le-Duc e de John Ruskin sobre a concepção de restauro das edificações. De fato, segundo Choay (2001), Viollet-le-Duc e Ruskin são os dois principais representantes de distintas doutrinas que iniciaram a discussão sobre restauração: Viollet-le-Duc representava, então, os países europeus como um todo e defendia uma doutrina intervencionista, enquanto Ruskin, juntamente com William Morris, representantes do pensamento inglês da época, pregavam a idéia de permanência dos registros acumulados nas edificações como indicadores dos diversos processos de sua transformação, dentro de uma perspectiva anti-intervencionista.

Para Viollet-le-Duc (2000, p.29), um dos primeiros teóricos da preservação do patrimônio histórico, “restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento”. Dessa forma, Le-Duc acreditava que novos elementos deveriam ser acrescentados à obra original, fazendo correções que tornariam a obra “mais completa”. No

¹ Ver Benévolo (1997) e Mumford (1982).

entanto, se não fosse possível fazer uma “melhoria no sistema defeituoso”, Le-Duc, defendia o restabelecimento da forma original.

Viollet-le-Duc (1814-1879), de cunho racionalista, apregoava a necessidade do conhecimento dos ensinamentos dos mestres antigos, porém sua utilização ocorria através dos meios técnicos modernos. Valorizando a razão e a técnica, suas teorias, por muitas vezes contraditas na prática, resultaram em obras de restauração nas quais a historicidade do monumento fica relegada em função da reconstituição estilística. Os acréscimos ocorridos ao longo do tempo são normalmente desprezados em nome de uma unidade estilística e um retorno à situação original do monumento, quase sempre suposta e não comprovada. Racionalista e adepto das idéias iluministas, Viollet-le-Duc entende a arquitetura segundo os valores modernos: forma vinculada à função, ao programa e à estrutura. As teorias de Viollet-le-Duc ganham dimensão e escapam das fronteiras francesas, sendo adotadas por vários países europeus. (SIMÃO, 2001, p. 25).

Naquele período, havia a intenção de se consolidar uma nova arquitetura e Le-Duc seguia esta intenção, uma vez que procurava utilizar elementos que julgava terem representatividade arquitetônica, além do que, apenas as edificações monumentais eram tidas como de valor arquitetônico e histórico, sendo que apenas elas eram restauradas².

Ruskin e Morris, no entanto, se opunham ao conceito de restauração adotado por Le-Duc. Conforme o pensamento inglês da época, a matéria original deveria ser mantida em sua integralidade, inclusive considerando as intervenções posteriores a sua construção. Acreditavam que as ações do tempo faziam parte da obra, sendo necessário conservar para evitar ao máximo a restauração. Conforme Kühn (apud BOITO, 2003, p.17) “preconizavam um grande respeito pela matéria original, pelas marcas da passagem do tempo na obra, aconselhando manutenções periódicas, mas admitindo a ‘morte’ de uma dada edificação”. A face atualmente questionada do pensamento de Ruskin é que, com o passar dos anos, mesmo recebendo cuidados, alguns elementos poderiam acabar se deteriorando, até porque o prédio não poderia receber nenhum tipo de intervenção que o adequasse as novas demandas, somado ao fato de que, hoje, evita-se ao máximo a perda total de um edifício histórico.

Camilo Boito (1836-1914) surgiu no panorama europeu do final do século XIX com idéias intermediárias às de Viollet-le-Duc e de Ruskin, que embasaram a teoria contemporânea de restauração. Atuou principalmente na Itália, onde iniciou o trabalho de restaurador seguindo os princípios de Le-Duc, mas passou a formular textos onde mostrava

² Entende-se que a forma de pensar a restauração de Le-Duc pode fazer com que se percam as características originais do prédio, sendo alterados elementos antigos, julgados como sem valor histórico ou acrescentados novos elementos que representam outro momento da arquitetura que não o de quando a obra foi construída. Da mesma forma, atualmente além dos prédios monumentais também são considerados de valor arquitetônico e histórico e, portanto, são passíveis de preservação, pequenos prédios e conjuntos arquitetônicos e urbanos, sendo que, conforme o nível de preservação, alterações apenas são permitidas quando se retorna às características originais.

uma posição renovada e independente. A partir de seus escritos, formularam-se diretrizes de restauro, como os sete princípios fundamentais de intervenção em monumentos históricos: ênfase no valor documental dos monumentos; evitar acréscimos e renovações (caso fossem necessários, deveriam distinguir-se do original, porém sem destoar do conjunto); no caso de se completar alguma parte faltante ou deteriorada, esta deveria ser em material distinto ao original ou apresentar, em relevo, a data em que foi acrescentado à edificação; deveria se buscar ao máximo manter elementos característicos, evitando alterações; deveriam ser respeitadas as várias fases do monumento; as intervenções deveriam ser registradas, através de fotografias de antes, durante e depois da intervenção, bem como o material ser acompanhado de descrições e justificativas e, por fim, deveria ser posta uma lápide, junto ao monumento com data e obras de restauro realizadas no prédio.

Quanto às posturas derivadas de Ruskin, Boito as considera de uma lógica impiedosa, por interpretar que o edifício deveria apenas ser deixado à própria sorte e cair em ruínas, desconsiderando os apelos de Ruskin pelas conservações periódicas para assegurar a sua sobrevivência. No que tange a Viollet-le-Duc, aponta os perigos de se querer alcançar um estado completo que pode não ter existido nunca, devendo o arquiteto restaurador, para tal, colocar-se na posição do arquiteto inicial. Indica a conseqüente e inevitável arbitrariedade que resulta dessa postura e enfatiza ainda os riscos de falsificação desse tipo de restauro, afirmando que quanto mais bem for conduzida a operação, maior será a possibilidade de engano. (KÜHL *apud* BOITO, 2003, p. 24).

Boito afirmava que o prédio deveria ser conservado para evitar ao máximo possível, as restaurações, iniciando-se as reflexões a cerca da conservação do patrimônio. No entanto, se é a integridade física do prédio que está em jogo, deve-se restaurar, evitando a perda da edificação, como se o restauro fosse um “mal necessário”. Essencialmente, a importância de Boito deve-se aos princípios que introduziu no restauro, como a importância documental referente aos monumentos históricos e a necessidade de se diferenciar objetos ou fragmentos de restauração, bem como intervir o mínimo possível nas obras históricas.

Segundo Choay (2001), Alois Riegl (1858-1905) desenvolveu uma reflexão mais “audaciosa” no que diz respeito à noção de monumento histórico, no começo do século XIX. Riegl possuía formação de jurista, filósofo e historiador, tendo trabalhado diretamente como conservador de museus. Portanto, sua interpretação de patrimônio histórico é histórica e interpretativa, uma vez que abrange, além da “perspectiva profissional” utilizada por Boito, o tratamento do objeto social e filosófico. A abordagem no monumento histórico deveria, portanto, levar em conta uma investigação dos sentidos atribuídos pela sociedade, bem como sua integração com o ambiente em que está inserido.

A análise de Riegl consistia, basicamente, na utilização de duas categorias de valores: os de rememoração, ligados ao passado e à memória, e os de contemporaneidade, pertencentes ao presente. Dentre os valores de rememoração, Riegl inseriu um novo conceito de valor aos monumentos, a ancianidade. Diferentemente do valor histórico que remete a um saber, a ancianidade diz respeito às marcas que o tempo imprime na edificação, sendo percebida de imediato por todos.

Ruskin milita por uma ética e busca impor sua concepção moral do monumento a uma sociedade cujas tendências orientam-se em sentido inverso. Riegl parte, ao contrário, de uma constatação. Um novo olhar sobre a sociedade industrial: historiador, não normativo. (CHOAY, 2001, p. 169).

Dessa forma, sua análise buscava levar em consideração o valor do monumento a todos, a facilidade na qual é apropriado pelas massas.

Quanto ao valor de contemporaneidade, ligado ao presente, Riegl destacava dois valores: o da arte, que pode ser relativo, variando segundo pontos de vista, ou de novidade, que abrangiam as obras novas e intactas, bem como o valor de uso, que estava relacionado com a utilização prática dos monumentos, mantidas suas características originais.

Um dos seguidores de Boito com destaque na questão da proteção patrimonial foi Gustavo Giovannoni (1873 – 1947). Giovannoni, engenheiro urbanista, arquiteto e historiador da arte, buscou critérios científicos para análise do patrimônio, defendendo que a preservação representava a socialização de uma obra arquitetônica. Além disso, atribuiu a noção de monumento a qualquer obra representativa da evolução humana, acrescentando as edificações de “arquitetura menor”, doméstica, na categoria de monumento.

Ao propor a restauração científica, Giovannoni aplicou princípios básicos de Boito quanto aos núcleos urbanos, embasado em sua concepção de que uma cidade histórica é um monumento e ao mesmo tempo, um tecido vivo. Assim, o engenheiro defendia que a utilização do patrimônio histórico não deveria estar restrita às funções de museu, podendo e devendo ter utilização contemporânea, desde que, para isto, não houvesse contrastes com a morfologia existente; as edificações construídas ao longo do tempo deveriam ser mantidas, sendo que intervenções nestas buscariam compatibilidade em escala e morfologia com as características originais, da mesma forma que o entorno, uma vez que defendia que um monumento não deve ser visto como uma obra isolada, e sim, inserida em um entorno específico que faz parte do valor dado ao monumento; edificações novas

deveriam ter linguagem contemporânea, evitando-se o “mimetismo³”. Giovannoni propôs ainda dois tipos de monumentos: os mortos, caracterizados por terem valor arqueológico, portanto não sendo passíveis de reutilização; e os vivos, que podem ser reutilizados.

As contribuições do século XIX foram fundamentais para as novas discussões que se deram ao longo do século XX. O Modernismo, novo estilo de então, buscava romper com as tradições construtivas através de novas técnicas e materiais voltados à arquitetura e à construção da cidade, disseminando novas formas de conceber os espaços, desse modo, tanto espaços públicos como privados, pertencentes a espaços urbanos, foram descaracterizados ou mesmo demolidos, dando lugar a vias e edificações com caráter considerado mais condizente com os pressupostos modernistas. Campello (1994) assinala:

Simultaneamente, a ideologia inerente ao modernismo, de fazer tábula rasa do passado para construir um mundo inteiramente novo, rompeu com a linha de continuidade histórica.(...) A consequência, como sabemos, é a descontinuidade no tecido das velhas cidades, quando não a sua destruição. (CAMPELLO, 1994, p. 118).

Desta forma, houve uma ruptura significativa na produção arquitetônica e urbanística que compunha as cidades. Com isso, a implantação de grandes ou pequenas obras se dava no local pretendido, independente do terreno estar ocupado por uma edificação histórica ou estar no entorno desta. A existência de prédios antigos, conjuntos completos ou parte deles, na área de interesse, não era empecilho para barrar a “modernização” das cidades.

Devido à elevada quantidade de destruições e/ou descaracterizações dos prédios e conjuntos históricos é reforçada a necessidade de proteger, de forma legal, os edifícios históricos – não apenas monumentais –, representativos de determinado período e dinâmica da história. Assim, desenvolveram-se as Cartas Patrimoniais, documentos oficiais que organizam e ditam as diretrizes de proteção e intervenções em bens móveis ou imóveis de interesse histórico, cultural e paisagístico.

1.1.2 Breve síntese acerca das cartas e dos eventos internacionais sobre patrimônio

Conforme dito anteriormente, os bens de valor patrimonial passam a ser vistos com maior importância, a partir do século XX, em três níveis:

³ Cópia de um estilo arquitetônico antigo.

1. Direito internacional interestatal (conferências diplomáticas para debates de problemas globais), com destaque para as Convenções de Haia de 1899 e 1907, a Convenção de Genebra de 1949, e os Protocolos Adicionais I e II de 1977.
2. Organizações Não-Governamentais (congressos internacionais com arquitetos e restauradores para adoção de diretrizes quanto à proteção de bens culturais), com a Carta de Atenas (1933) e a Carta de Veneza (1964);
3. Direito das organizações internacionais (convenções internacionais), com a União Pan-Americana e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

1.1.2.1 As Convenções de Haia de 1899 e 1907

As Convenções de Haia são tidas como as primeiras convenções que restringem as atitudes de guerra, mediante normas que restringiam o emprego de determinadas armas e ataques a pessoas e bens. Por exemplo, edificações utilizadas para cultos, artes, ciências, monumentos históricos e hospitais, entre outros, deveriam ser poupados, desde que não fossem utilizados, ao mesmo tempo, para fins militares. O termo “bens culturais” ainda não é mencionado nas Convenções de Haia, entretanto, apresentam critérios que possam ser utilizados para identificá-los, conforme coloca SILVA (2003):

1. Os objetos devem ser protegidos, mantendo suas características intrínsecas: os monumentos históricos, as obras de arte e da ciência;
2. As edificações destinadas a cultos, às artes e à ciência são protegidas devido à suas finalidades e por serem bens comunais.

As Convenções de Haia, embora com principal objetivo de proteger a vida humana, das populações civis e suas propriedades, merecem destaque quanto à questão patrimonial pois prevêm a preservação destes bens em período de guerra. Entretanto, não dispõem sobre outras hipóteses de degradação do patrimônio, apenas no caso de conflitos armados.

1.1.2.2 A Convenção de Genebra de 1949 e os Protocolos Adicionais I e II de 1977

A Convenção de Genebra, da mesma forma que as de Haia, faz referência à proteção patrimonial apenas em momentos de guerra, protegendo bens móveis e imóveis, desde que sua destruição não fosse imprescindível às operações militares. Já no Protocolo Adicional I, tem-se a menção ao termo bens culturais: “monumentos históricos, obras de arte ou templos religiosos que constituem a herança espiritual ou cultural dos povos” (SILVA, 2003, p.51). Neste protocolo, os bens considerados de valor cultural, não podem sofrer qualquer intervenção, tampouco serem usados no esforço militar.

1.1.2.3 Carta de Atenas (1933)

A Carta de Atenas é um documento resultante do quarto encontro da Ciam – Congressos Internacionais de Arquitetura – liderados por Le Corbusier (um dos maiores expoentes da arquitetura modernista), com o objetivo principal de reunir e sistematizar pesquisas realizadas por arquitetos em seus países de atuação.

O congresso realizado na cidade de Atenas tinha como tema central a cidade funcional, que deveria ser organizada levando em consideração a habitação, o lazer, o trabalho, a circulação e o patrimônio histórico. Este último, acrescido devido à solicitação da delegação italiana. Devido ao seu caráter universal, a Carta de Atenas torna-se um marco importante para a proteção dos bens culturais imóveis, tornando-se importante diretriz a ser seguida pelos profissionais ligados às políticas públicas.

1.1.2.4 Carta de Veneza (1964)

A Carta de Veneza resulta do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado na cidade de Veneza, no ano de 1964, sendo concebida exclusivamente para tratar da proteção de monumentos. Surgiu em função da deterioração dos monumentos históricos, principalmente aqueles destruídos durante a Segunda Guerra Mundial.

Sua importância deve-se, sobretudo, ao fato de que confirmou o interesse universal pela conservação de monumentos históricos, além de aprofundar os fundamentos da proteção patrimonial, conceituando a conservação, a restauração e a documentação. Também insere o novo conceito de monumento, atrelado ao ambiente ao qual se situa. Dessa forma, valoriza, além do monumento, as obras modestas situadas em seu entorno.

Além disso, determina que os conjuntos urbanos históricos podem ser adaptados às necessidades modernas, podendo ter sua função revitalizada, a despeito de sua função original.

Neste congresso determinou-se ainda um encontro internacional no ano seguinte para a criação do Conselho Internacional de Monumentos e Lugares de Interesse Artístico e Histórico (Icomos), com o objetivo principal de operacionalizar os princípios adotados pela Carta de Veneza.

1.1.2.5 Tratado para a Proteção das Instituições Científicas e Artísticas e Monumentos Históricos, ou Pacto Roerich (1935)

O Pacto Roerich é o primeiro tratado multilateral para tratar exclusivamente da proteção de bens culturais. Foi elaborado pela União Pan-Americana – instituída em 1890 após a I Conferência Internacional Americana, realizada na cidade de Washington, entre 1889 e 1890. O Pacto protegia os monumentos históricos, museus e instituições científicas, artísticas, culturais e educativas em tempo de guerra e de paz, sendo que não determinava meios para assegurar a proteção em tempos de paz, cabendo aos estados signatários esta tarefa.

1.1.2.6 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)

A Unesco é uma organização internacional, governamental, vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), tendo sido criada em 1945 durante a Conferência de Londres. A Organização é a responsável pelo crescimento da proteção internacional dos bens culturais imóveis a partir da década de 1950, devido às ações que empreendeu, uma vez que tem como objetivo “zelar pela conservação e proteção do patrimônio universal de livros, obras de arte e monumentos de interesse histórico ou científico e recomendar às nações interessadas as convenções internacionais que sejam necessárias para tal fim”. (SILVA, 2203, p. 56). Também ampliou a proteção dos bens culturais, uma vez que, até então, as medidas de proteção dos bens culturais imóveis se davam apenas em tempos de guerra. Merecem destaque as convenções e recomendações, especificadas a seguir, bem como algumas campanhas internacionais para a salvaguarda dos monumentos, como “Os templos da Núbia” (1960-1980), onde buscou-se deslocar os templos da Núbia – construções arquitetônicas do Antigo Egito – que ficariam submersos após a instalação de

uma hidroelétrica e “As cidades de Veneza e Florença” (1966). Neste caso, várias edificações e objetos foram restaurados após fortes chuvas que assolaram estas cidades italianas.

As convenções patrocinadas pela Unesco são tratados multilaterais, sendo que para serem aprovadas, é necessário o consentimento da maioria dos Estados membros que são impedidos de dispor de forma diversa ao estipulado na convenção. Dentre as convenções adotadas sob o patrocínio da Unesco, destacam-se:

a) Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado – Convenção de Haia de 1954 e Protocolos I (1954) e II (1999)

Tem como base as Convenções de Haia de 1899 e 1907 e o Pacto Roerich, de 1935, e como eles, protege o patrimônio cultural em caso de guerra, entretanto, abrange maior número de bens a serem preservados. A importância da convenção deve-se ao fato de introduzir e especificar conceitos:

- Adota a expressão ‘bens culturais’, que abrange tudo aquilo que deve ser protegido, bem como introduz o conceito de patrimônio cultural da humanidade: “os danos causados aos bens culturais pertencentes a qualquer povo constituem um prejuízo ao patrimônio cultural de toda a humanidade, dado que cada povo traz sua própria contribuição à cultura mundial” (SILVA, 2003, p. 58);
- Introduz no conceito de bens imóveis, os centros que contenham vários exemplares de bens culturais, centros que contenham monumentos, bairros históricos de grandes cidades ou ainda, cidades históricas inteiras, como Florença e Cambridge.
- Protege todos os bens imóveis por ela definidos, bem como sugere proteção especial aos bens culturais móveis, centros que contêm monumentos e outros bens imóveis importantes, desde que não sejam utilizados para fins militares ou que não estejam próximos de algum objetivo militar importante.

b) Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, (Paris, 1972) – Convenção da Unesco, de 1972

Esta convenção protege o patrimônio cultural e natural da humanidade frente à degradação ambiental e à evolução da vida social e econômica. Considera que o ritmo de vida nas cidades impõe alterações e destruições no patrimônio histórico, representantes de antigas gerações na sociedade moderna. Disciplina a proteção dos bens imóveis em tempos de paz.

Para promover a execução dos itens abrangidos pela Convenção, foram previstas instituições com autoridade internacional, a fim de promover a inscrição de bens culturais na Lista do Patrimônio Mundial ou na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo:

1. Comitê Intergovernamental da Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, ou Comitê do Patrimônio Mundial: tem como principal finalidade, inserir novos bens e organizar a Lista do Patrimônio Mundial, segundo diretrizes definidas pela Convenção, bem como analisar os pedidos de assistência internacional formulada pelos Estados que compõem a Convenção.
2. Conselho Internacional de Monumentos e Lugares de Interesse Artístico e Histórico (Icomos): fundado em 1965, o Icomos é uma organização não-governamental para promoção de diretrizes – teoria, metodologia e técnica – a serem utilizadas na conservação e proteção do patrimônio arquitetônico. Busca promover fóruns de encontro e troca de informações entre os profissionais que atuam na conservação do patrimônio cultural em todas as partes do mundo, participar da elaboração de centros de documentação em conservação e incentivar a aplicação das convenções e recomendações internacionais referentes à conservação, proteção e crescimento do patrimônio arquitetônico.
3. Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais (ICCROM⁴) ou Centro de Roma: é uma organização intergovernamental, com atividades que recebem a colaboração da Unesco, instituída em 1959. Participa ativamente nas campanhas de salvaguarda dos

⁴ International Centre for the Study of the Preservation and the Restoration of Cultural Property.

monumentos promovidos pela Unesco, como nas campanhas das cidades de Veneza e Florença (1966). Além disso, o ICCROM é responsável pela tutela e estudo de documentação referente à conservação e proteção dos bens culturais, estimula as pesquisas, faz treinamento de pesquisadores e técnicos e apóia as iniciativas de conservação e restauração dos bens culturais.

4. Fundo para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, ou Fundo do Patrimônio Mundial: fundo de assistência financeira para implementação das deliberações do Comitê do Patrimônio Mundial quanto à atividades de proteção e conservação dos sítios e monumentos de valor histórico universal. A coleta destes recursos cabe a contribuições obrigatórias e voluntárias de Estados-Membros da Convenção, bem como de rendimentos provenientes da aplicação desses valores.

A Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, define ainda os bens culturais pertencentes ao patrimônio, com valor universal do ponto de vista da história, arte ou ciência:

1. Monumentos: obras arquitetônicas, pinturas e esculturas monumentais que representam grandes realizações humanas;
2. Conjuntos: locais compostos por bens considerados de valor, juntamente com seu entorno, de menor expressão. Aqui, “procura-se conservar todo o conjunto onde o homem habita e manifesta suas realizações” (SILVA, 2003, p. 88). Classifica-se em cidades mortas – cidades que foram berço de alguma civilização, mas que não são ocupadas na contemporaneidade –; cidades históricas vivas – cidades com ocupação contemporânea que possuem elementos históricos suficientes para caracterizar antigas ocupações –; cidades novas do século XX – são as cidades que não constavam nos projetos da Convenção. Surgiu, principalmente, em decorrência da inserção de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial.
3. Lugares notáveis: também chamados de sítios mistos, são as realizações humanas e as ações da natureza como, por exemplo, vinícolas ao sul da Europa e arrozais no sudeste Asiático que conservam técnicas tradicionais de produção.

As recomendações, da mesma forma que as convenções, são instrumentos promovidos pela Unesco, sendo que as recomendações são desenvolvidas para influenciar o desenvolvimento de legislações e práticas nacionais, com diretrizes aceitas internacionalmente. Os meios de soluções determinados pelas recomendações se manifestam em medidas administrativas, científicas, técnicas, jurídicas, entre outros.

A principal diferença entre as convenções e as recomendações é que, no primeiro caso, são definidas imposições, deveres, enquanto que nas recomendações, como o próprio nome sugere, têm-se sugestões, aconselhamentos. As recomendações são os primeiros meios jurídicos de proteção internacional dos bens culturais, com abrangência universal, em tempos de paz, sendo que representam o interesse da comunidade internacional em proteger o seu patrimônio cultural. Como principais recomendações, destacam-se:

c) Recomendação relativa à proteção da beleza e do caráter dos lugares e paisagens – conferência-geral, Paris, 1962: esta recomendação diz respeito à conservação do aspecto dos lugares – beleza e paisagem – e paisagens naturais, rurais ou urbanas que sejam detentoras de interesse cultural ou estético.

d) Recomendação sobre medidas encaminhadas para proibir e impedir a exportação, importação e transferência da propriedade ilícitas dos bens culturais – Conferência-geral, Paris, 1968: esta recomendação define os bens culturais móveis e imóveis importantes para o patrimônio cultural de cada país, que devem ser protegidos. Dentre eles, destacam-se as obras de arquitetura e os bens de interesse histórico ou arqueológico, espécimes-tipos de fauna e flora, coleções de livros e arquivos, inclusive os musicais. Para tanto, os Estados devem inventariar os bens culturais, prover um serviço de proteção aos bens culturais, promoção de acordos multilaterais e informação do público no caso de desaparecimento do bem.

e) Recomendação concernente à conservação dos bens culturais que a execução de obras públicas ou privadas pode pôr em perigo – Conferência-geral, Paris, 1968: diz respeito aos sítios arqueológicos, históricos ou científicos e os edifícios de valor histórico, artístico científico ou arquitetônico, religioso, edifícios e bairros internacionais, bem como de bairros de valor histórico, em zonas rurais urbanizadas e urbanas. Orienta os Estados a

manter determinações legislativas, em nível nacional e local, destinadas a conservar ou salvar bens culturais ameaçados.

f) *Recomendação sobre a proteção, em âmbito nacional, do patrimônio cultural e natural – Conferência-geral, Paris, 1972*: esta recomendação busca orientar os Estados a buscarem os meios jurídicos necessários para a proteção do patrimônio cultural e natural.

g) *Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea – Conferência-geral, Nairóbi, 1976*: recomenda a proteção de todo conjunto histórico, abrangendo as construções e espaços, incluindo aí os espaços arqueológicos e paleontológicos em meio urbano ou rural.

1.1.3 Conservação, preservação e tombamento na atualidade

O termo Conservação, embora implícito no discurso de Ruskin, apareceu de forma mais evidente na contribuição de Boito e recentemente tem se tornado uma estratégia recorrente, sobretudo nas intervenções nas áreas centrais de valor histórico. Implica no uso do espaço, considerando o limite do impacto que tal uso pode gerar na integralidade da edificação. O termo “conservação” tem sua origem no latim *conservatio*, e, segundo o Novo Dicionário da Língua Portuguesa, é definido como:

Conjunto de medidas de caráter operacional – intervenções técnicas e científicas, periódicas ou permanentes – que visam a conter as deteriorizações em seu início, e que em geral se fazem necessárias com relação às partes da edificação que carecem de renovação periódica, por serem mais vulneráveis aos agentes deletérios. (FERREIRA, 2004, p. 528).

Ou seja, a conservação é uma ferramenta muito importante no que diz respeito à integralidade de uma obra ou edificação de valor histórico e cultural, sendo que, em intervenções em bens patrimoniais, existem normatizações que norteiam e limitam as possíveis intervenções para que não haja danos ao bem.

O conceito de preservação há muito tem sido utilizado por profissionais ligados ao patrimônio histórico e cultural – desde o século XIX –, sendo que sofreu algumas reformulações durante este período. Atualmente, entende-se o ato de preservar como “pôr alguma coisa a salvo de algum dano ou perigo, isto é, adiantar-se, prever, planejar, ou

melhor, planejar o destino de alguns elementos urbanísticos que formam parte da cidade” (RANDLE, 1972, p. 145 *apud* SCHNEIDER, p. 25). Nesse sentido, a preservação é uma ferramenta de proteção a bens de valor histórico e cultural.

Cabe ainda, destacar o que se entende por patrimônio histórico:

O termo “patrimônio histórico” referencia comumente ao que se denomina como patrimônio arquitetônico, entendendo-se por este último todas as edificações tomadas isoladamente ou o seu conjunto, com características representativas de uma época e configurando os valores históricos, artísticos e culturais de uma determinada sociedade. (SCHNEIDER, 2005, p.30)

Ao longo deste trabalho, será utilizado o termo patrimônio histórico e cultural quando da análise do Centro Histórico da cidade de Rio Pardo, entendendo que este termo abrange as edificações históricas bem como seu entorno, edificado que serve como palco para as atividades culturais dos usuários deste espaço.

O processo de tombamento de um bem, os efeitos jurídicos e as sanções resultantes do não atendimento das restrições que recaem sobre o bem tombado, foram institucionalizado pelo Decreto-Lei nº 25/1937. Silva (2003, p. 122) apresenta a definição dada pelo Decreto-Lei: “o tombamento é o instituto jurídico pelo qual se faz a proteção do patrimônio histórico e artístico, que se efetiva quando o bem é inscrito no livro do toambo”. Ou seja, quando inscrito no livro toambo, um bem é considerado tombado e, portanto, passível de normas específicas que limitam sua utilização e possíveis intervenções que possa vir a sofrer. Cabe destacar que, para um bem constar do livro do toambo, este passa por criteriosa classificação e caracterização para definir se poderá ser inscrito, devendo, para isto, ser feito inventário completo do bem.

1.1.4 A proteção patrimonial no Brasil

No Brasil, a partir da influência européia, a paisagem urbana sofreu transformações semelhantes às descritas anteriormente. Em termos jurídicos, os monumentos de valor histórico e artístico e as belezas naturais passam a ser considerados bens a serem protegidos desde a Constituição de 1934, sendo de responsabilidade do Governo Federal tais iniciativas⁵. A Constituição mais significativa, no âmbito da preservação do patrimônio histórico e cultural é a de 1937, que foi elaborada com base em anteprojeto desenvolvido

⁵ A responsabilidade por proteger estes elementos é estendida aos municípios na Constituição de 1937 (anteriormente, competia apenas à União e aos estados).

por Mário de Andrade. A definição dos princípios constitucionais daquele momento visava à proteção da memória nacional e atribuição ao Estado da tutela das “coisas culturais”, bem como à restrição ao direito de propriedade em detrimento à defesa do interesse público pela preservação de valores culturais – a função social. A partir de então e, na busca de acompanhamento das discussões internacionais sobre esse tema, além de outras normatizações mais específicas, tal como a Lei de Tombamento, foram instituídos órgãos públicos e políticas voltadas à proteção patrimonial, abrindo espaço para novos atores e para a sociedade brasileira interessada na permanência dos valores históricos constituintes das cidades.

Destaca-se, por exemplo, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, setor responsável pela definição dos aspectos considerados de valor patrimonial na cidade, buscando a identidade nacional através de elementos característicos específicos do povo brasileiro.

No entanto, é a partir dos anos 1970 que o conceito de patrimônio no Brasil passou a assumir uma nova importância para técnicos, arquitetos, urbanistas além de outros atores da sociedade, sob influência dos valores descritos na Carta de Veneza (1964), embora com restrições políticas a ações mais inovadoras neste campo, em decorrência do contexto político daquele momento. A partir da modernização administrativa do Ministério da Educação e Cultura – MEC, foi criado o Departamento de Assuntos Culturais (DAC) e o então Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; foi criado o Sistema Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas (PCH), com objetivo de criar infraestrutura para o desenvolvimento de atividades turísticas e vinculando estas ao uso de bens culturais como fonte de renda para regiões carentes da região Nordeste do país, ao mesmo tempo em que propiciou, nas décadas de 1970 e 1980, a criação de órgãos locais de preservação patrimonial. Em 1977, o conceito de patrimônio, adotado pelo PCH passava, enfim, atribuir o valor não apenas ao monumento arquitetônico, mas também ao seu entorno, bem como aos conjuntos edificados históricos e artísticos.

Outro marco importante foi a Constituição Federal promulgada em 1988 que passou a utilizar a expressão “patrimônio cultural”, para definir os bens de natureza material e imaterial, vistos individualmente ou em conjunto, que representavam a identidade e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Seguindo a tendência mundial, desvinculava os bens imóveis da monumentalidade, conceito que permeava as leis

anteriores. Previa ainda meios de proteção patrimonial, como os inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação (SILVA, 2003).

Após a década de 1980, considerada a “década perdida”, em razão das dificuldades macroeconômicas que se deram nacional e internacionalmente, pouco se fez no sentido de instrumentalizar os setores federais e estaduais que tratam das questões patrimoniais no Brasil. Apesar dos esforços dos intelectuais e técnicos brasileiros preocupados com tais questões, o Estado já não tinha condições de direcionar novos investimentos para a proteção histórica, cultural e ambiental no país.

Mais recentemente, no ano de 2001, destaca-se a criação do Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001, que entre outros, disciplina o ordenamento territorial das cidades, bem como confere ao poder público municipal preferência para adquirir imóveis urbanos de interesse histórico, cultural ou artístico que não sejam mantidos por particulares, a fim de assegurar sua proteção, o que é denominado direito de preempção.

A seguir é apresentado quadro síntese com as principais iniciativas e suas características no cenário brasileiro:

	AÇÕES	LEIS / DECRETOS
1920	Criação de Inspetorias de Monumentos Históricos em Minas (1926), na Bahia (1927) e Pernambuco (1928).	
1933	1ª iniciativa do governo federal quanto à preservação do patrimônio – elevação de Ouro Preto à categoria de monumento nacional.	
1937	Criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,	Decreto-lei nº 25 Lei do Tombamento
1970	Criação do Departamento de Assuntos Culturais (DAC) e transformação da DPHAN em IPHAN,	Decreto nº 66.967
1970	Compromisso de Brasília	
1971	Compromisso de Salvador	
1973	Criação do Sistema Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas (PCH)	
1974	Instituição da Comissão Nacional de Planejamento Urbano (CNPU) e do Programa de Preservação e Recuperação do Patrimônio Ambiental Urbano (PRRPAU)	Decreto nº 74.156
1975	Instituição do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)	
1977	Evolução do conceito de patrimônio, adotado pelo PCH que passa a considerar de valor o monumento arquitetônico e seu entorno, bem como o conjunto histórico e artístico.	Portaria interministerial nº 19

1979	Fusão entre Iphan, PCH e CNRC com uma nova estrutura: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM).	
1987	Regulamenta a proteção do plano piloto de Brasília tombado no plano federal.	Decreto nº 10.829
1988	Constituição Federal.	
1998	Prevê punição à destruição, inutilização ou deterioração do bem tombado, bem como proíbe a alteração do aspecto ou estrutura da edificação.	Lei nº 9.605
1999	Prevê aplicação de multas quando verificadas intervenções não legais em bens tombados.	Decreto Federal nº 3.179
2001	Estatuto da Cidade	Lei Federal nº 10.257

Elaborado pela autora, 2005

1.2 Território e Territorialidades no Espaço Urbano

O conceito de território é tratado por vários campos das ciências sociais e humanas, sendo, para a Geografia, um dos conceitos chave, uma vez que diz respeito a diversas manifestações de apropriação do espaço pelo ser humano. Costa expõe as especificidades do conceito em cada área:

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões, (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo. (COSTA, 2004, p.37).

Dessa forma, é possível identificar a complexidade do conceito de território, sendo que as diversas formas de entendê-lo se entrelaçam e se complementam.

Na Geografia Política, o território, enquanto manifestação abstrata das apropriações humanas sobre o espaço, teria seus limites fixos, estabelecidos pelo Estado e seus agentes sociais, não podendo sofrer alteração, uma vez que foram demarcados. Esta visão foi muito presente, inclusive na história brasileira⁶, pois vinculava o social a um espaço físico, tornando ambos homogêneos. Este conceito, porém, era restritivo, pois não representava as distintas e complexas dimensões que envolvem a relação entre o espaço e a sociedade, tais como as atividades econômicas e corporativas, as territorialidades do cotidiano, entre outros.

Buscando preencher estas lacunas da Geografia Política, Souza (1995) apresenta o conceito de território do espaço geográfico da cidade, de modo mais abrangente e crítico:

Aqui, o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders). (SOUZA, 1995, p. 86)

⁶ Durante o golpe militar de 1964, o Governo Nacional utilizou-se do conceito de território citado para promover a valorização de símbolos nacionais, inclusive do “território nacional”.

A representatividade de apropriação humana do espaço cria limites e barreiras que “protegem” determinado grupo de pessoas. Estas barreiras são dinâmicas e se comunicam com outras territorialidades. Determina-se quem pode ultrapassar esta barreira, tanto para sair quanto para entrar em determinado território. Para isso, são estabelecidas diferenças, valores que destingem grupos.

Segundo Souza (1995), o território é um exercício de poder. São as relações de poder que determinam e definem o território. Na visão da Geografia Política do final do século XIX até metade do século XX, o território é entendido “como espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidades” (SOUZA, 1995, p.84). As pessoas precisam se reconhecer no território e nos elementos que o compõem, apropriar-se do meio para que este seja identificado como delas.

O território usa o espaço, seja por construções ou elementos simbólicos e trabalha com a percepção, com o sentido da existência do “outro”. Assim, não basta delimitar um território, é necessário que o outro, o *outsider*, perceba isto, reafirmando constantemente sua condição de “dominado”.

O território assim se constitui por “relações sociais projetadas no espaço”.(SOUZA, 1995, p. 87). Além disso, pode formar-se e dissipar-se sem condições pré-estabelecidas ou períodos de tempo pré-determinados, podendo durar meses, semanas ou mesmo dias. Podendo possuir limites identificáveis, porém instáveis, que se comunicam com outros territórios e mudam conforme a dinâmica do espaço e das relações sociais a eles intrínsecos.

Assim, as territorialidades são entendidas como “o conjunto de atividades e práticas através das quais são estabelecidos os territórios” (CAMPOS, 1999, p. 11). Estabelecem-se por interação entre seres humanos que acontecem no espaço, podendo imprimir marcas físicas, sólidas ou não. Diferenciam-se, portanto, em territórios fixos e móveis. Os móveis configuram-se pelo deslocamento, por possuírem limites flexíveis, como por exemplo, grupos de comerciantes informais que atuam com frequência em certo local, mas que, conforme a existência ou não dos clientes, podem deslocar-se sem deixar vestígios no local

que ocuparam. O território fixo, por sua vez, possui limites definidos, barreiras concretas, como um obelisco ou um edifício. Assim,

[...] o uso e o controle do território, da mesma maneira que a repartição real de poder, devem ser elevados a um plano de grande relevância também quando da formulação de estratégias de desenvolvimento sócio-espacial em sentido amplo, não meramente econômico, isto é, que contribuam para uma maior justiça social e não se limitem a clamar por crescimento econômico e modernização tecnológica. (SOUZA, 1995, p. 101)

Sabendo que territórios alteram a dinâmica das cidades, torna-se viável utilizá-los não apenas na sua forma mais discriminatória, como atrativos financeiros ou meramente para evidenciar diferenças entre seres humanos, e sim como meios de potencializar o desenvolvimento sócio-espacial, amenizando as desigualdades tão intensas na atualidade.

Neste sentido, Souza (1995, p. 105) apresenta a importância da autonomia (“[...] o poder de uma coletividade se reger por si própria, por leis próprias”) como base do desenvolvimento enquanto processo promotor de mais liberdade e menos desigualdade para a sociedade. Para uma sociedade autônoma, o espaço é contemplado como elemento integrado à sua experiência de vida, divergindo de qualquer postura autoritária e centralizadora de poder, distante da realidade desta sociedade. Uma sociedade autônoma, portanto, deve ser capaz de defender e gerir seu território enquanto representante e potencializador de sua identidade e continente de recursos cuja acessibilidade se dá de maneira igual para todos.

Para a Geografia Humanista, o espaço é necessário e representativo das ações humanas. Percebido, sentido, representado e, principalmente vivido através das experiências humanas. Neste sentido, Campos (1999) expõe três tipos diferenciados e intercomunicáveis de espaços, conforme classificação de Tuan (1985): o espaço pessoal, vinculado ao indivíduo, une-se a ele através dos sentidos, da experiência e da memória; o espaço coletivo, onde a experiência vivenciada é também do outro e o espaço mítico-conceitual, produto da mente humana, situado entre o sentido da percepção e o espaço puro da cognição.

Em uma visão mais abrangente, que incorpora as várias ciências que estudam os territórios, Costa (2004) agrupa as concepções do conceito em três vertentes básicas:

1. Política: sendo a mais difundida, está relacionada às relações espaço-poder, entendendo o território como um espaço delimitado e controlado, principalmente, pelo Estado, mas não necessariamente apenas por ele;
2. Cultural: diretamente relacionado com uma dimensão simbólica e subjetiva, onde o território é visto como resultado da apropriação de determinado grupo em relação ao seu espaço vivido;
3. Econômica: é a visão menos difundida, enfocando a dimensão espacial das relações econômicas. Nela o território é visto como local delimitado a partir das diferentes classes sociais e da relação capital-trabalho.

Assim, os territórios, sejam eles fixos ou móveis, de conotação política, cultural ou econômica, expressam a dinâmica da cidade, proporcionada pelas pessoas que a utilizam. Identificar estas territorialidades e intervir na área urbana com embasamento, significa buscar amenizar as desigualdades, uma vez que a todos são atribuídas espacialidades, bem como incentivar a auto-estima dos que usam este local.

Essas contribuições da Geografia podem ser apreendidas nas cidades de forma articulada no que diz respeito às suas edificações históricas. O patrimônio é, ao mesmo tempo, registro de poder político em razão da própria representação dos valores históricos de períodos do passado e das forças políticas que definem os objetivos e ações a serem realizados nesses espaços, bem como constitui-se em territórios culturais que expressam o modo de vida, as técnicas construtivas e as tecnologias de distintas épocas. O patrimônio revela ainda o poder econômico de grupos sociais que através dele se manifestaram.

1.3 Configuração do Traçado Português na Ocupação do Território Brasileiro: Algumas Notas

Muitas cidades brasileiras ainda apresentam características da época da sua colonização, como o traçado das ruas, praças, largos e edificações. No estado do Rio Grande do Sul não é diferente. Colonizado por povos de várias etnias que se localizaram em distintas áreas dentro dos limites territoriais, o Rio Grande do Sul possui cidades que mantêm suas características originais. A cidade de Rio Pardo, objeto desta pesquisa, encontra-se localizada na região de mesmo nome e foi colonizada por portugueses guardando, portanto características desta cultura e suas diversas manifestações, a despeito da maioria das cidades possuírem características de colonização alemã.

Os colonizadores portugueses foram os primeiros migrantes a serem inseridos no território do Rio Grande do Sul, uma vez que a coroa portuguesa tinha como principal objetivo proteger as fronteiras gaúchas. Os núcleos urbanos de Porto Alegre, Rio Pardo e Rio Grande, por exemplo, surgiram da necessidade de defesa das fronteiras com o Uruguai, no século XVIII. Naquele momento, iniciou-se a instalação de povoados onde hoje se encontram os municípios de Bagé, Uruguaiana e Santana do Livramento, através da implantação de latifúndios para exploração da pecuária e do charque. Após este período, ocorreram novas ocupações, com migrantes alemães e italiano que territorializaram as regiões dos Vales do Pardo e Taquari, e a Serra Gaúcha.

O processo de implantação das cidades colonizadas pelos portugueses sofreu influência dos modelos urbanísticos adotados pela Coroa. Nos três primeiros itens desta seção, apresenta-se a evolução das medidas urbanísticas de ocupação do território europeu pelos portugueses, desde o século XIII até o século XVI, que efetivamente marcaram a forma de implantação das cidades brasileiras.

Num segundo momento, busca-se identificar o modo de implantação das cidades coloniais no Rio Grande do Sul e os princípios que norteavam os portugueses quando da tomada de decisões a respeito de sua formação. As principais razões de escolha das glebas para a implantação dos povoamentos, o nível de intervenção planejada e outros aspectos do meio ambiente e da cultura local levados em consideração na formação destes espaços.

1.3.1 Os primórdios do Urbanismo Português

1.3.1.1 Considerações iniciais sobre características do urbanismo medieval na Península Ibérica - séculos XIII a XV

Na Europa, durante os séculos XII, XIII e XIV, tem-se um renascimento urbano, com a criação de novas cidades que, em sua maioria, retomaram a tradição dos traçados urbanos regulares da Antiguidade. Neste período, tanto as cidades novas quanto a expansão das existentes, seguiam o traçado em quadrícula. Dentre as cidades medievais planejadas, pode-se destacar as do reino da Espanha, França, Itália, Inglaterra e Alemanha, entre outras.

Grande parte das cidades medievais foram fundadas por iniciativa do poder Real, como forma de consolidar sua força. Eram localizadas, em sua maioria, em locais recentemente conquistados e desabitados, que se pretendia povoar. Como se tratava de um projeto de colonização, era programado e planejado, incluindo a estrutura física. Dessa forma, possuíam características específicas, como um plano regular que possibilitasse maior rapidez e eficácia na sua fundação⁷ e na distribuição de terras aos colonos⁸, bem como sua possível expansão. A primeira fundação previa a instalação de 1000 a 2000 habitantes e as cidades eram rodeadas por uma muralha que servia tanto para defesa quanto como barreira, possibilitando assim, o controle dos produtos e pessoas que entravam na cidade.

Conforme Teixeira e Valla (1999), as cidades da Idade Média retomam princípios do urbanismo romano, com traçado retangular, perímetro quadrado e malha em quadrícula, com dois eixos principais que cruzam a cidade unindo portas localizadas em lados opostos na muralha, bem como uma praça no centro da malha urbana e no cruzamento destas duas vias principais.

Nas cidades da Itália e da França, as praças centrais eram cercadas por edifícios institucionais de suma importância, tendo a praça, função de mercado, centro político, administrativo e centro religioso⁹.

⁷ Havia cartas de fundação que determinavam as obrigações, direitos e privilégios de seus habitantes, bem como a altura das casas e o tempo limite para sua construção.

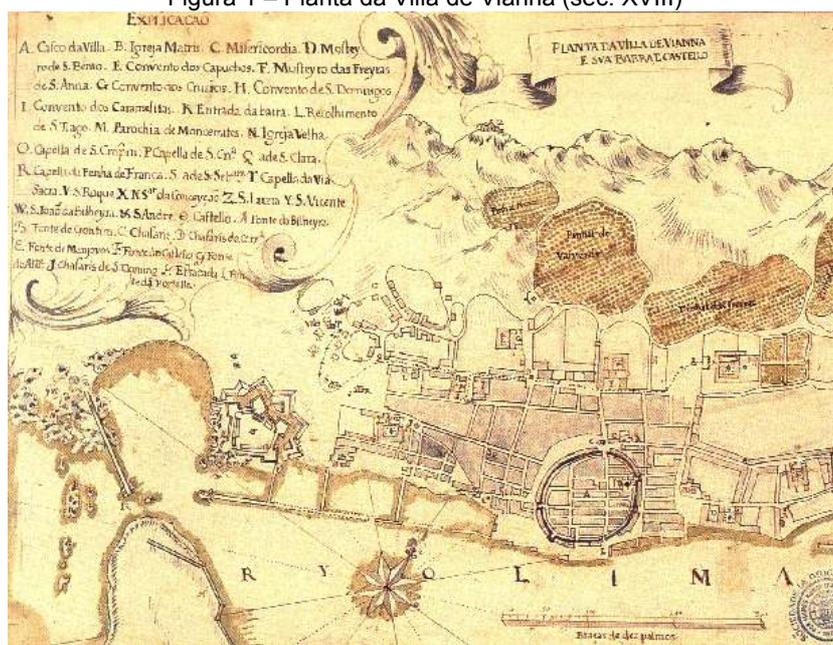
⁸ Os lotes eram regulares e de igual tamanho.

⁹ Em algumas cidades, observa-se a existência de mais de uma praça, associadas entre si, porém cada qual com uma função específica.

Em outras cidades, incluindo as portuguesas, não é possível identificar com clareza as referências do traçado da Antiguidade. A ortogonalidade não é tão rígida, tampouco existem traçados em quadrícula. Da mesma forma, a praça, que não existe como tal desde o início da cidade, não se localiza na parte central da malha. As cidades portuguesas constituíam-se por quarteirões retangulares e lotes estreitos, compridos e paralelos entre si, tendo todos uma frente para uma rua principal e outra uma rua secundária. Como exemplo, ver Figura 1.

Percebe-se, porém, nas cidades medievais planejadas dos séculos XII e XIV, indícios de alguns princípios urbanísticos relacionados ao renascimento, como a uniformidade do tecido urbano, do loteamento e das fachadas, onde é possível verificar princípios de centralidade e simetria.

Figura 1 – Planta da Villa de Vianna (séc. XVIII)



Fonte: Teixeira (1999, p.41)

1.3.1.2 As cidades insulares e as fortificações – séc. XV

A fase inicial da expansão marítima portuguesa é marcada pela descoberta e início da ocupação dos arquipélagos da Madeira e dos Açores – localizados nas rotas de navegação para sul, ao longo da costa africana –, na primeira metade do século XV. Neste período, os interesses estavam voltados para o ouro produzido ao sul do Saara e o comércio escravista. Nas últimas décadas do século XV, o objetivo passou a ser a Índia, a descoberta de novos caminhos marítimos em torno da África e o comércio de especiarias.

Este movimento marítimo além do território europeu, produziu grande número de implantações urbanas ao longo das costas Africanas, Brasileiras, Mexicanas e do Extremo Oriente. Eram localizadas em locais estratégicos ao longo da costa, com a intenção de protegerem as rotas marítimas, servirem como portos de abrigo para prisioneiros dos navios e como feitorias comerciais ou núcleos de colonização territorial.

Fortes, feitorias e núcleos urbanos não eram realidades completamente distintas, fixas e imutáveis. Pelo contrário, uns tendiam a evoluir a partir dos outros. Em muitos casos, as feitorias rapidamente evoluíram para estruturas fortificadas e, por sua vez, muitas cidades desenvolviam-se a partir de feitorias ou fortes. (TEIXEIRA, 1999, p. 47).

As cidades evoluíam naturalmente a partir destas ocupações, sendo que os locais com maior potencial eram aqueles em que se conciliavam as atividades portuárias e comerciais. Talvez a principal particularidade da expansão colonial portuguesa tenha sido a forma como que, mesmo seguindo um projeto geral de colonização, cada local, em função de suas características naturais e culturais, adquiria características específicas, referenciadas a um conjunto local.

As fortificações surgiam em dois momentos: para proteger as feitorias e um número considerável de casas de colonos ou em locais onde não existia qualquer atividade comercial, mas onde, estrategicamente, sua presença se fazia necessária.

Nas cidades insulares, destacam-se algumas características morfológicas comuns:

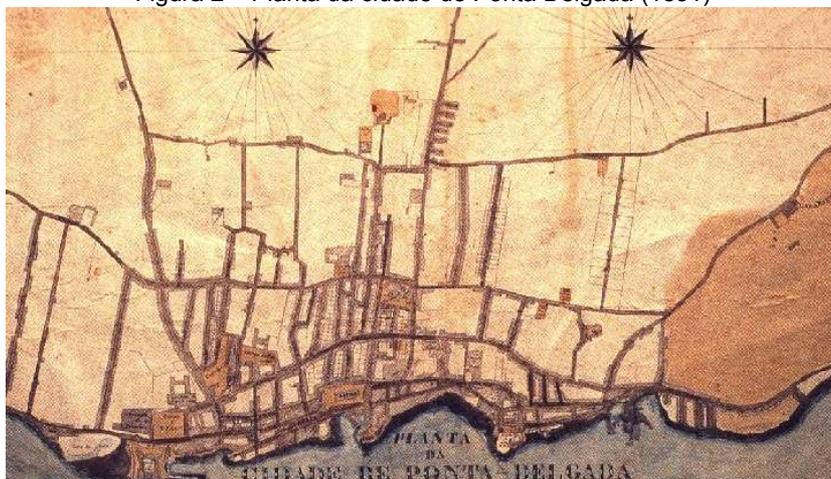
- a) Sítios de implantação: percebe-se uma tendência em se ocupar áreas com boas condições de porto natural e de defesa, em amplas baías viradas a sul e protegidas nos extremos por morros ou ilhas que permitissem a proteção do porto e da cidade;

- b) Estrutura e evolução: a ocupação do território, na maioria das cidades insulares deu-se por um caminho paralelo e ao longo da costa, que ligava os núcleos de ocupação primitivos às casas de donatários ou capelas. Ao longo deste caminho que as primeiras casa eram construídas, vindo a ser esta a rua principal do aglomerado e, em muitos casos, a principal rua da cidade.

As cidades insulares, do século XV, da mesma forma que as dos séculos XIII e XIV, eram construídas para povoar, colonizar e defender um território. Primeiramente, a ocupação dava-se de forma linear, acompanhando a rua paralela à orla. Em um segundo momento, desenvolviam-se ruas paralelas e próximas à primeira, e ruas de menor importância e tamanho, perpendiculares a estas, unindo-as. Iniciava-se, então, a urbanização, com os quarteirões um pouco retangulares com dimensões maiores às paralelas a orla. A estrutura dos quarteirões e dos loteamentos é muito semelhante à das cidades medievais planejadas em Portugal durante o século XIII.

Esta estrutura básica encontrada nas cidades atlânticas no século XV evidencia a utilização de princípios urbanísticos e experiência urbanizadora anteriores. Percebe-se uma utilização, de forma simplificada, dos princípios norteadores das cidades anteriores. Nas fases seguintes de desenvolvimento urbano das cidades insulares, como as outras ruas paralelas à principal ficavam cada vez mais distantes, os quarteirões formados com as transversais são agora alongados no sentido perpendicular ao mar. Assim, as perpendiculares foram adquirindo importância, pois levavam à primeira, paralela a orla, que mantendo sua importância no traçado. Esta inovação passa a ser perceptível a partir da primeira metade do século XVI. (Ver Figura 2).

Figura 2 – Planta da cidade de Ponta Delgada (1831)



Fonte: Teixeira (1999, p.41)

1.3.1.3 Os traçados modernos do século XVI

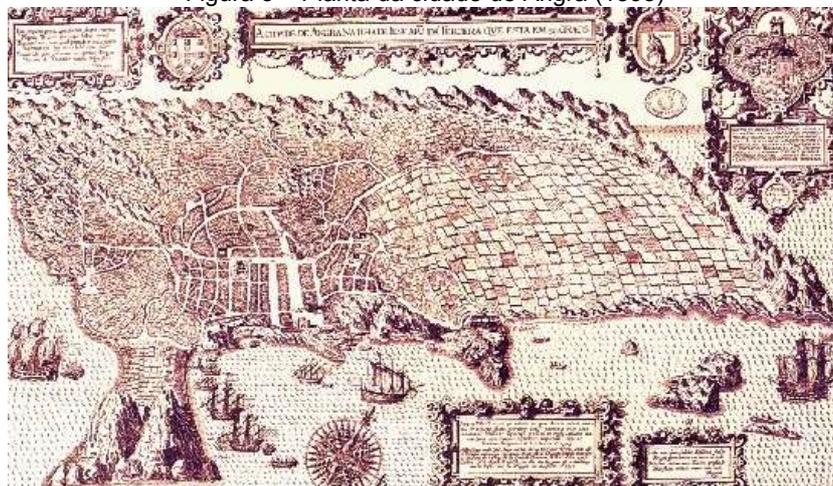
No final do século XV e ao longo do século XVI, tem-se um período de renovação urbanística em Portugal, onde ocorrem reformas, alterações e ampliações das cidades existentes. Nesse sentido, Teixeira e Valla (1999) destacam aos novos critérios adotados nas cidades:

As preocupações com a salubridade e a segurança da cidade, o entendimento dos espaços urbanos como espaços de vida, de representação social e palco de manifestações culturais, a procura de valorização estética dos espaços da cidade, e a reafirmação da noção de interesse público a que os interesses privados se deviam sujeitar são expressões de uma nova atitude para com a cidade e de um novo conceito de espaço urbano que continuarão a ser desenvolvidos. (TEIXEIRA, 1999, p. 83)

Neste período surgem as primeiras restrições a construções intra-lote. Por exemplo, em Lisboa, deveriam ser construídas paredes divisórias entre as casas até o telhado e deveriam ser retirados os balcões das fachadas ou qualquer elemento que pudesse interferir no passeio público.

Esta renovação se fez necessária na medida em que era crescente o número de pessoas que moravam nas cidades portuguesas do princípio do século XVI. Com isto, era imprescindíveis a expansão urbana e adequação sanitária e funcional frente às novas necessidades. Da mesma forma, a modernização do Estado e a concentração do poder real exigiam novos edifícios para o seu exercício. Tem início, então, o planejamento urbano, com a organização da cidade como um todo e com a regularidade de qualquer intervenção, buscando um embelezamento da mesma. Como ilustração, ver Figura 3.

Figura 3 – Planta da cidade de Angra (1595)



Fonte: Teixeira (1999, p.102)

1.3.2 O traçado urbano português e os primeiros povoados gaúchos

Inicialmente as vilas no Rio Grande do Sul foram povoadas, na sua maioria, por pessoas vindas do campo ou proprietárias de terras rurais que mantinham, também, uma casa na nucleação mais próxima, além dos migrantes estrangeiros.

Aos poucos as questões referentes à ocupação dos territórios das antigas vilas passaram a ser foco de interesse e preocupação dos gestores e das populações locais, como iluminação, pavimentação e limpeza das ruas, segurança e saúde. Neste momento foram desenvolvidos documentos, os Códigos de Posturas, que reuniam normas estabelecidas pela Câmara que serviam como regra para construção de novas edificações. Com eles, a população passava a ter princípios para construções que deveriam garantir abrigo, segurança e uma unidade do espaço urbano – também chamados de estética da arquitetura. Um exemplo sobre as questões referentes aos espaços públicos da cidade é apresentado por Macedo (1987, p. 88):

Alguns destes códigos determinavam que as luzes da porta principal ficassem acesas até certa hora da noite, o que era importante condição de segurança em virtude da carência ou mesmo ausência de iluminação pública. Proíbiam, por exemplo, fazer escadas da porta principal sobre as calçadas, mas permitiam que a calçada tivesse trechos em escadaria, como se pode ver em pequena casa térrea da Santo Amaro e na casa de Gaspar Pinto Bandeira e no Solar Alexandrino. (MACEDO, 1987, p. 88).

Com estas normas, garantia-se uma certa padronização das edificações e dos passeios públicos, criando um espaço mais uniforme. Conforme Reis Filho (1970), a

padronização dos lotes, implantações, fachadas e plantas, conferiu uma “impressão monótona” as cidades coloniais brasileiras, acentuada pela ausência de arborização junto ao espaço público ou em recuos de ajardinamento – inexistentes na época. A eventual existência de vegetação era decorrente dos vestígios pertinentes às áreas privadas que ultrapassavam o limite vertical dos muros.

A uniformidade dos terrenos correspondia à uniformidade dos partidos arquitetônicos: as casas eram construídas de modo uniforme e, em certos casos, tal padronização era fixada nas Cartas Régias ou em posturas municipais. Dimensões e números de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamentos com as edificações vizinhas foram exigências correntes no século XVIII. Revelam uma preocupação de caráter formal, cuja finalidade era, em grande parte, garantir para as vilas e cidades brasileiras uma aparência portuguesa. (REIS FILHO, 1970, p. 24)

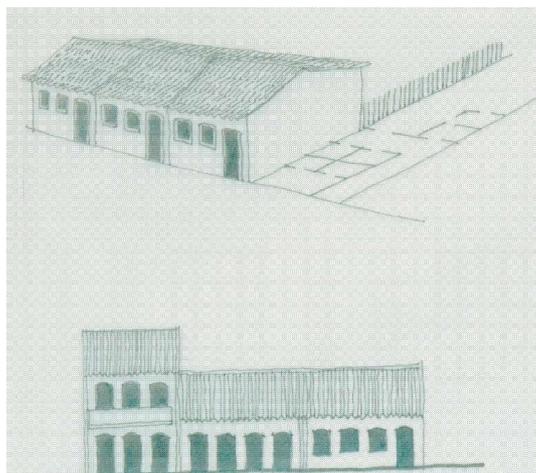
Reis Filho (1970) destaca assim a forma de construir no período colonial que, com suas técnicas simples e primitivas, inspiradas na forma de ocupação medieval européia, implicavam de forma direta na delimitação das ruas e do traçado urbano, procurando uma aproximação com os padrões construtivos portugueses. Estas normas, ao exigirem que os prédios fossem construídos no alinhamento frontal do lote, delimitavam o traçado das ruas, ou seja, as ruas não possuíam desenho limitado, até que fossem construídas as casas. Da mesma forma o recuo está ausente nos alinhamentos laterais do lote, refletindo a expectativa de edificação de outro prédio no mesmo alinhamento que possibilitasse a continuação e estabilidade ao telhado, além de proteger as empenas¹⁰ das intempéries. A simplicidade construtiva também se refletia na cobertura, geralmente em duas águas, lançando parte da chuva na rua e outra parte no pátio interno, evitando, assim, a necessidade de calhas ou outros elementos de captação e condução das águas pluviais, conforme ilustra a Figura 4.

As vilas e cidades apresentavam ruas de aspecto uniforme, com casas térreas e sobrados construídos sobre o alinhamento das vias públicas e sobre os limites laterais dos terrenos. (...) Aproveitando antigas tradições urbanísticas de Portugal, nossas vilas e cidades apresentavam ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos. (REIS FILHO, 1970, p. 21 e 22)

Esta uniformidade e padrão urbanísticos e arquitetônicos permitiram a formação de conjuntos residenciais de porta e janela ou de porta e duas janelas, com tipologia característica do período colonial português, conforme se pode observar nas Figuras 4 e 5.

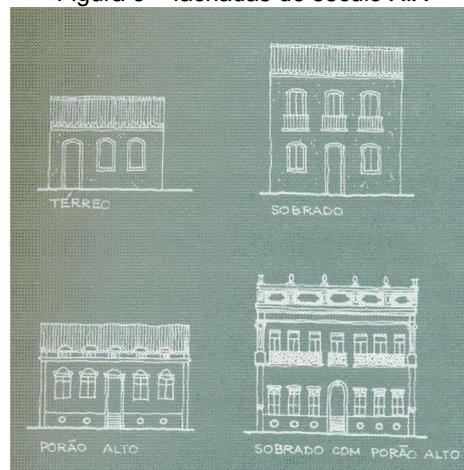
Figura 4 – conjunto de casas coloniais em fita

¹⁰ Pano vertical, geralmente em alvenaria, que protege e arremata o telhado no caso de não haver beirado.



Adaptado de REIS FILHO, 1970, p. 31

Figura 5 – fachadas do século XIX



Fonte: REIS FILHO, 1970, p. 41

Nas primeiras edificações construídas no estado do Rio Grande do Sul havia pouca variabilidade de tipos arquitetônicos, contemplando apenas a casa térrea e o sobrado, sendo o pavimento térreo dos sobrados destinado à ocupação, quando não para comércio, para acomodação de os escravos, depósito ou permaneciam vazios. No pavimento superior, ficava a habitação da família do proprietário. Em alguns casos, têm-se pequenas alterações na disposição de peças e funções das casas coloniais, mas que, no entanto, não alteravam a composição das fachadas.

Essa tipologia mais uniforme da arquitetura menor das cidades de colonização portuguesa permitia, portanto, um destaque maior para as edificações representativas dos poderes instituídos – da Igreja e do Governo. Tais elementos, em conjunto com praças e eixos de circulação, davam-lhe o caráter de monumentalidade. Havia assim, na própria concepção da cidade, a ênfase sobre os territórios dos grupos políticos e sociais que influenciavam no processo de ordenamento do espaço urbano. Estes aspectos ainda encontram-se presentes em grande parte das cidades coloniais, associados ao relevo acidentado, preferencialmente escolhido pelos primeiros colonizadores para sua implantação, gerando ainda maior visibilidade a estas construções, conferindo-lhes um caráter estruturador e orientador de navegação para os usuários destes espaços.

O espaço urbano pode ser percebido de diferentes formas, de acordo com o olhar do observador. Para fins científicos, pode-se utilizar distintos métodos, assim, no item a seguir, apresenta-se a descrição de um método de percepção do espaço urbano que permite o registro dos efeitos da composição do conjunto que compõe a cidade sobre o passante.

SEÇÃO 2

A CIDADE DE RIO PARDO:

FORMAÇÃO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO NÚCLEO URBANO

O objeto de estudo desta pesquisa é a cidade de Rio Pardo. Ela está localizada no extremo sul do Brasil, no centro do estado do Rio Grande do Sul, conforme se pode observar na Figura 11. Nesta seção, serão descritas suas principais características, como a localização estratégica, na confluência de dois importantes rios (Jacuí e Pardo), seus aspectos urbanísticos, territoriais, sócio-econômicos e políticos institucionais. Da mesma forma, serão destacadas alguns elementos que qualificam a cidade no contexto regional bem como uma breve descrição da evolução urbana de Rio Pardo, com destaque para a inserção de novas territorialidades e as mudanças no cotidiano da população.

Para o desenvolvimento desta seção, foram utilizadas informações obtidas junto ao arquivo histórico do município de Rio Pardo, aos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), às estatísticas da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do estado do Rio Grande do Sul e à bibliografia referente ao processo de formação do território rio-grandense. Para descrição das características perceptivas e sensações obtidas ao transitar pela cidade, foi desenvolvido levantamento perceptivo conforme metodologia de Maria Elaine Kohlsdorf.

A presente seção está estruturada em seis partes, sendo que na primeira, denominada *Sítio e Situação*, tem-se a descrição do local em que se situa o município, no contexto do estado do Rio Grande do Sul e na Região do Vale do Rio Pardo, bem como da cidade no contexto do município e distritos, e da área de estudo no contexto da cidade.

Na segunda parte, *Aspectos Sócio-Econômicos e Político Institucionais*, são abordadas características censitárias e demais dados quantitativos que caracterizam a cidade e o município.

Figura 06 - Mapa Brasil com divisão estadual



Adaptado de www.brasil_fotos.com/mapa-brasil.htm. Acesso em 09/08/2005

No terceiro sub-item, denominado *Aspectos Urbanísticos e Territoriais*, são contempladas as características tipológicas e perceptivas do espaço urbano e arquitetônico da cidade de Rio Pardo, bem como uma breve contextualização das territorialidades da área em estudo.

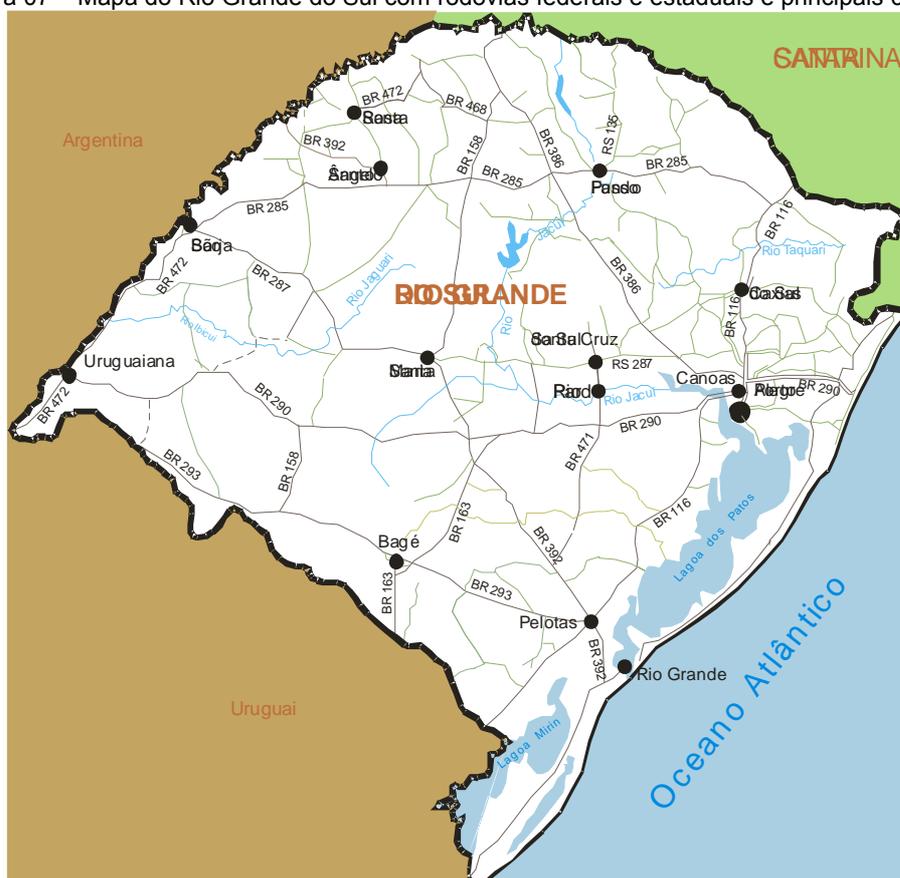
Em *Quadro Síntese da Evolução Urbana de Rio Pardo*, quarta parte desta seção, é feita uma reorganização dos principais acontecimentos em Rio Pardo a partir da implantação da cidade até a atualidade, com ênfase para a consolidação de novas territorialidades.

Por fim, na quinta e última parte, *Importância de Rio Pardo*, é discutido o papel de Rio Pardo no desenvolvimento da Região do Vale do Rio Pardo, a relevância de seu patrimônio arquitetônico e urbanístico no contexto regional e estadual.

2.1 Aspectos Sócio-Econômicos e Políticos Institucionais

O município de Rio Pardo está localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul, compondo, conforme sua organização político-administrativa, a Região do Vale do Rio Pardo, representativa no Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE). Seus limites são os municípios de Pantano Grande, ao sul, Santa Cruz do Sul, Candelária e Vera Cruz ao norte, Cachoeira do Sul a oeste e os municípios de Minas do Leão e Vale Verde ao leste (Ver Figura 12).

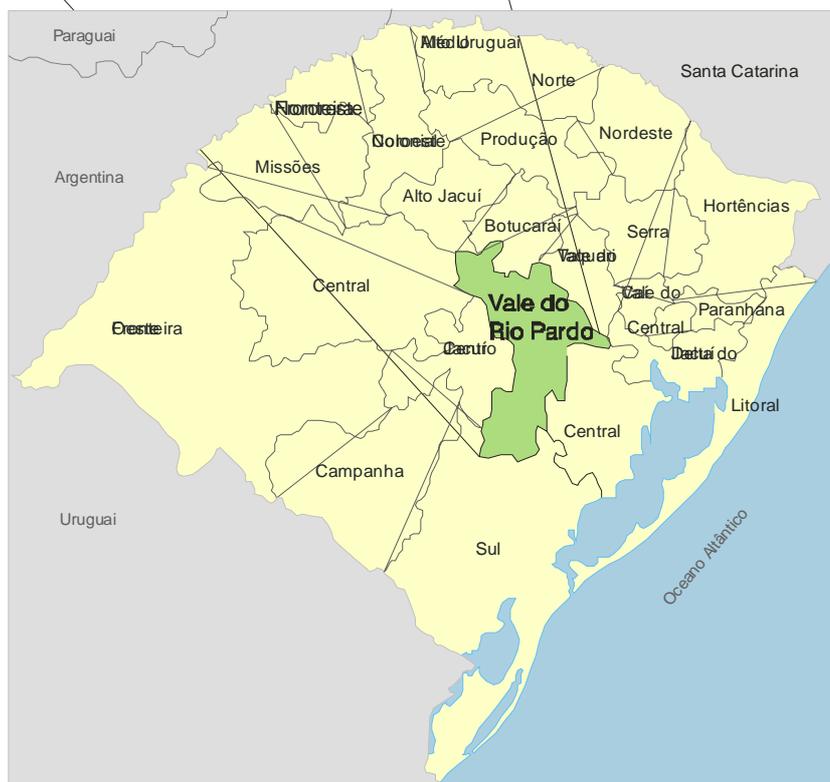
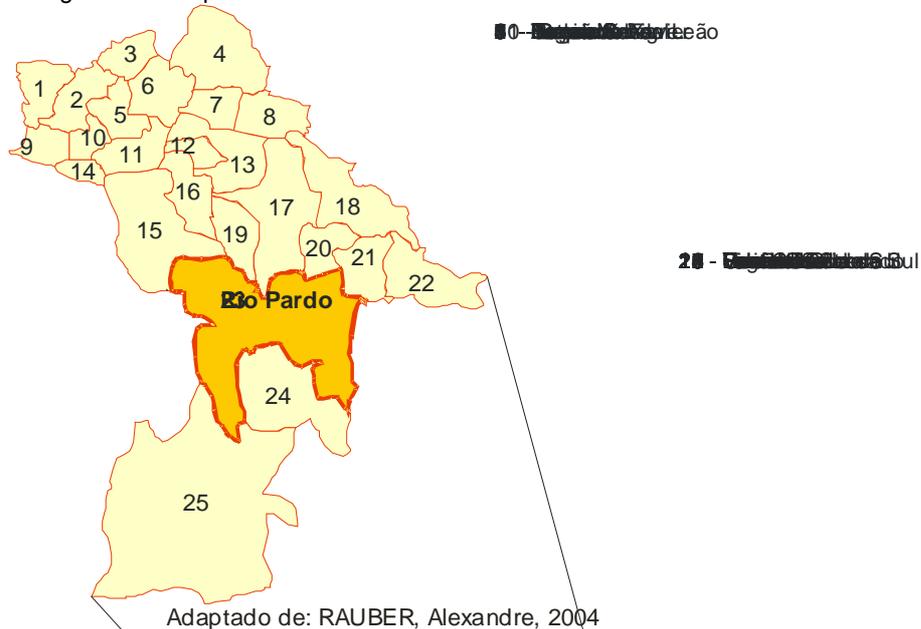
Figura 07 – Mapa do Rio Grande do Sul com rodovias federais e estaduais e principais cidades



Adaptado de: Ministério dos Transportes

A sede do município de Rio Pardo está localizada na confluência dos Rios Pardo e Jacuí, com uma altitude aproximada de 56 metros acima do nível do mar distante 144 Km da capital do estado, Porto Alegre e 32 Km da cidade de Santa Cruz do Sul. Como principais vias de acesso, pode-se destacar a BR 471 em direção a Pantano Grande (acesso pela BR 290); RS 403 para Cachoeira do Sul e a BR 471 em direção a Santa Cruz do Sul (acesso pela RS 287), conforme Figura 12.

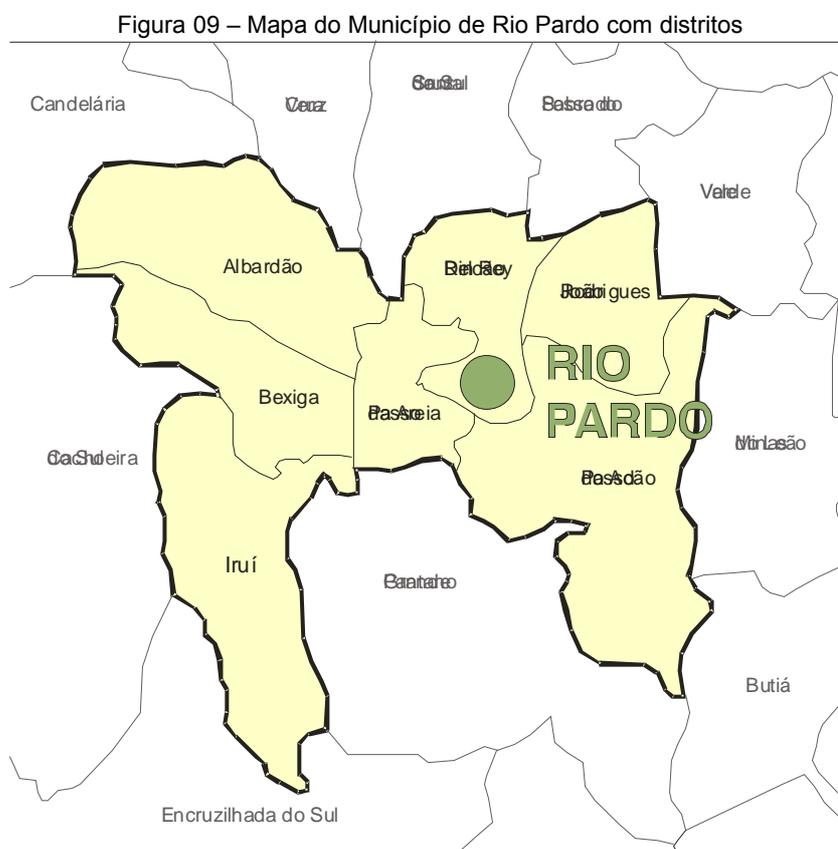
Figura 08 – Mapa do Estado do Rio Grande do Sul com divisão dos COREDES



O município de Rio Pardo é o segundo mais extenso da região do Vale do Rio Pardo, com 2.185,00 Km², menor apenas que o município de Encruzilhada do Sul que possui 3.419,00 Km². O município de Candelária é o terceiro mais extenso, com 939,00 Km². No

entanto, Rio Pardo possui a menor população e, conseqüentemente, a menor densidade demográfica da Região do Vale do Rio Pardo: 4.644 habitantes, com uma densidade de 2,13 hab/Km².

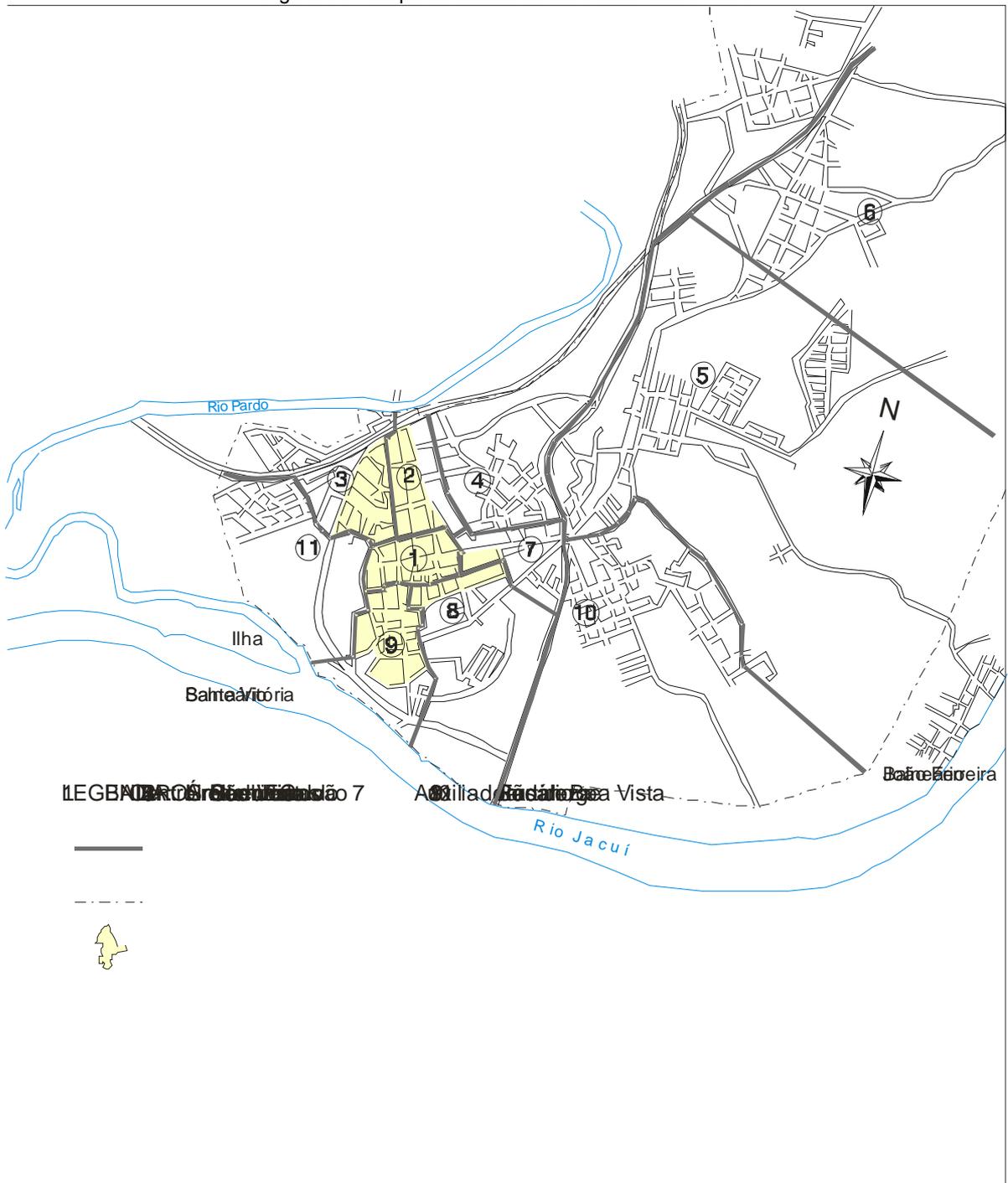
A área do município de Rio Pardo é de 2.050,53 Km², com população total de 37.783 habitantes (IBGE, 2000), sendo que destes, 26.041 encontram-se em zona urbana e 11.742 estão em área rural. O município está dividido em oito distritos: Rio Pardo, Albardão, Bexiga, Iruí, João Rodrigues, Passo da Areia, Passo do Adão e Rincão Del Rey, conforme distribuição apontada na Figura 14.



Organizado pela autora, a partir de mapa base, <http://www.geolivres.gov.br>. Acesso em 03/02/2006

A cidade de Rio Pardo, por sua vez, está dividida em dez bairros, conforme Figura 15.

Figura 10 – Mapa da cidade de Rio Pardo com bairros



Organizado pela autora a partir de mapa base, Lab. Cartográfico da UNISC, 2005

2.2 Aspectos Urbanísticos e Territoriais

A partir da fundação de Porto Alegre (1772), com a pacificação e com o Tratado de Santo Ildefonso (1777), tem início um período em que diminuam as preocupações com a defesa do território, possibilitando assim, a consolidação de alguns traçados e uma ocupação mais efetiva do solo.

Em decorrência destes fatos, em 1809, foi feita a divisão administrativa do território do Estado do Rio Grande do Sul em quatro grandes partes correspondentes aos quatro primeiros municípios gaúchos: Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Amaro da Patrulha (ver Figura 16.). Desde 1751, com a instalação da primeira Câmara de Vereadores, até a divisão do território gaúcho, tem-se uma única administração.

Figura 11 – Mapa com divisão Rio Grande do Sul no ano de 1809



Adaptado de RAUBER, Alexandre

Entre 1809 e 1832, três dos municípios são divididos (apenas Santo Antônio permanece com a divisão inicial) totalizando treze unidades administrativas. Rio Grande origina três novos municípios, Rio Pardo, quatro e Porto Alegre, um. Mesmo com a divisão, Rio Pardo ainda representava quase um terço do território gaúcho correspondente à grande área na fronteira noroeste.

A importância da cidade de Rio Pardo deve-se, sobretudo, a sua localização estratégica, quando da ocupação do sul do estado do Rio Grande do Sul pelos portugueses, no final do século XVIII. Riopardense de Macedo (1987) descreve como se deu o início do processo de ocupação da cidade de Rio Pardo:

Muitos anos após a criação do presídio Jesus Maria José, no canal do Rio Grande naquele ano de 1737, os portugueses ainda ficaram limitados a estreita faixa entre as lagoas e o oceano. Este caminho de penetração de laguna até à Colônia do Sacramento recebeu, mais tarde, como consequência do Tratado de Madrid (1750) um outro ramo, da foz do Jacuí até Rio Pardo, em função da criação nesta localidade do forte que se constituiu na "segunda fronteira", fronteira ocidental. (MACEDO, 1987, p. 57).

Macedo (1987) destaca as duas principais linhas de penetração no território gaúcho: uma que ligava Laguna ao Rio Grande e outra de Porto Alegre a Rio Pardo. Esta última, por unir duas concentrações humanas significativas para o período, é de grande importância devido ao valor arquitetônico e urbano.

Porto Alegre e Rio Pardo tiveram processo de desenvolvimento semelhantes, com instalação de equipamentos e soluções urbanas muito parecidas:

- a) Ambas viveram do rio e se utilizaram do ponto de transbordo;
- b) As ruas principais, Duque de Caxias em Porto Alegre e Santo Ângelo (atual Andrade Neves) em Rio Pardo, localizavam-se no divisor de águas e receberam os edifícios mais importantes;
- c) A partir das ruas principais, abria-se outra rua, perpendicular, que conduzia até o centro de interesse junto ao rio. Em Porto Alegre, a rua do Ouvidor (atual General Câmara) e em Rio Pardo, a rua da Ladeira (atual Júlio de Castilhos) que ia até o porto, passando pela Fortaleza;
- d) As igrejas também possuem implantações semelhantes: em Porto Alegre, a igreja Nossa Senhora do Rosário está na parte baixa, próxima ao rio, enquanto a matriz

está na principal rua, no divisor de águas; em Rio Pardo a matriz, Nossa Senhora do Rosário, foi edificada ainda perto do rio, mesmo sendo esta, a parte baixa da cidade. Mais tarde, entretanto, é construída, na principal rua, a igreja mais importante da época: a Santo Ângelo que deu nome à rua. (foi substituída, mais tarde pela igreja Nosso Senhor dos Passos).

2.2.1. Sítio de implantação e caracterização das vias da cidade de Rio Pardo

O sítio onde se encontra a sede do município de Rio Pardo possui relevo acidentado, característica que possivelmente foi decisiva na escolha da implantação da cidade, visto que uma das principais preocupações daquele momento, era a necessidade de proteção das divisas do território (Para maiores informações, ver Seção 1).

A proteção das divisas configurou o caráter da cidade de Rio Pardo: primeiramente militar, devido à defesa do território e, em um segundo momento, comercial, uma vez que pelas suas terras (via estrada de terra) e águas (via fluvial nos Rios Pardo e Jacuí) eram transportadas mercadorias manufaturadas e gado. É nesta época que começam a ser constituídos o traçado urbano e os prédios em estilo colonial.

Devido ao terreno acidentado, Rio Pardo teve implantadas ruas irregulares, que se adaptam a declividade do sítio, configurando um traçado de ruas irregular, ao contrário do traçado xadrez, técnica mais utilizada na época, séc. XVIII. Entretanto detém características típicas do período colonial, como a forma de implantação das residências nos lotes e a configuração do espaço urbano (para maiores informações, ver Seção 1). Em Rio Pardo, as construções edificadas até os limites laterais do lote, sem recuo entre a edificação e os terrenos vizinhos, refletiam a expectativa de edificação de outro prédio no mesmo alinhamento. A simplicidade construtiva também se refletia na cobertura, geralmente em duas águas, lançando parte da chuva recebida na rua e parte no pátio interno, evitando, assim, a necessidade de calhas ou outros elementos de captação e condução das águas pluviais. Exemplos destas edificações são encontradas nas ruas Andrade Neves e Dr. João Pessoa, conforme Figuras 17 e 18.

Em Rio Pardo, como nas demais cidades coloniais portuguesas, tem-se a rua – espaço público – como um resultado direto da tipologia das edificações residenciais e comerciais – espaços privados. Como o transporte era feito via carroças, ruas e calçadas fundiam-se em um só espaço, muitas vezes, não muito

largo. Com a demanda de automóveis, e a necessidade de um espaço específico, delimitado para sua circulação, o espaço destinado ao passeio público foi extraído do leito carroçável, resultando em ruas e passeios estreitos, muitas vezes insuficientes para a demanda de automóveis e pedestres, conforme se pode observar na rua Andrade Neves.

Figura 12 – Conjunto colonial à rua João Pessoa



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 13 – conj colonial à rua Andrade Neves



Foto: COSTA, A. S. 2005

As tipologias arquitetônicas tiveram pouca variação em Rio Pardo, mantendo-se as características comuns do período colonial português. A variação limitava-se a edificações térreas, em chão batido e sobrados, com piso assoalhado. Neste último, as edificações serviam tanto para moradia quanto para comércio – no pavimento térreo.

Entretanto, a maioria das edificações em Rio Pardo possui outro elemento construtivo muito peculiar, o porão. “Neste caso o porão, muito alto, aproveitando o desnível do terreno, era destinado ao depósito de escravos, garagem e serviços diversos”. (WEIMER, 1987, p.88). Os porões eram um compartimento “extra” na simplificada planta colonial, entretanto, seu uso limitava-se a outras funções que não a moradia dos familiares do proprietário. Estes, seguindo a tradição, estabeleciam sua moradia no pavimento superior. (ver exemplo de porão em parte da edificação na Figura 19).

Contudo, os porões nem sempre são visíveis do passeio público. Muitas vezes a fachada principal não mostra nenhuma evidência da existência de porão ou apresenta apenas uma pequena gateira – abertura na alvenaria para ventilação do porão geralmente fechada com gradil ou tela sendo visível do passeio público e junto a este –, dando a idéia da existência de porão baixo. Exemplos desta tipologia podem ser encontrados nas construções situadas no meio de quadras na rua Andrade Neves – nos lotes do lado esquerdo de quem entra na cidade. Nessas condições, acesso ao porão alto se dá pelos fundos do terreno, em cota inferior à do passeio público.

Outra peculiaridade em Rio Pardo, também resultante das diferenças de cota do terreno, são as escadarias nas calçadas. Não era permitido fazer escadarias no passeio público, perpendiculares a rua, para acesso à edificação. A solução então encontrada foi a construção de escadarias que elevam o nível do passeio como um todo para se chegar na cota interna do prédio, o que pode ser visto na Figura 20.

Figura 14 – edificações na rua da Ladeira



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 15 – escadaria no passeio



Foto: COSTA, A. S. 2005

A variabilidade tipológica das edificações (mesmo que dentro de uma uniformidade), acrescida ao traçado irregular e às diferentes cotas de nível na cidade como um todo, proporcionam certa dinâmica visual para quem percorre as ruas do centro. São caminhos que incitam a descoberta, despertam a curiosidade do observador e se abrem, muitas vezes (quando na parte alta da cidade), para uma ampla paisagem, onde geralmente é possível avistar ora o rio Jacuí ora o rio Pardo (Figura 21).

Figura 16 – Visual do Rio Jacuí a partir da Trav. Borba (na mesma cota da rua Andrade Neves)



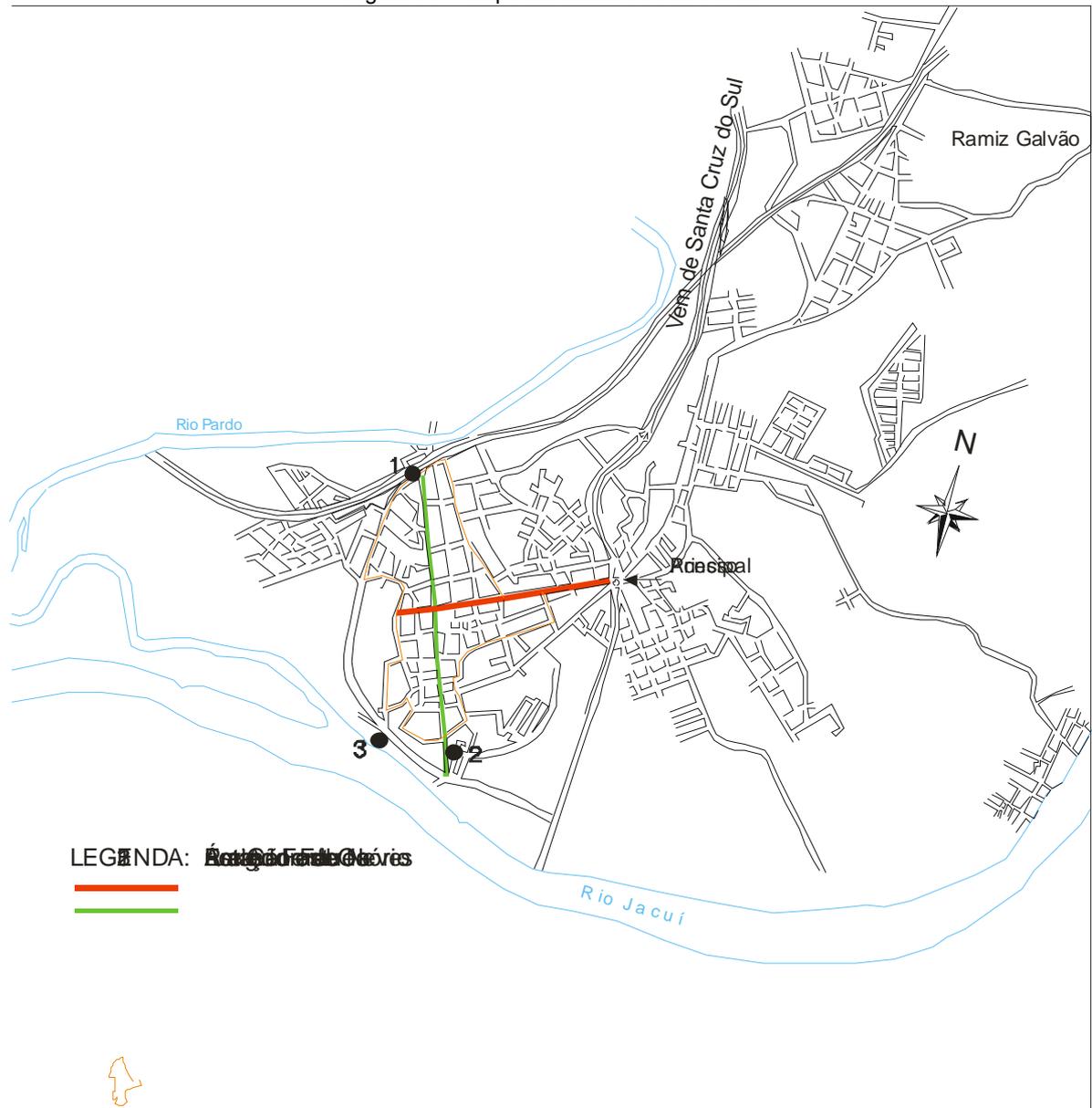
Foto: COSTA, A. S. 2005

2.2.2 Um olhar sobre a paisagem urbana de Rio Pardo

O cruzamento de ruas não perpendiculares entre si formem largos, praças e espaços, criando uma sensação, ao mesmo tempo de “desorientação” (a variabilidade do sentido das ruas causa sensação de “não se saber onde se está”) e inquietude, pois é necessário decidir qual caminho percorrer, por qual rua passar.

No entanto, ao observar o atual traçado urbano de Rio Pardo, percebe-se que esta aparente “desorganização” é articulada por dois eixos retilíneos: a rua Andrade Neves e a rua General Osório. A primeira é, atualmente, a rua mais importante da cidade, concentrando a maioria do comércio e atividades institucionais, sendo a rua que liga o principal trevo de acesso à cidade ao outro extremo, que conduz ao porto e à estação férrea, conforme se pode observar na Figura 22.

Figura 17 – Mapa da cidade de Rio Pardo



Organizado pela autora, a partir de mapa base, Lab. Cartográfico da UNISC, 2005

A rua Andrade Neves, por ser retilínea, praticamente plana e estar no divisor de águas, acaba sendo um “porto seguro”, uma referência para os usuários da cidade, uma vez que as demais vias são sinuosas e possuem diferentes cotas de nível. Também se evidencia sua importância por ser a rua de entrada da cidade, conduzindo, do principal trevo de acesso até o outro extremo da cidade, onde se encontram o porto e a estação férrea. Além disso, é na rua Andrade Neves que se localizam atividades cruciais para a dinâmica da cidade, desde o momento de sua formação, como o Fórum, o Presídio e a Câmara de Vereadores, bem como, atualmente, o comércio, a Prefeitura e o Clube. (ver Figura 23).

Por ter sido uma das vias principais de Rio Pardo e por atualmente, ser a rua mais dinâmica da cidade, a Andrade Neves possui, ao longo de seu traçado, prédios representativos de distintos momentos da cidade e em diferentes estados de conservação, com é possível identificar na Figura 24.

A Figura 25 mostra uma vista parcial de uma quadra na rua Andrade Neves (do lado esquerdo de quem adentra na cidade), sendo que o último prédio do conjunto está na esquina com a rua da Ladeira (Júlio de Castilhos). Este exemplo parece apropriado para demonstrar os distintos momentos pelos quais a cidade passou. O prédio que aparece em primeiro plano data do final do século XIX (aproximadamente 1896) e atualmente encontra-se em ruínas – apenas as paredes externas resistem à ação do tempo. Internamente, nada mais resta do antigo sobrado, há apenas um grande vazio, com alguns destroços e vegetação que ali se desenvolveu. A outra edificação data do início do século XIX

Figura 18 – vista da rua Andrade Neves



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 19 – vista da rua Gal. Osório a partir da Andrade Neves, em direção ao rio



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 20 – conjunto rua Andrade Neves



Foto: COSTA, A. S. 2005

(aproximadamente 1946). Inicialmente, foi construída para abrigar uma residência, entretanto, em 1944 o prédio sofreu uma reforma, como o acréscimo do frontão, para que abrigasse o Fórum Municipal. Atualmente o prédio encontra-se desocupado e sem conservação, entretanto possui seus elementos arquitetônicos originais. Em seguida, tem-se uma edificação do século XX, com um total de quatro pavimentos e outra composição de fachada, quebrando com a leitura da fachada do conjunto, uniforme, proporcionada pelos edifícios descritos anteriormente. Ao fundo da imagem, seguindo a seqüência, tem-se a edificação histórica que está, atualmente, incorporada ao cotidiano das pessoas. Atualmente, está sendo utilizada pela Prefeitura Municipal. Esta edificação ainda possui seus elementos originais, entretanto os materiais estão em péssimo estado de conservação, necessitando de restauração.

A rua General Osório (ver Figura 25), destaca-se por ser uma rua em linha reta que unia duas importantes atividades quando da formação da cidade: o Forte (atualmente em terreno da CORSAN) e a Estação Férrea. Entretanto esta importância não é verificada no atual cotidiano da cidade. Diferentemente da rua Andrade Neves, a rua General Osório deixou de ter maior significado para a cidade, uma vez que deixaram de ser utilizados os transportes férreo e fluvial. Outra diferença em relação à rua Andrade Neves é quanto à atividade que ela comporta. Na rua General Osório, tem-se como principal atividade a residencial, ao contrário da rua Andrade Neves, onde se verifica uma predominância das atividades comerciais e institucionais sobre a residencial.

2.3 Evolução Urbana de Rio Pardo

A cidade de Rio Pardo teve sua origem em 1750, com a consolidação do povoado, iniciando uma trajetória de destaque no desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo. Até a atualidade, passou por distintas fases sociais, culturais, econômicas e políticas que se refletiram no desenvolvimento da malha urbana e das características morfológicas da cidade.

A fortaleza Jesus Maria José¹¹, um dos elementos que deram origem ao traçado da cidade, situado às margens da confluência dos rios Pardo e Jacuí, foi implantada com o objetivo de consolidar o processo de ocupação do território do Rio Grande do Sul, no sentido de proteção das divisas. Sua localização deu-se em decorrência das condições do sítio e da navegabilidade dos rios Jacuí e Pardo, uma vez que, a partir deste ponto, não possuíam calado adequado para navegação em direção ao interior do estado.

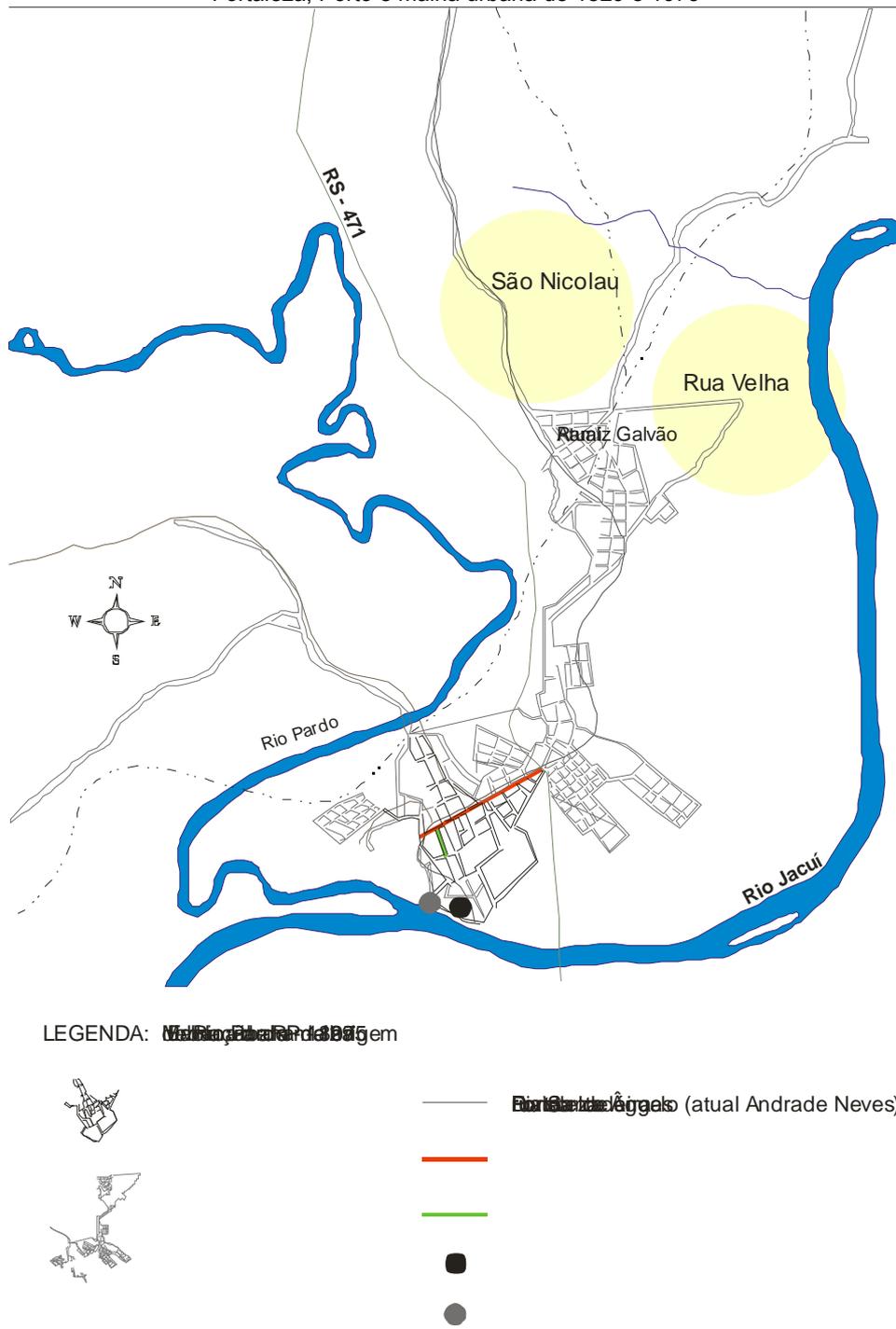
A partir deste equipamento de caráter militar, surgiu o núcleo urbano de Rio Pardo, que passou a concentrar atividades de apoio à produção. Com rápido crescimento econômico, o núcleo foi elevado de povoado à freguesia no ano de 1769, com a denominação de “Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo”, tornando-se, em 1809, um dos primeiros municípios do Rio Grande do Sul, juntamente com Porto Alegre, Santo Antônio e Rio Grande, conforme já citado anteriormente.

Neste período, a cidade era importante entreposto comercial, uma vez que, com sua posição estratégica, junto ao rio, favorecia o transporte de mercadorias que vinham de Porto Alegre e que seguiam via estradas de chão para o interior do estado, mais especificamente, para a região das Missões Jesuíticas. Assim, nesta época, Rio Pardo era tão ou mais importante que a capital do estado, tendo, durante algum tempo, população superior à de Porto Alegre, predominante de índios, escravos e portugueses. Devido à necessidade de transporte das mercadorias que chegavam pelo rio, abriram-se as primeiras ruas.

Apesar da existência da fortaleza, foi na então conhecida região de Velha, atual Ramiz Galvão, entre os arroios do Couto e Diogo da Trilha, que colonizadores açorianos fixaram-se. Além deste local, existia a Aldeia de São Nicolau, formada basicamente por índios guaranis vindos das Missões (ver Figura 26).

¹¹¹ Apesar da existência de uma planta baixa da Fortaleza Jesus Maria José, inclusive uma placa de mármore com seu desenho em relevo no terreno da CORSAN, e de alguns indícios de que tenha sido construída, não há evidências concretas de que o Forte foi edificado com a distribuição que sugere a planta baixa.

Figura 21 – Mapa da cidade de Rio Pardo com Rua Velha, São Nicolau, ruas Santo Ângelo e Ladeira, Fortaleza, Porto e malha urbana de 1829 e 1975



Organizado pela autora, a partir do DSGE e Laboratório de Geoprocessamento – UNISC

Assim, as primeiras vias abertas ligavam a Rua Velha e a Aldeia de São Nicolau, pontos de interesse, às zonas do Forte e do Porto. Possivelmente as duas primeiras vias originaram a rua Santo Ângelo, atual Andrade Neves, uma vez que ali já se localizava a

Capela de Santo Ângelo (1759) e a rua da Ladeira, iniciando o traçado urbano que hoje caracteriza o centro histórico de Rio Pardo.

A escolha do sítio de implantação da fortificação e povoação de Rio Pardo seguiu os princípios característicos da colonização portuguesa, como a ocupação de um lugar elevado para a instalação da fortaleza, que permitisse uma boa visualização das vias fluviais e dos caminhos terrestres. Não se tem indício de uma estruturação urbana prévia na composição do traçado em Rio Pardo, entretanto, a instalação de alguns prédios públicos, religiosos e praças, pode ter servido como base para o desenvolvimento do restante das ruas e quadras.

O núcleo teve a sua expansão inicial da fortaleza no sentido norte seguindo como eixo de desenvolvimento a rua direita ou da Ladeira e a partir deste ponto seguiu o divisor de águas formado pela atual rua Andrade Neves, aproveitando ao máximo as cotas mais altas do terreno na direção oeste-leste. (SCHNEIDER, 2005, p. 105).

Entretanto, a ocupação teve como área preferencial a parte mais baixa, próxima à fortaleza, e à rua da Ladeira, que concentravam as principais atividades do período, ficando a ocupação da rua General Andrade Neves para um segundo momento. Dessa forma, a implantação da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário (1779) e o restante do entorno da praça à qual faz parte, se dá na parte baixa da cidade. Contudo, o espaço urbano foi se estruturando conforme as experiências de vida e as adaptações às condições naturais do sítio de implantação, sem uma prévia estruturação do traçado.

A religião teve papel importante na organização da vida social e cultural de Rio Pardo, uma vez que a construção das principais Igrejas da cidade culminou com o processo de povoação do território. Serviram tanto para registro de nascimentos e casamentos como pontos de interesse onde eram feitos os comunicados e chamamentos à população quanto aos assuntos de interesse desta.

Com o crescimento de Rio Pardo, intensificam-se as atividades na rua General Andrade Neves, que deixa de ser mero meio de ligação para assumir um caráter de permanência, tornando-se de uso constante, característica que assume até a contemporaneidade.

(...) juntamente com o gradativo crescimento do núcleo urbano consolidam-se ou vão surgindo diversos equipamentos, de natureza militar, (...). De natureza religiosa, pela construção de diversas igrejas e capelas, e juntamente com essas o surgimento de espaços de lazer e de comércio como as praças da Matriz e da Igreja São Francisco. Por último, organiza-se a infra-estrutura básica de transporte através

do porto fluvial no Jacuí e da formação de uma rede de vias terrestres ligando o núcleo de Rio Pardo e outras regiões. (SCHNEIDER, 2005, p.106).

As praças junto às Igrejas assumem papel importante no cotidiano da população, uma vez que agregam funções como venda de produtos diretamente ao consumidor, sem “atravessadores”, bem como servem como palco para o encontro de pessoas em atividades de lazer.

O período compreendido entre os anos de 1809 e 1865 é marcado, principalmente, pelo desenvolvimento econômico e pela organização da então Vila de Rio Pardo. A freguesia de Rio Pardo elevou-se à condição de Vila em maio de 1811, com instalação da vila e do município. Com isto, ocorreu a nomeação para cargos públicos e a redação dos códigos de posturas que regulamentariam as atividades realizadas na Vila, originando as posturas da instalação da Câmara, em 1832 e complementações, em 1851, quando foram redigidas novas posturas municipais. A vila de Rio Pardo é elevada à condição de cidade em março de 1846.

A população de Rio Pardo, neste período, era composta basicamente por militares, açorianos, escravos e índios, sendo que os escravos constituíam praticamente uma quarta parte do total da população (REZENDE, 1993). A importância da cidade é mantida devido à sua localização estratégica na região, à grande utilização do porto e pela fortificação militar.

As Irmandades tiveram grande influência na vida sócio-cultural da população riopardense sendo que neste período, Rio Pardo possuía a Igreja São Francisco de Assis, atual Capela, a Igreja Matriz e a Igreja Nosso Senhor dos Passos (construída onde antes existia a Capela de Santo Ângelo). Conforme Laytano (1946), no ano de 1823 iniciou-se os levantamentos e cadastramentos das edificações, totalizando cerca de 280 prédios urbanos em Rio Pardo.

Em meados de 1850, foram executadas diversas melhorias em relação aos serviços e equipamentos urbanos, como a colocação de lâmpões para iluminarem a cidade à noite e a qualificação dos serviços de estradas.

No primeiro código de posturas, criado em 1811, consta a delimitação do que era considerado urbano. A mesma delimitação aparece no código de posturas de 1832 e 1849, sendo que não há uma definição clara do espaço ocupado pela cidade. Nesta fase, observam-se várias iniciativas com o propósito de qualificar o espaço considerado urbano,

como com o surgimento da figura do arruador, que tinha como principal tarefa determinar o alinhamento das construções, a altura da soleira dos prédios e a determinação de não se construir degraus no limite externo das edificações, para acesso às portas principais, deixando o passeio público livre de obstáculos. Ainda neste ano, inicia-se a pavimentação do espaço destinado aos pedestres, proíbe-se o despejo de efluentes que não as águas pluviais no passeio público, sendo que estes deveriam ser recolhidos pelos escravos e levados até o rio. No entanto, o espaço urbano de Rio Pardo ainda apresentava deficiências de abastecimento e infra-estrutura básica. (SCHNEIDER, 2005).

Após o ano de 1865, até a metade do século XX, a cidade de Rio Pardo perde importância no contexto estadual e regional, uma vez que a função militar começa a não fazer mais sentido: o transporte fluvial é substituído pelo terrestre através de linhas de trem e de estradas, ocorre queda no preço do arroz e do gado e a cidade não acompanha o processo de industrialização que passou a ser implementado no estado.

Em 1869 teve início a construção das ferrovias que ligavam cidades importantes no período, sendo que a inauguração da linha que unia Porto Alegre e Santa Maria, passando por Rio Pardo ocorreu em 1885. O trem agilizou o transporte de mercadorias entre as cidades, mas, ao mesmo tempo, reduziu a utilização do porto que, até então, era um dos principais atrativos de Rio Pardo. O porto de Porto Alegre passa a ser o principal meio de exportação de mercadorias.

A construção da Estação Férrea no lado oposto à fortaleza e ao porto estimulou o crescimento deste local da cidade, com a instalação, de residências e prédios comerciais. Com isto, consolidou-se uma área comercial na rua João Pessoa, que juntamente com a rua Júlio de Castilhos, Almirante Alexandrino e Andrade Neves, formavam os principais eixos viários do período. Aproximadamente na metade do século XX, com o transporte rodoviário, é construída na rua João Pessoa a Estação Rodoviária de Rio Pardo. Com a construção da estação férrea de Ramiz Galvão, intensificou-se a ocupação deste local.

Até as posturas de 1877, os espaços públicos abrigavam atividades como a venda de produtos alimentícios. Nas posturas de 1898, estes locais deixam de servir como espaço comercial, passando apenas à função de lazer, com a implementação de arborização tanto nas praças quanto nas vias públicas.

Ainda nas posturas de 1877, têm-se restrições construtivas que implicaram em novos padrões de edificações, com novas possibilidades construtivas. Assim, passa-se a ter uma linguagem eclética em substituição à colonial, tanto na construção de novas edificações quanto nas reformas dos prédios coloniais. Da mesma forma, alteram-se as práticas sociais e culturais principalmente, em relação a cuidados quanto à higiene urbana, como a implementação de infra-estrutura quanto à distribuição e captação de água e esgoto e arborização das ruas. Como exemplos ecléticos, têm-se os prédios do Clube Literário e Recreativo e o Colégio Militar, ambos localizados na rua Andrade Neves.

Neste período, devido às novas tecnologias, como o uso de calhas e condutores pluviais, surge um novo elemento de acabamento de cobertura: a platibanda. Sua utilização altera a composição das fachadas e o espaço urbano, uma vez que as águas não são mais despejadas diretamente no passeio público. Em muitas edificações coloniais o beirado foi cortado, dando lugar às calhas e à platibanda, como no caso do prédio da antiga prefeitura, localizado na esquina das ruas Andrade Neves e da Ladeira (ver Figura 27). Neste caso, o beirado foi mantido na fachada da rua histórica e substituído por platibanda na fachada da rua Andrade Neves. Já no prédio do antigo Fórum que, originalmente servia como residência e tinha tipologia colonial, foram acrescentados elementos decorativos de composição de fachada e de cobertura, como platibanda e frontão, que modificaram sua tipologia original, passando às características de uma edificação eclética, imponente (ver Figura 28).

Figura 22 – prédio antiga prefeitura



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 23 – prédio antigo Fórum



Foto: COSTA, A. S. 2005

Apesar de novas características de composição de fachada, a implantação no lote segue as características do período colonial, como a construção junto ao alinhamento frontal. Em alguns casos, há recuo em uma das laterais do lote, entretanto, devido à forma dos terrenos, estreitos e compridos, manteve-se em sua maioria, as casas geminadas (sem recuos laterais).

A partir da segunda metade do século XX, Rio Pardo tem melhorias quanto ao aspecto econômico devido, basicamente, à formação de cooperativas agrícolas e pastoris, seguindo uma tendência estadual. Tem-se um aumento da população urbana e diminuição da população rural. Assim, acontecem melhorias nos equipamentos e infra-estruturas urbanas, bem como ocorre a formação da periferia, aumentando o limite urbano definido pela planta de 1822, conforme indicado na Figura 27, p. 17.

A atividade comercial recebe incrementos e o rio retoma sua importância só que, desta vez, com caráter de lazer – com a implementação, ao longo de seu leito, de balneários como a Ilha, entre a confluência dos rios Pardo e Jacuí, Santa Vitória, na margem oposta do Jacuí, Ingazeiros, em frente ao Santa Vitória e o Porto Ferreira, localizado à leste da cidade, também às margens do Jacuí – e como ponto turístico, com restaurantes e atividades náuticas esportivas.

Devido ao crescimento da cidade, ocorre a expansão da área urbana original e são implementados melhoramentos na infra-estrutura básica e nos serviços, como incremento do sistema de iluminação e distribuição de água, bem como pavimentação de vias e espaço para vegetação junto ao passeio público. Neste período é elaborado o Plano Diretor de Rio Pardo, que, entre outros, delimita a área urbana da sede da cidade, com demarcação da zona de comércio e protege áreas de interesse ambiental, como as margens dos rios Pardo e Jacuí e prédios de valor histórico.

Cabe destacar que, até a publicação da lei de preservação do patrimônio histórico, em 1979, os edifícios históricos eram vistos de forma depreciativa e representavam um 'contra-desenvolvimento', segundo o conceito de desenvolvimento da época, que valorizava o novo, ao mesmo tempo em que negava o antigo. A partir da inventariação de alguns prédios históricos, surgiram outras iniciativas no sentido de preservar e valorizar o patrimônio histórico arquitetônico, como a implantação do museu no prédio do Almirante Alexandrino de Alencar e de Arte Sacra, junto à Capela de São Francisco, bem como a iniciativa da população em restaurar as Igrejas Matriz, a Capela de São Francisco e a antiga Escola Militar.

Atualmente Rio Pardo retoma sua importância na região do Vale do Rio Pardo, tendo sido promotora de feiras e eventos que têm incrementado a economia da cidade. Dentre as destacar a Feira do Livro, a Festa do Peixe, a Festa Açoriana e a Festa do Natal, que ocorrem tanto na parte histórica central da cidade, quanto nos balneários situados junto do Rio Jacuí.

SEÇÃO 3

ÁREA URBANA DE RIO PARDO:

OS MONUMENTOS E SUA RECORRÊNCIA IDENTITÁRIA NA PAISAGEM

Esta seção visa apresentar, a partir do estudo da paisagem urbana, os principais elementos estruturadores do centro histórico de Rio Pardo, considerando três categorias básicas: **Áreas-Pólo**, constituídas por elementos agregadores de construções e práticas cotidianas, por exemplo, as praças públicas e as edificações que compõem seu entorno, as Igrejas, os prédios públicos, como o da Prefeitura e da Estação Férrea, bem como feiras periódicas. Para análise destas áreas foram considerados aspectos *ambientais, morfologia urbana e história do lugar, atividades predominantes e práticas cotidianas*, bem como *análise da paisagem*.

A segunda categoria de análise são os **Eixos de Integração**, ou seja, as principais vias da área estudada. Geralmente interligam duas ou mais Áreas-Pólo, servindo como elemento agregador entre elas. Para análise dos Eixos, foi utilizado o nível da percepção com embasamento na metodologia desenvolvida por Maria Elaine Kohlsdorf, descrita na seção 1.

Uma vez identificadas as Áreas-Pólo e os Eixos de Interligação, é possível identificar a terceira e última categoria de análise adotada nesta pesquisa: as **Áreas de Influência**. Estas áreas caracterizam-se pela proximidade entre os demais elementos estruturadores do centro e têm importância devido à sua localização estratégica, podendo ser utilizadas, quando de um projeto de revitalização ou requalificação, como intermediárias para, por exemplo, tornar um Eixo mais atrativo e dinâmico no contexto da malha urbana.

3.1 O Patrimônio na Cidade de Rio Pardo Segundo as Instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais

Na cidade de Rio Pardo, a preocupação em proteger as edificações de interesse histórico e cultural manifestou-se em forma de legislação, com a Lei Municipal nº 08 de 27 de abril de 1979, relação esta descrita junto ao conjunto de leis que formam o Plano Diretor de Rio Pardo, de 2001. Nela encontram-se arrolados 35 bens “considerados de valor histórico, cultural e de expressiva tradição para a cidade de Rio Pardo” (RIO PARDO, Lei nº 08, de 27 de abril de 1979, Art. 37), sendo que há uma ressalva que determina que “após a realização do Inventário dos Bens Culturais do Rio Grande do Sul, novos bens de valor histórico e cultural para a cidade de Rio Pardo poderão ser incluídos na relação acima” (RIO PARDO, Lei nº 1029/2000, § 1º). Esta inventariação ocorreu em 2001, conforme será visto posteriormente, nesta seção.

A seguir, apresenta-se a relação dos bens considerados de valor histórico e cultural da cidade de Rio Pardo, integrantes do Plano Diretor, conforme texto da Lei Municipal nº 08 de 27 de abril de 1979. A localização destas edificações encontra-se na Figura 29.

1. Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário;
2. Capela de São Francisco e respectiva estatuária;
3. Acervo do Museu de Arte Sacra;
4. Capela dos Passos, à Rua Andrade Neves;
5. Capela São Nicolau;
6. Prédio onde funcionou a Escola Militar, à Rua Andrade Neves (Tombado pelo Estado);
7. Casa-Sede da Antiga Fazenda Abelina, que pertenceu ao pioneiro da apicultura no Brasil, Frederico Augusto Hanemann;
8. Capela da Bela Cruz, na localidade denominada Arroio das Pedras, 4º Distrito;
9. Prédio Sede do Clube Literário e Recreativo, à Rua Andrade Neves, esquina com a Almirante Alexandrino de Alencar;
10. Prédio da Rua Júlio de Castilhos, de nº 303;
11. Prédio onde funcionava o Instituto Medianeira (Casa da Criança);
12. Solar do Almirante Alexandrino de Alencar;
13. Fachada de Azulejos do prédio nº 1028 da Rua Almirante Alexandrino de Alencar, esquina Travessa Arthur Falkenbach;
14. Fachada de azulejos do prédio nº 260 da Rua Andrade Neves;
15. Casa de nº 371 na Rua Júlio de Castilhos (Rua da Ladeira);

16. Prédio da Rua Andrade Neves, esquina Ernesto Alves, de nº 14;
17. Prédio da Rua Andrade Neves, de nº 164;
18. Sobrado da Rua Dr. João Pessoa, de nº 843;
19. Prédio de nº 1087 e 1093 da Rua Almirante Alexandrino de Alencar;
20. Prédio de nº 1113, da Rua Almirante Alexandrino de Alencar;
21. Prédio de nº 125, da Rua Andrade Neves, esquina Júlio de Castilhos;
22. Estação Ferroviária Ramiz Galvão;
23. Estação Ferroviária da Sede;
24. Antigo Cemitério Municipal;
25. Prédio de nº 135 e 151, à Rua Ernesto Alves;
26. Igreja São João, à Rua Ernesto Alves;
27. Ponte de Ferro sobre o rio Pardo, situada na Praça da Ponte;
28. Ponte sobre o Arroio do Couto;
29. Sobrado da Praça da Ponte, à Rua General Osório;
30. Capela Nossa Senhora da Conceição, situada no Arroio das Pedras;
31. Igreja Metodista, situada na Praça São Francisco;
32. Prédio do 1º Troca-Troca de Rio Pardo, situado no Porto das Mesas;
33. Prédio da Casa do Turista, situado à Rua Júlio de Castilhos, 257 (Rua da Ladeira);
34. Monumento do Barão de Santo Ângelo, na rua Dr. Pedro Alexandrino de Borba;
35. Prédio onde funcionou a 1ª Usina Elétrica de Rio Pardo, situado à Rua Coronel Franco Ferreira.

Figura 24 – mapa com a localização dos prédios arrolados conforme Plano Diretor de Rio Pardo que estão inseridos no Centro Histórico de Rio Pardo



Organizado pela autora, a partir de mapa base, Lab. Cartográfico da UNISC, 2005

O Plano Diretor Municipal de Rio Pardo ainda estabelece providências quanto às restrições de intervenções aos imóveis acima listados:

Todas as obras nos imóveis a que se refere o artigo anterior ou integrantes do “Inventário dos Bens Culturais do Rio Grande do Sul” realizado pelo convênio entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Rio Grande do Sul – IPHAE e a Prefeitura Municipal de Rio Pardo, que compreendam reforma, ampliação, restauração ou novas construções deverão ser previamente analisadas pela Secretaria Municipal de Planejamento, Indústria e Comércio, pelo Conselho Municipal do Plano Diretor e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul. (RIO PARDO, Lei nº 1029/2000, At. 38).

Além disso, estão previstas nesta lei algumas restrições quanto às intervenções nos prédios e entorno que procuram preservar as características originais do conjunto:

a) deverão ser respeitados os elementos de composição das fachadas, mantendo os elementos arquitetônicos, como volumetria, escala, materiais, texturas, cor e proporção entre cheios e vazios;

b) a publicidade posta na fachada deverá respeitar restrições descritas por esta legislação, como tamanho, cor, alturas, bem como ser harmônica, nas suas dimensões, escala, proporções e cromatismo, com os demais prédios de valor histórico e cultural do município;

c) as edificações que forem objeto de intervenções internas, poderão ter três pavimentos desde que permaneça a leitura de dois pavimentos pela parte externa, ou seja, o aspecto externo do prédio deve ser mantido, mantendo a leitura do conjunto urbano.

Conforme previsto no Plano Diretor, foi realizado Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul: um convênio entre Governo do Estado do Rio Grande do Sul – SEDAC – CPHAE e SEC/Pres. Rep. – IBPC/RS, publicado no ano de 2001 e onde constam 103 bens conforme listagem abaixo:

REFERÊNCIA	DENOMINAÇÃO	ENDEREÇO	ANO
PRS 99.0051.0001	Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário	Rua Júlio de Castilhos, nº	1750
PRS 99.0051.0002	Sobrado do Visconde de São Gabriel	Travessa Padre Broggi, nº	1915
PRS 99.0051.0003	Sobrado Braun	Rua Júlio de Castilhos, nº	1896
PRS 99.0051.0004	Prédio Merten	Rua Júlio de Castilhos, nº 81	1908
PRS 99.0051.0005	Prédio Freitas	Rua Júlio de Castilhos, nº 640	1916
PRS 99.0051.0006	Residência Wunderlich	Rua Cel Franco Ferreira, nº 120	1952
PRS 99.0051.0007	1º Usina Elétrica	Rua Cel Franco Ferreira, nº 120	1951
PRS 99.0051.0008	Residência Lima	Rua Ernesto Alves, 531, 535	1936
PRS 99.0051.0009	Prédio Gomes	Rua Moinhos de Vento, nº 401	
PRS 99.0051.0010	Prédio Júlio Rodrigues Cardoso	Rua Moinhos de Vento, nº 389	1921
PRS 99.0051.0011	Residência da Família Santos	Rua Ernesto Alves, nº 151	

PRS 99.0051.0012	Casa de Ernesto Alves	Rua Ernesto Alves, nº 135	1856
PRS 99.0051.0013	Sobrado das Águias	Rua Andrade Neves, nº 135 esq. rua Ernesto Alves	1916
PRS 99.0051.0014	Casa Juiz Abílio M. de Castro	Rua Andrade Neves, nº 125 esq. rua Ernesto Alves	1848
PRS 99.0051.0015	Sobrado Camargo	Rua Júlio de Castilhos – Ladeira, nº 225	1876
PRS 99.0051.0016	Casa família Fanfa Onório	Rua Júlio de Castilhos – Ladeira, nº 235	1848
PRS 99.0051.0017	Casa do Turista	Rua Júlio de Castilhos – Ladeira, nº 257	1825
PRS 99.0051.0018	Residência Soares	Rua Júlio de Castilhos – Ladeira, nº	1911
PRS 99.0051.0019	Antiga Prefeitura Municipal	Rua Andrade Neves, nº _____, esq. rua Júlio de Castilhos	1851
PRS 99.0051.0020	Antigo Fórum	Rua Andrade Neves, nº	1946
PRS 99.0051.0021	Residência Protásio Alves	Rua Andrade Neves, nº 164	
PRS 99.0051.0022	Prédio Ferreira Wunderlich	Rua Andrade Neves, nº 162	1922
PRS 99.0051.0023	Sobrado da Exatoria	Rua Andrade Neves, nº 242	
PRS 99.0051.0024	Casa Fachada de Azulejos	Rua Andrade Neves, nº 260	1946
PRS 99.0051.0025	Casa de João Luiz Gomes	Rua Andrade Neves, nº	1896
PRS 99.0051.0026	Residência Rodembusch	Rua Andrade Neves, nº 310	1934
PRS 99.0051.0027	Sobrado Wunderlich (centro)	Rua Andrade Neves, nº	1896
PRS 99.0051.0028	Casa de Joaquim Pedro Salgado	Rua Andrade Neves, nº esq. Almirante Alexandrino	
PRS 99.0051.0029	Sobrado de Raul Silveira	Rua Andrade Neves e Almirante Alexandrino	
PRS 99.0051.0030	Clube Literário e Recreativo	Rua Andrade Neves, nº 317	1915
PRS 99.0051.0031	Fachada de Azulejo (Açougue Encarnado)	Rua Almirante Alexandrino, nº 1028	1896
PRS 99.0051.0032	Residência Família Quadros e Marcolla	Rua Almirante Alexandrino, nº esq. São Francisco	1935
PRS 99.0051.0033	Prédio Magdala	Rua Alm. Alexandrino, nº 1057	1856
PRS 99.0051.0034	Prédio Família Bandeira e Benozati	Rua Almirante Alexandrino, nº 1087, 1093	1851
PRS 99.0051.0035	Residência Dr. Enio Gomes Aquino	Rua Alm. Alexandrino, nº 1113	1856/ 1929
PRS 99.0051.0036	Sobrado Wunderlich	Rua General Godolfim	1824
PRS 99.0051.0037	Sobrado dos Quadros	Rua General Godolfim	1875
PRS 99.0051.0038	Residência Leo Sultze	Rua Alm. Alexandrino, nº 1073	1896
PRS 99.0051.0039	Residência Comasseto	Rua Alm. Alexandrino, nº 980	
PRS 99.0051.0040	Solar do Alm. Alexandrino de Alencar	Rua Alm. Alexandrino, nº	1790
PRS 99.0051.0041	Prédio Lima	Rua São Francisco, nº	1876
PRS 99.0051.0042	Rui Lima	Rua São Francisco, nº 253	1882
PRS 99.0051.0043	Prédio Borba	Praça P. B. esq. rua São Francisco, nº	
PRS 99.0051.0044	Igreja Metodista	Praça São Francisco, nº 13	1926
PRS 99.0051.0045	Capela São Francisco de Assis	Travessa São Francisco, nº	1785
PRS 99.0051.0046	Residência Igreja Metodista	Rua São Francisco, nº 333	
PRS 99.0051.0047	Sobrado Silva	Travessa Matheus Simões, 205	1856
PRS 99.0051.0048	Sobrado Fontana	Trav. Matheus Simões, nº esq. Arthur Falkenbach	1920
PRS 99.0051.0049	Residência Domingos Cruzeiro	Travessa da Pça Protásio Alves	1900

PRS 99.0051.0050	Prédio Família Saraiva Azambuja	Rua Andrade Neves, nº	1826
PRS 99.0051.0051	Residência Scwanke	Rua Andrade Neves, nº 557	1906
PRS 99.0051.0052	Sobrado Alvino Engelmann	Rua Andrade Neves, nº 593	1909
PRS 99.0051.0053	Lojão	Rua Andrade Neves, nº	
PRS 99.0051.0054	Capela do Senhor dos Passos	Rua Andrade Neves, nº esq. rua São Sebastião	1815
PRS 99.0051.0055	Antiga Escola Militar da Província	Rua Andrade Neves, nº	1850/ 1882
PRS 99.0051.0056	Residência Lima	Rua Andrade Neves, nº 749, 745	1904
PRS 99.0051.0057	Escola Estadual Ernesto Alves	Rua Andrade Neves, nº 907	
PRS 99.0051.0058	Casa do Barão do Triunfo	Rua Andrade Neves, nº esq. Sr. Dos Passos	1936
PRS 99.0051.0059	Residência (Bandeiras)	Rua Andrade Neves, nº 525	1901
PRS 99.0051.0060	Residência dos Hermes	Rua Andrade Neves, nº 584	1902
PRS 99.0051.0061	Antigo Senado da Câmara	Rua Andrade Neves, nº 552	1809
PRS 99.0051.0062	Sobrado João Pereira Monteiro	Rua Andrade Neves, nº 876 esq. rua Dr. João Pessoa	1810
PRS 99.0051.0063	Prédio Oscar Burgel	Rua Andrade Neves, nº 879, esq. rua Dr. João Pessoa	1896
PRS 99.0051.0064	Residência Pedro Borba	Rua Andrade Neves, nº462/416	
PRS 99.0051.0065	Sobrado dos Carvão Sigal	Rua Dr. João Pessoa, nº 843	1847
PRS 99.0051.0066	Sobrado Sacarello	Rua Dr. João Pessoa, nº 836	1956
PRS 99.0051.0067	Prédio Souza	Rua Dr. João Pessoa, nº 820	
PRS 99.0051.0068	Prédio Poercher	Rua Dr. João Pessoa, nº	
PRS 99.0051.0069	Prédio Rudi João Henkes	Rua Dr. João Pessoa, nº 768/ 770/ 772	
PRS 99.0051.0070	Prédio Pritsh e Mealho	Rua Dr. João Pessoa, nº 775	1925
PRS 99.0051.0071	Sul Hotel	Rua Dr. João Pessoa, nº 678	
PRS 99.0051.0072	Prédio Pellegrini / Wunderlich	Rua Dr João Pessoa nº659/665	1916
PRS 99.0051.0073	Hotel Centenário	Rua Dr. João Pessoa, nº 698	1916
PRS 99.0051.0074	Estação Rodoviária	Rua Dr. João Pessoa, nº 69	
PRS 99.0051.0075	Prédio Sacarello	Rua Dr. João Pessoa, nº 587	1896
PRS 99.0051.0076	Prédio Souza	Rua Dr. João Pessoa, nº 573	1916
PRS 99.0051.0077	Prédio Wietzke	Rua General Osório, nº	1932
PRS 99.0051.0078	Residência Wietzke	Rua General Osório, nº 1042	1931
PRS 99.0051.0079	Residência Rui Lima	Rua Rosário, nº	1830
PRS 99.0051.0080	Casa Dr. Bira	Rua General Osório, nº 1217	1826
PRS 99.0051.0081	Prédio Guedes	Rua General Osório, nº esq. Trav. Joaquim Lisboa	1881
PRS 99.0051.0082	Casa do Barão de Triunfo	Rua Cel. Franco Ferreira, nº257	1932
PRS 99.0051.0083	Igreja São João	Rua Ernesto Alves, nº 13	
PRS 99.0051.0084	Prédio Gilberto Muller	Rua Dr. João Pessoa, nº esq. rua Francisco Pellegrini	1810
PRS 99.0051.0085	Prédio Frey	Rua Dr. João Pessoa, nº 349	1946
PRS 99.0051.0086	Residência Silveira	Rua Dr. João Pessoa, nº 317	
PRS 99.0051.0087	Residência Castilhos	Rua Dr. João Pessoa, nº esq. rua Antônio Olinto Meurer	1918
PRS 99.0051.0088	Prédio Lopes	Rua Dr. João Pessoa, nº 203	1930
PRS 99.0051.0089	Residência Fontoura	Rua Dr. João Pessoa, nº 316	1944
PRS 99.0051.0090	Hotel Ferroviário	Rua General Osório, nº 25	1928

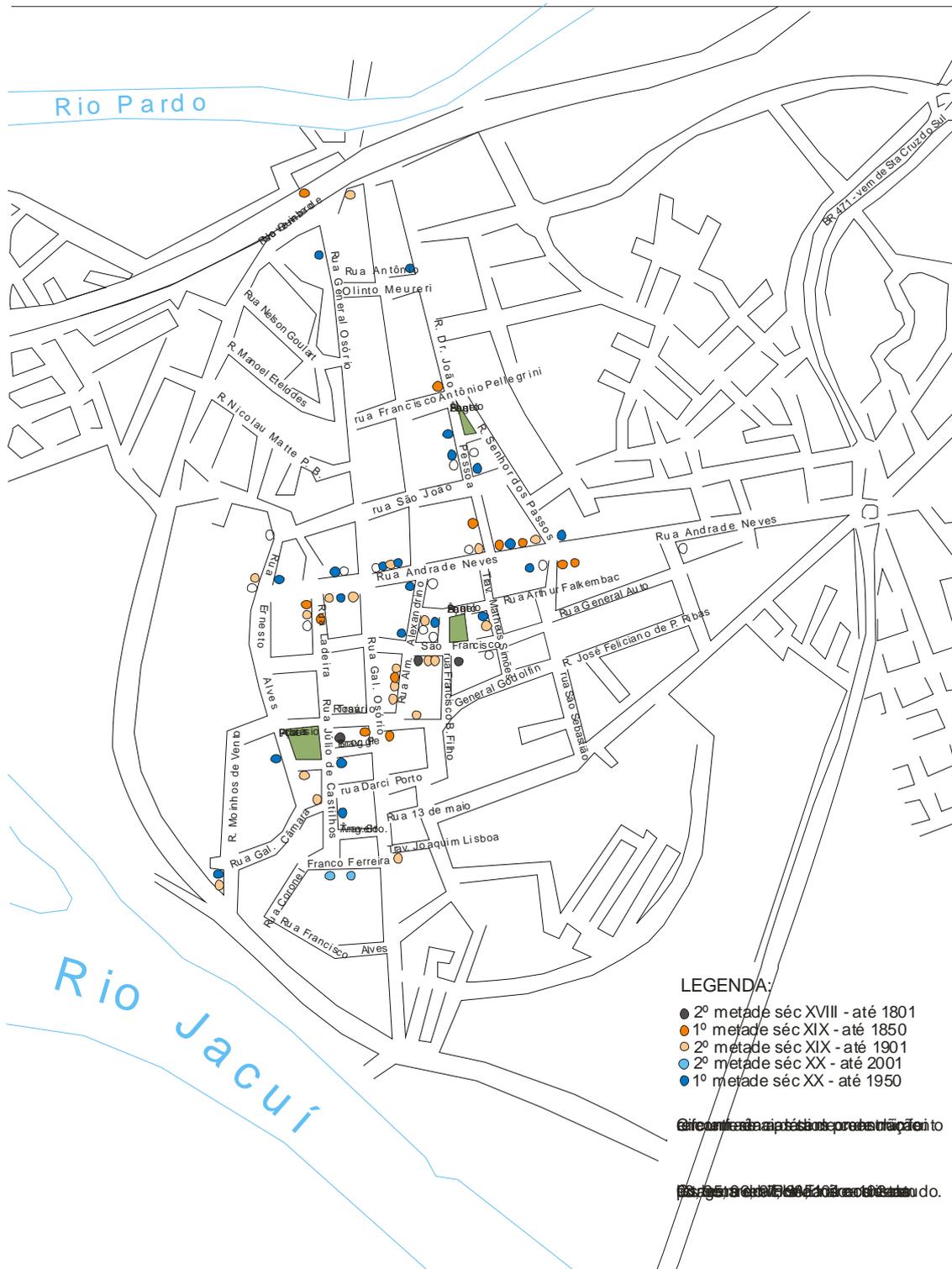
PRS 99.0051.0091	Estação Ferroviária Sede	Praça Ferroviária	
PRS 99.0051.0092	Sobrado Praça da Ponte	Rua Quinze de Novembro, nº85	1876
PRS 99.0051.0093	Capela Cemitério Municipal	Av. Bom Fim	1879
PRS 99.0051.0094	Casa Wigner	Rua General Osório, nº 522	1944
PRS 99.0051.0095	Estação Ferroviária Ramiz Galvão	Ramiz Galvão	
PRS 99.0051.0096	Capela de São Nicolau	Aldeia de São Nicolau-Ramiz Galvão	1756
PRS 99.0051.0097	Casa Sede Fazenda Abelina	Estrada Municipal	1868
PRS 99.0051.0098	Sobrado 1º Troca-Troca de Rio Pardo	Porto das Mesas	
PRS 99.0051.0099	Xavier de Almeida	Rua Ernesto Alves, nº 309	1970
PRS 99.0051.0100	Ñ tem ficha		
PRS 99.0051.0101	Ponte Rio Pardo	Praça da Ponte	
PRS 99.0051.0102	Ponte de Arcos Romanos (ou Ponte do Couto)	Estrada Rio Pardo à Passo do Sobrado)	
PRS 99.0051.0103	Rua Ladeira	Rua Júlio de Castilhos	

Fonte: Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul. Governo do Estado do Rio Grande do Sul – SEDAC – CPHAE – SEC/Pres. Rep. – IBP/RS

Dentre os bens inventariados, apenas sete não estão inseridos na área histórica da cidade de Rio Pardo. A ficha PRS 99.0051.0100 não está junto às demais, tampouco seus dados constam em listagem complementar, "lista de endereços", desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Rio Pardo, no entanto, devido à seqüência desenvolvida na numeração dos bens inventariados, entendemos que o bem desta ficha não está inserido na área histórica da cidade de Rio Pardo.

A seguir, a Figura 30 mostra o mapa com a localização dos edifícios pertencentes ao inventário desenvolvido pelo IPHAE e da rua da Ladeira, único espaço público aberto inventariado nesta relação, tombado a nível federal.

Figura 25 – Mapa com localização dos prédios inventariados pelo IPHAE inseridos no Centro Histórico de Rio Pardo



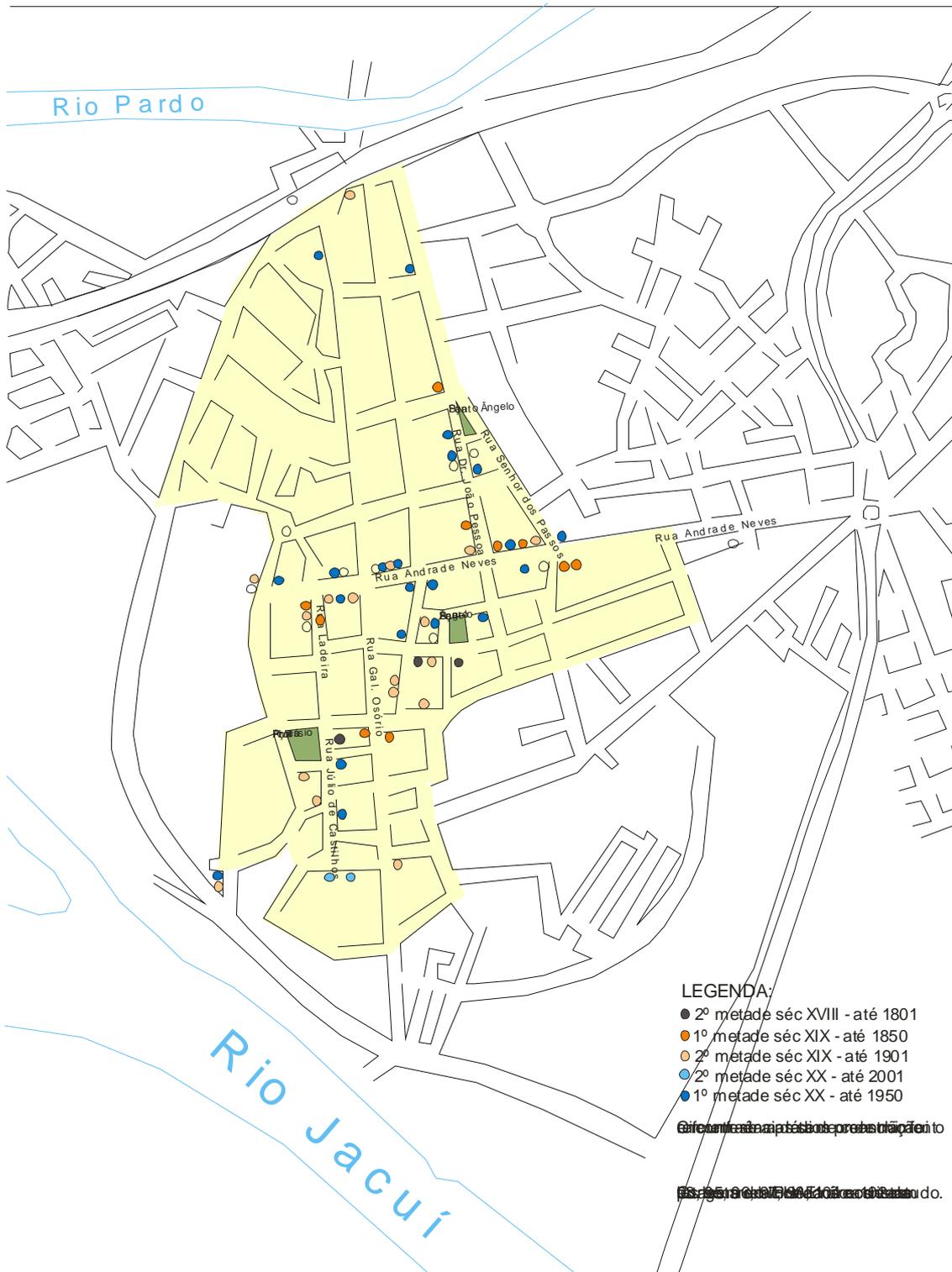
Em relação ao patrimônio histórico, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, no Título II (Da Segurança Social), Capítulo II (Da Educação, Da Cultura, Do Desporto, Da

Ciência e Tecnologia, Da Comunicação Social e Do Turismo), Seção II (Da Cultura), Artigos 221, 222 e 223, institui, entre outros, que o Estado deve garantir acesso ao patrimônio cultural estadual, entendendo-se dentre este, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, “espaços públicos e privados destinados às manifestações políticas, artísticas e culturais” (RIO GRANDE DO SUL, Constituição Estadual, Art 221), entre outros. Da mesma forma, institui que o Poder Público, juntamente com a comunidade, protegerá o patrimônio cultural através de inventários, registros, tombamentos, desapropriações, entre outros recursos legais com fins para a preservação e conservação do patrimônio histórico.

Com embasamento nestes artigos da Constituição Federal, foi promulgada, em 23 de novembro de 2003, a Lei nº 12.003, Anexo 1, que declara integrante do Patrimônio Cultural do Estado a área histórica da cidade de Rio Pardo, definida em poligonal com as seguintes delimitações, conforme Mapa XX:

- I – a oeste, pela rua Dr. Luciano Raul Panatieri;
- II – a noroeste, pela rua 15 de novembro;
- III – a leste, pela rua Dr. João Pessoa;
- IV – a nordeste, pela rua Senhor dos Passos;
- V – a norte, pela rua Andrade Neves;
- VI – a leste, mais uma vez, pela rua Gomes Freire de Andrade;
- VII – a sudeste, pela rua José Feliciano de Paula Ribas;
- VIII – a sudeste, mais uma vez, pela rua General Godolphin;
- IX – a leste, mais uma vez, pela rua Rafael Rodrigues Pinto Bandeira;
- X – a sul, pela rua Francisco Alves;
- XI – a noroeste, mais uma vez, pela rua Coronel Franco Ferreira;
- XII – a sudeste, mais uma vez, pela rua General Câmara;
- XIII – a oeste, mais uma vez, pela rua Moinhos de Vento;
- XIV – a oeste, mais uma vez, pela rua Ernesto Alves.

São considerados integrantes da zona acima descrita, conforme a Lei Estadual 12.003/03, “nas delimitações por vias públicas, as glebas, os lotes e as construções que lhes sejam confrontantes” (RIO GRANDE DO SUL, Lei nº 12.003 de 12 de novembro de 2003). Além desta área, esta lei declara também integrantes do patrimônio cultural do Estado outros, bens que se encontram fora dos limites da área acima citada, e que não serão considerados para efeito desta pesquisa. (Ver Figura 31).



Organizado pela autora, a partir de mapa base, Lab. Cartográfico da UNISC, 2005

3.2 Metodologia e Critérios Utilizados para Análise do Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico do Centro Histórico de Rio Pardo

Conforme exposto anteriormente, o recorte utilizado para o estudo das territorialidades em Rio Pardo é o mesmo aprovado em Lei Estadual que define a área em questão como “Área Histórica de Rio Pardo”, estando sujeita às restrições impostas pela Lei quanto a intervenções urbanas e arquitetônicas que possam sofrer os prédios e espaços públicos abertos, contemplados neste polígono. Na Lei, não é possível encontrar justificativas para a delimitação apresentada, no entanto, existe uma planta da cidade de Rio Pardo, datada do ano de 1941¹², que apresenta o mesmo recorte como sendo o limite urbano do período.

A partir desta análise, e da sobreposição deste recorte no tecido urbano de Rio Pardo com as edificações inventariadas pelo IPHAE, foi possível verificar que tal delimitação abrange a maioria dos prédios históricos inventariados que se localizam na área urbana de Rio Pardo. Excetuam-se duas edificações que estão localizadas no final da rua do Moinho e que, atualmente, encontram-se em ruínas. A presença destas edificações fora da área histórica de Rio Pardo é exemplo de que, utilizar uma área delimitada não deve significar excluir totalmente os demais espaços urbanos da cidade. Ela é necessária para que se possa sistematizar o estudo, tornando possível uma melhor leitura do espaço urbano histórico de Rio Pardo, no entanto, não se descarta a importância e a possível presença de outros elementos que possam se destacar no restante do traçado.

Ainda assim, entende-se que a delimitação utilizada representa uma ampliação espacial do que se entendia pelo centro histórico de Rio Pardo permitindo, assim, num trabalho de revitalização, a concepção mais ampla de integração entre meio ambiente e espaço edificado.

Esta pesquisa, não se propõe a estudar edificações isoladamente, mas sim, elementos que compõem a paisagem urbana, o todo formado pela correlação entre meio ambiente e espaço urbano: fachadas, vegetação, equipamentos urbanos, passeios públicos, marquises, placas de trânsito, publicidade, entre outros. Conjuntos urbanos representativos que foram ocupados e permanecem institucionalizados na cidade, fazendo parte do cotidiano da população.

¹²12 Planta de Saneamento e Urbanismo, arquivo nº 283, de 14/10/1941.

Para tanto, foram identificados os principais elementos estruturadores do centro histórico de Rio Pardo, considerando três categorias básicas: **Áreas-Pólo**, constituídas por elementos que se destacam na paisagem urbana, seja por sua posição dentro da malha urbana, pelos equipamentos que contempla e/ou pela importância no cotidiano dos moradores da cidade. São agregadores de construções, espaços abertos e práticas cotidianas. Para análise destas áreas foram considerados os seguintes aspectos:

a) *meio ambiente*: aqui são destacados os aspectos ambientais que caracterizam as áreas-pólo, como a presença e o destaque da vegetação urbana, seja junto ao passeio, em recuos frontais, seja em praças, e a topografia do sítio de implantação, que, no caso da cidade de Rio Pardo, é elemento fundamental para composição da paisagem urbana, uma vez que possui variações acentuadas de relevo. Isso possibilita a formação de áreas urbanas inseridas em patamares que proporcionam uma situação de mirante¹³.

b) *morfologia urbana e aspectos históricos*: neste item, são analisados aspectos morfológicos da cidade, ou seja, o aspecto formal, físico, do espaço urbano, a configuração das fachadas e a relação dos prédios entre si e com os equipamentos urbanos (ruas, calçadas, postes, lixeiras e outros): que forma e que sensação transmitem ao passante. Da mesma forma, destacam-se os aspectos históricos mais relevantes da área, com ênfase para características da formação dos espaços urbanos e/ou arquitetônicos.

c) *atividades predominantes e práticas cotidianas*: neste item, são especificadas as principais atividades realizadas nas edificações que estão nas Áreas-Pólo, como comércio, atividades públicas, de serviços e residências. Além disso, se analisa as atividades de caráter mais transitório que acontecem no local, como feiras semanais, festividades municipais ou outras atividades relacionadas ao cotidiano dos usuários do espaço.

d) *análise da paisagem*: para análise da paisagem, utilizou-se do conhecimento técnico em arquitetura da autora, bem como o método topoceptivo de percepção urbana, desenvolvido por Kohlsdorf (1986), que serve como instrumento para interpretar e sistematizar a variabilidade de sensações que a cidade de Rio Pardo proporciona aos passantes. (A metodologia será apresentada no subitem “Eixos de Integração”, onde também se utilizou o método de análise perceptiva de Kohlsdorf).

¹³¹³ Situação de mirante: sensação de percepção, conforme classificação de Maria Elaine Kohlsdorf, quando se tem uma visão geral e aérea de outras áreas a partir de uma mais elevada.

A segunda categoria de análise são os **Eixos de Integração**, ou seja, as principais vias que articulam as áreas-pólo possibilitando a ligação entre elas. Da mesma forma que na análise da paisagem, os eixos de integração, foram analisados em termos perceptivos, utilizando a mesma metodologia de Kohsdorf (1986), sendo que este levantamento serve ainda para identificar outras áreas com potencial para áreas-pólo, as áreas de influência.

A terceira e última categoria são as **Áreas de Influência**, ou seja, outras áreas que sofrem positiva ou negativamente impactos das áreas-pólo e dos eixos. A importância na identificação destas áreas está no fato de que elas têm potencial para, no caso de uma intervenção urbana, no sentido de revitalizar ou requalificar o centro histórico, servirem como objeto de interesse para, por exemplo, tornar um eixo mais atrativo no contexto urbano, estimulando o uso das áreas-pólo. Estas áreas serão apenas citadas e apresentadas em figuras de forma abrangente.

Os eixos de interligação e as áreas de influência serão caracterizados conforme análise de seus fatores comportamentais. Esta questão passa a receber maior visibilidade a partir da década de 1960, quando autores como Lynch (1990) e Cullen (1983) entre outros, passam a discutir a valorização das características subjetivas do ambiente urbano, bem como a interação entre a sociedade e os espaços urbanos e arquitetônicos. Passa a existir uma análise e valorização de elementos enquanto formadores da identidade da cidade e da morfologia urbana, como crítica à forma padronizada, sem elementos representativos na paisagem, utilizados para a produção das cidades modernistas.

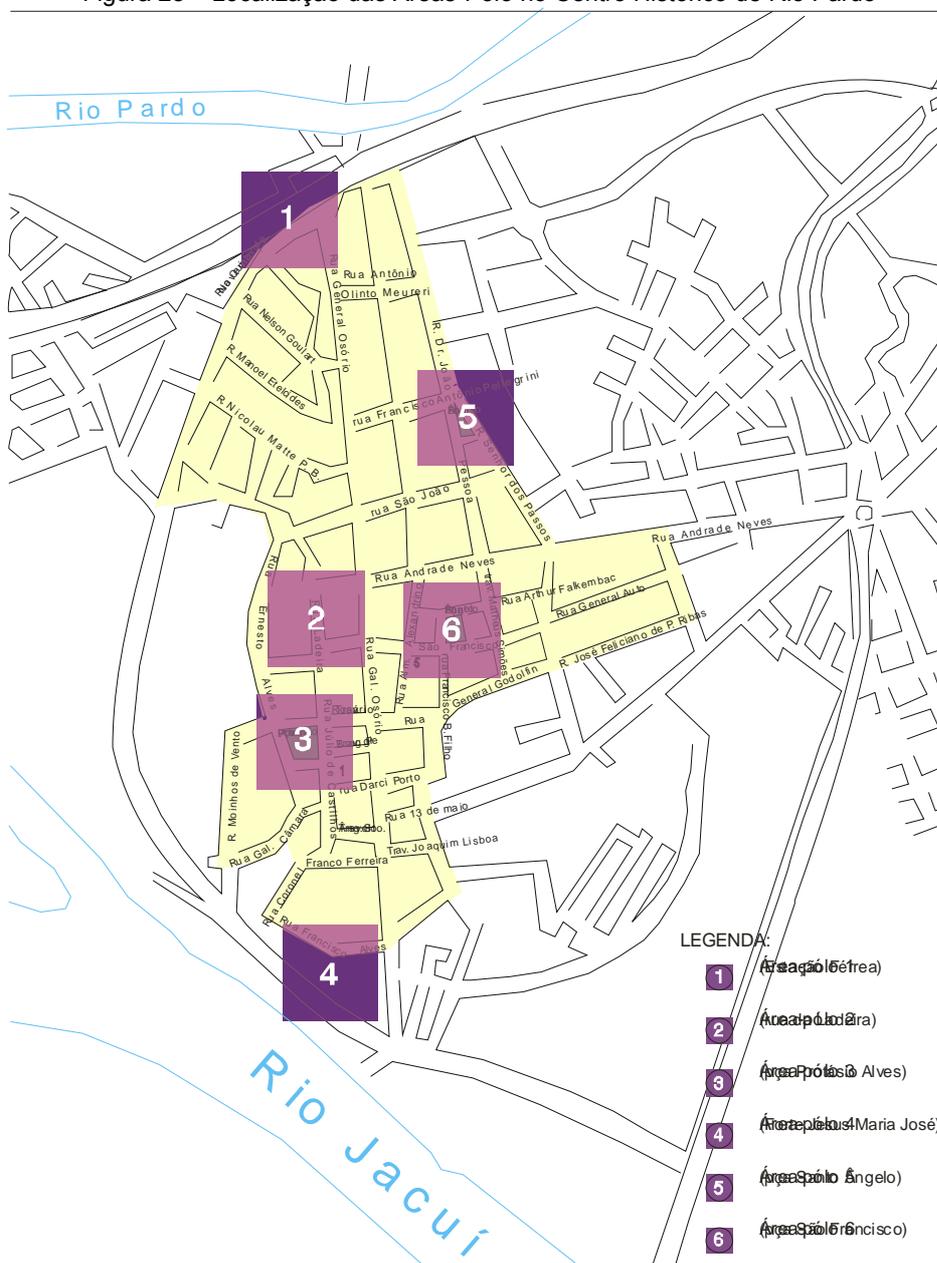
A cidade de Rio Pardo possui duas características muito peculiares: em primeiro lugar, a variabilidade de tipologias arquitetônicas, composta por edificações que datam desde a segunda metade do século XVIII, tais como a Igreja Matriz, a Capela São Francisco de Assis e o Solar do Almirante Alexandrino de Alencar e edificações da década de 1950, como o atual prédio da Prefeitura Municipal, em estilo modernista. Tal aspecto confere ao centro histórico da cidade, em particular, um caráter bastante diversificado, através da coexistência de edificações de diferentes períodos. Cabe destacar que apesar das linhas retas e volumetria horizontal, características do período modernista, a ausência de recuo frontal e uma certa continuidade na leitura das linhas horizontais, em relação aos prédios adjacentes, mantém uma homogeneidade na leitura do espaço urbano, sem agressão aos prédios históricos vizinhos, tampouco da composição da fachada como um todo.

Em segundo lugar, o espaço urbano de Rio Pardo possui certo dinamismo proporcionado pelas diferentes cotas de nível. A cidade está implantada em terreno com topografia acidentada, o que possibilitou a implantação de ruas em divisores de águas, como no caso da Andrade Neves, Senhor dos Passos e João Pessoa. Destas, tem-se uma visão privilegiada do restante da cidade bem como da paisagem além perímetro urbano. Ainda devido à topografia, o traçado das ruas como um todo se desenvolveu de forma orgânica, tornando o percurso ao longo destas, um passeio repleto de novidades a cada quadra.

3.2.1 Áreas-Pólo

A identificação das Áreas-Pólo, localizadas conforme Figura 33, foi possível devido a peculiaridades específicas e marcantes de cada local. À exceção da área onde se encontra a Estação Férrea (Área 1) e onde está localizado o forte, junto às margens do Rio Jacuí (Área 4), que são um pouco mais afastadas do centro comercial, as demais áreas estão próximas umas das outras, com eixos bastante utilizados pela população. A seguir, uma breve descrição de cada um destes espaços:

Figura 28 – Localização das Áreas-Pólo no Centro Histórico de Rio Pardo



Organizado pela autora, a partir de mapa base, Lab. Cartográfico da UNISC, 2005

Área-Pólo 1 – Estação Férrea e entorno

A Área-Pólo 1 tem como principal elemento polarizador, o conjunto edificado que compõe a Estação Férrea – prédio principal, o prédio anexo, atualmente em ruínas, o armazém, e a caixa d'água –, bem como seu entorno, caracterizado por uma pequena praça e um largo formado pelo traçado das ruas. O entorno é composto ainda por um conjunto edificado de residências térreas, que datam do final do século XIX e início do século XX.

Aspectos ambientais

Esta área está localizada no final da rua General Osório, sendo que esta possui cota mais baixa. No entanto, o local onde está implantado o conjunto da Estação Férrea é basicamente plano. Após os trilhos, há um declive acentuado, onde se encontram demais edificações de uso predominantemente residencial.

Há arborização junto ao passeio, sendo que, a pequena praça em frente ao prédio é bastante arborizada, tornando o local bastante agradável, pois rompe com a aridez do restante da área. Atrás do prédio da Estação, após os trilhos do trem, também existem árvores de grande porte. Esta área, no entanto, não é indicada para visitação, uma vez que existe projeto para reativação da linha do trem, tornando o local perigoso para pedestres. (Ver Figuras 34 e 35).



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 30 – Caixa d'água e Estação Férrea



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 29 – Praça Estação Férrea

Morfologia urbana e aspectos históricos

Esta área é uma das mais significativas, historicamente, para a cidade de Rio Pardo, pois teve grande importância para seu desenvolvimento. A Estação de Rio Pardo faz parte da linha Porto Alegre – Uruguaiana, autorizada por Decreto Imperial de 1873, com objetivo de comunicar o litoral e a capital com as fronteiras, tendo sido inaugurada em março de 1883.

O conjunto da Estação Férrea é formado por três prédios e um reservatório de água. Dentre os prédios, destaca-se a edificação principal, (Figura 36) em três pavimentos e com características arquitetônicas distintas das demais edificações de Rio Pardo e das outras sedes de Estações Ferroviárias no estado do Rio Grande do Sul. Como detalhes arquitetônicos, pode-se destacar corpo principal em três andares, sacadas com guarda-corpo de madeira trabalhada, lambrequins de madeira nos beirais e o cuidado com a fachada dos fundos (de frente para os trilhos) que possui as mesmas características da principal.

O segundo prédio é um anexo ao prédio principal, térreo, que atualmente encontra-se em ruínas, mas possuía cobertura em duas águas e tipologia porta-janela com corredor central.

A terceira edificação (Figura 37) encontra-se um pouco mais afastada do

Na Área-pólo 1 destacam-se ainda dois prédios inventariados pelo IPHAE e que, portanto, possuem valor histórico para a cidade de Rio Pardo.

prédio principal, mas da mesma forma que o anexo, possui arquitetura mais simples, com planta retangular e telhado de duas águas. No outro lado do prédio principal, afastado deste, tem-se uma caixa d'água em ferro (Figura 40).

Figura 31 – Sede Estação Férrea



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 32 – Armazém Estação Férrea



Foto: COSTA, A. S. 2005

Primeiramente, tem-se o “Sobrado da Ponte”, localizado na esquina das ruas General Osório e Quinze de Novembro, foi construído em 1876 e atualmente encontra-se em ruínas. Esta edificação é composta por dois volumes: um térreo, que forma o corpo principal, e uma parte assobradada que compõe a esquina. Apesar de estar em ruínas, principalmente o prédio da esquina ainda mantém sua volumetria e elementos principais, como a platibanda simples e o ritmo entre cheios e vazios (relação algébrica e rítmica entre os vãos das aberturas e os vãos cegos da fachada). Em algumas janelas ainda se percebe sinais da caixilharia, que era do tipo guilhotina com escuro de madeira interno. (Ver Figura 38).

A outra edificação histórica presente nesta área é o “Hotel Ferroviário” (Figura 39), que está localizado na rua General Osório, à meia quadra da Estação. Esta edificação é mais recente, tendo sido

construída em 1928 e portanto, apresenta características arquitetônicas de influência alemã, como o frontão na fachada principal e o sótão habitável.

Figura 33 – Sobrado Praça da Ponte



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 34 – Hotel Ferroviário



Foto: COSTA, A. S. 2005

Atividades predominantes e práticas cotidianas

Os prédios do conjunto da Estação Férrea permaneceram abandonados por um longo período, sendo depredados e ocupados por moradores ocasionais durante algum tempo (foram retiradas até as esquadrias, restando apenas a alvenaria do prédio principal). Atualmente, o anexo ao prédio principal permanece em ruínas, restando apenas parte da alvenaria externa. O armazém e a caixa d'água estão em melhores condições, entretanto carecem de cuidados. O prédio principal está sendo restaurado sendo que existe um projeto de reativação da linha do trem para que seja utilizada em passeios turísticos entre municípios da Região do Vale do Rio Pardo.

Figura 35 – caixa d'água a partir do anexo, em ruínas, ao prédio principal da Estação Férrea.



Foto: COSTA, A. S. 2005

O uso predominante no local é o residencial. Há ainda uma marcenaria, hotel e restaurante em um dos prédios onde antes funcionava o Hotel Ferroviário.

Como o prédio da Estação encontra-se em obras, esteve em abandono por um longo período, e a área não possui outro ponto de atratividade, a utilização do local permanece restrita basicamente a moradores da área e a visitas de turistas que se deslocam para ver a Estação. Entre o prédio principal da Estação e a Caixa d'água, existe um campo de futebol que é utilizado pela população que mora nas adjacências, conforme se pode observar na Figura 41.

Análise da paisagem

O espaço urbano encontrado no sítio de implantação da sede da Estação Férrea é muito peculiar dentro das características da malha urbana da cidade de Rio Pardo. A rua Quinze de Novembro, vindo a sudoeste (no sentido do porto) abre-se para dar espaço à praça em frente ao prédio principal da Estação, originando duas largas ruas. Este espaço final é extremamente amplo, ao mesmo tempo aconchegante, para quem está na frente da Estação, pois há o envolvimento da vasta vegetação da praça.

A amplidão é reforçada pela não interferência além do prédio da Estação. É interessante notar aqui que existem residências além dos trilhos do trem, no entanto, a cota do terreno, neste local, é inferior, e como as construções são térreas, a visual de quem está em frente à Estação é limpa, sem interferências, como se a cidade ali terminasse (ver Figuras 42 e 43). Entretanto, um local tão agradável e aconchegante carece de vida. O abandono e a falta de pessoas usando ou simplesmente passando por ali fazem diminuir a expressividade cultural da área.

Figura 36 – vista caixa d'água e Estação Férrea



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 37 – vista armazém e trilhos



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 38 – vista além dos trilhos do trem



Foto: COSTA, A. S. 2005

Área-Pólo 2 – Rua da Ladeira e entorno

A Área-Pólo 2 tem a rua da Ladeira (atualmente denominada rua Júlio de Castilhos) e o casario de seu entorno como elementos de destaque. Esta rua é o único bem histórico, em Rio Pardo, tombado em nível federal, tendo sido calçada, provavelmente, no ano de 1813, sendo que uma das quadras de seu entorno possui casario original e, em sua maioria, em bom estado de conservação.

Aspectos ambientais

A rua da Ladeira está localizada em um trecho em declínio que une a parte mais alta, rua Andrade Neves, com a mais baixa, na continuidade da rua histórica que se denomina rua Júlio de Castilhos, que conduz ao rio.

Esta diferença de cota de nível permite ampla visualização da continuidade da rua, ao sul, onde é possível avistar a Igreja Matriz, a Praça Protásio Alves, e ao fundo, no final da rua Júlio de Castilhos, a 1º Usina Elétrica de Rio Pardo, bem como o limite da cidade, junto ao Rio Jacuí, conforme mostra a Figura 44.

Quanto à vegetação, não existem exemplares ao longo da rua da Ladeira.

Figura 39 – vista rua da Ladeira



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 40 – vista calçamento rua da Ladeira



Foto: COSTA, A. S. 2006

Morfologia urbana e aspectos históricos

A rua da Ladeira foi calçada com mão-de-obra escrava, com pedras extraídas do Forte (localizado no final da rua General Osório) no ano de 1813. Na época era o principal elemento de ligação entre a zona do porto e a então rua Santo Ângelo (atual Andrade Neves). O assentamento das pedras foi feito de modo a formar uma calha central por onde escoam as águas pluviais, uma vez que, naquele período, não se utilizava canalização subterrânea para este fim. Atualmente possui o calçamento original, que têm trânsito de veículos restrito aos moradores adjacentes e a veículos leves.

Em seu entorno, possui conjunto de casario do século XIX, sendo estas edificações na sua maioria bem conservadas, com características originais mantidas, formando uma paisagem harmônica, ou seja, mantendo continuidade de linhas horizontais e ritmos verticais nas fachadas, com prédios de mesma altura, mantendo a continuidade com a rua. Além disso, as edificações presentes na rua da Ladeira revelam outra característica peculiar proporcionada pela diferença de cota de nível: o porão. Quando observados pela rua Andrade Neves, não é possível identificar a presença de tal elemento nas edificações, porém quando se observa as fachadas pela rua da Ladeira, revela-se a presença de porão alto, habitável, como recurso para aproveitamento do desnível do terreno. Fazem parte deste conjunto, as edificações históricas inventariadas pelo IPHAE:

“Casa do Juiz Abílio M. de Castro” (Figura 46), localizada na esquina das ruas da Ladeira e Andrade Neves, foi construída em 1848. Sobrado de esquina em dois pavimentos mais porão na fachada da rua da Ladeira, destaca-se pela composição das fachadas principais, com ritmo vertical, telhado em quatro águas com platibanda, presença de sacada contínua com gradil em ferro, pilastras demarcando as modulações e diferenças nos vãos das esquadrias nos pavimentos: verga reta no térreo e verga em arco abatido no pavimento superior.

Figura 41 – Casa do Juiz Abílio de Castro



Foto: COSTA, A. S. 2005

“Antiga Prefeitura Municipal”, localizada na esquina das ruas da Ladeira e Andrade Neves (Figuras 47 e 48). Esta edificação foi construída em 1851. Sobrado de esquina, da mesma forma que a edificação descrita anteriormente, possui dois pavimentos mais porção pela rua da Ladeira. Com cobertura em quatro águas, possui característica peculiar que é a presença de platibanda, com frontão, na fachada da principal e beirado na fachada lateral. Possui sacadas com gradil de ferro que, juntamente com o frontão, marcam o acesso principal, bem como pilastras que demarcam a esquina e o acesso principal. Atualmente o prédio funciona como sede para diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Rio Pardo e como biblioteca pública.

O “Sobrado Camargo” (Figura 49) localiza-se na rua da Ladeira e foi construído no ano de 1876. Sobrado residencial com dois pavimentos, possui simetria nos cheios e vazios e platibanda com desenhos no reboco.

Figura 42 – esquina das ruas Andrade Neves e Ladeira



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 43 – Antiga Prefeitura Municipal



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 44 – Sobrado Camargo



Foto: COSTA, A. S. 2005

A “Casa Família Fanfa Onófrío”, mostrada na Figura 50, também está localizada na rua da Ladeira. Casa térrea, com arquitetura característica do período colonial, possui simetria e ritmo entre cheios e vazios, com esquadrias de verga reta e caixilhos tipo guilhotina. A cobertura é em três águas com acabamento em platibanda.



Foto: COSTA, A. S. 2005

A “Casa do Turista” é outra edificação inventariada pelo IPHAE que está presente na Área-Pólo 2. Localizada na rua da Ladeira, foi construída no ano de 1825. Edificação térrea, possui um porão em parte da construção, bem como um portal em gradil de ferro (visível na Figura 52). O porão é ventilado através de abertura tipo óculo. A fachada possui simetria e ritmo entre elementos verticais, com as vergas em arco abatido com molduras no reboco. A cobertura é em quatro águas com acabamento em platibanda¹⁴ com balaustrada.



Foto: COSTA, A. S. 2005



Foto: COSTA, A. S. 2005

¹⁴ Como as demais edificações deste período, originalmente, a cobertura possuía beiral, entretanto, foram acrescentadas platibandas para proteger o passeio das águas pluviais.

Atividades predominantes e práticas cotidianas

Na área há predomínio de residências unifamiliares, sendo que no prédio da Antiga Prefeitura atualmente funcionam as Secretarias de Turismo, Esporte e Desporto e a Biblioteca Municipal. Junto da rua da Ladeira, encontram-se atividades diversas, como restaurante, vídeo-locadora, loja de *souvenir* com o objetivo de atender aos turistas, museu e residências unifamiliares.

A área possui pouco movimento de pedestres e automóveis em relação ao trecho mais central da cidade. No entanto, por contar com rico patrimônio histórico e com a rua da Ladeira, a municipalidade se utiliza do local para promover o turismo de Rio Pardo. Dessa forma, a maior movimentação fica por conta dos dias em que há visitação de turistas ou festividades.

Análise da paisagem

Provavelmente, a rua da Ladeira, a Estação Férrea e o Forte são os locais de maior representatividade do caráter histórico da cidade de Rio Pardo. A rua da Ladeira, por estar tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e, portanto, protegida contra intervenções que a descaracterizem e por estar situada junto ao centro histórico, possui uma maior integração com a comunidade, participando mais do dia-a-dia dos Rio-Pardenses. Somado a estes fatores, a maioria dos prédios construídos junto a esta rua, é original e mant m elementos e esquadrias originais da época, o que reforça ainda mais o caráter histórico da  rea. (Ver Figuras 53 e 54).

Figura 48 – Ladeira a partir da Andr Neves



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 49 – Ladeira a partir da Júlio Cast



Foto: COSTA, A. S. 2005

Área-Pólo 3 – praça Protásio Alves e entorno

A Área-Pólo 3 é marcada pela praça Protásio Alves (Figura 56) e seu entorno, com destaque para a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário (Figura 55) e o atual prédio do Fórum (Figura 57). Este último com exemplo de territorialidade contemporânea.

Aspectos ambientais

A praça Protásio Alves é vastamente arborizada, com árvores de grande, médio e pequeno porte, formando um maciço arbóreo marcante no espaço urbano em que está inserida. No passeio em frente à Igreja Matriz não existe vegetação, o que evidencia a imponência arquitetônica deste prédio. Nas demais confrontações, também não existe arborização significativa, à exceção do terreno entre a praça e o atual fórum, que é vastamente arborizado e configura uma espécie de continuidade da praça.

Figura 50 – Igreja Matriz



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 51 – vista Praça Protásio Alves



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 52 – vista fórum e praça



Foto: COSTA, A. S. 2005

Morfologia urbana e aspectos históricos

A área em que a Praça está inserida faz parte do primeiro conjunto urbano de Rio Pardo – a parte baixa da cidade, unida ao divisor de águas, rua Andrade Neves, e pela rua da Ladeira.

Na Área-Pólo 3, localizam-se cinco prédios inventariados pelo IPHAE:

A “Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário” (Figura 58), localizada na rua Júlio de Castilhos, teve sua construção iniciada em 1750, sendo que, a segunda torre foi erguida apenas em 1885. Por isso, a Matriz apresenta linguagens distintas, conforme se pode observar no contraste entre a parte superior das torres, com arcos plenos e as janelas de vergas retas e arco abatido do restante da Igreja.

Esta edificação é o único prédio no quarteirão que ocupa, o que, somado ao alargamento do passeio, à escadaria em frente ao acesso principal e à localização da praça como vizinho frontal, denotam destaque para a edificação. Além disso, sua fachada simétrica, com torres de 18 metros de altura, está presente desde a visual da cidade a partir do Rio Jacuí.

A Igreja Matriz está implantada na parte baixa da cidade, o que, contraria princípios de territorialidades que sugerem locais altos, visíveis, como locais de manifestação de poder, o que indica que a Igreja Matriz de Rio Pardo, assim como a Igreja Matriz de Porto Alegre seguiram outros parâmetros, como a construção próximo donde acontecia o cotidiano da cidade, que no caso, era junto à zona do porto, próximo às águas, conforme visto anteriormente, na seção 1.



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 53 – Igreja Matriz

O “Sobrado do Visconde de São Gabriel” localiza-se na travessa Padre Broggi e foi construído em 1915 (Ver Figura 59). Está localizado no entorno da Igreja Matriz e caracteriza-se por ser um sobrado de dois pavimentos com fachada simétrica com ritmo entre elementos verticais, aberturas com molduras em argamassa, vergas em arco pleno e caixilhos do tipo guilhotina. Pilastras arrematando os limites da fachada e beiral tipo eira, sebeira ou severeira.

A “Residência Lima” (Figura 60) está localizada na rua Ernesto Alves, em frente à praça Protásio Alves. Como data de sua construção, consta, no inventário do IPHAE a data de 1936, e na fachada da edificação, o ano de 1889. Residência térrea de duas economias, a fachada possui simetria e ritmo entre elementos verticais, com pilastras e capitel demarcando seus limites. A cobertura é em duas águas com acabamento em platibanda, que possuía elementos decorativos.

A “Residência Domingos Cruzeiro” apresentada na Figura 61, localiza-se nas esquinas da rua Ernesto Alves e travessa da Praça Protásio Alves, tendo sido construída no ano de 1900. Sua fachada possui simetria e ritmo entre elementos verticais, esquadrias com verga reta e

moldura em arco pleno e pilastras demarcando seus limites e a esquina. O arremate da cobertura é em platibanda pela fachada principal e com frontão pela fachada lateral.

Figura 54 – “Sobr. Visconde de S.Gabriel”



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 55 – Residência Lima

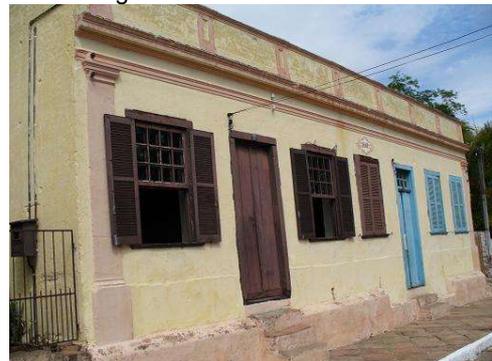


Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 56 – Res Domingos Cruzeiro



Foto: COSTA, A. S. 2006

Atividades predominantes e práticas cotidianas

A praça, apesar de ser um local aberto, sem espaços fechados, construídos¹⁵, abriga a prática de várias atividades transitórias, como brincadeiras de crianças, festividades, atividades esportivas, etc. Nos prédios do entorno, têm-se instituição religiosa (Igreja Matriz), instituição jurídica (Fórum), instituição militar (Brigada Militar), com predomínio de edificações uniresidenciais.

A praça Protásio Alves é uma área amplamente utilizada pela população de Rio Pardo, seja no dia-a-dia, seja pelas festividades promovidas por instituições municipais, regionais e estaduais. A praça possui equipamentos para práticas de atividades recreativas com crianças, sendo utilizados por estas durante a semana, em período de aulas, e pelos moradores dos arredores em horários variados.

Por ser um espaço amplo e representativo do caráter histórico da cidade, é também utilizado como palco para as mais variadas atividades promovidas pela municipalidade, como o “Sonhos de Inverno”, que ocorre no final de julho, o “Festival da Cultura Portuguesa e Açoriana”, que se realiza no início de agosto, a “Semana de Rio Pardo”, que acontece no início de outubro, bem como a Festa de Natal que contempla diversas atividades em diversos locais da cidade, dentre eles, a Praça Protásio Alves.

Análise da paisagem

A praça Protásio Alves possui, em seu entorno, um dos principais prédios de Rio Pardo, a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, imponente em sua arquitetura e volumetria. Apesar de estar implantada na parte baixa da cidade, a volumetria de suas torres é perceptível de vários pontos da cidade, servindo como referência e orientabilidade para os passantes.

Quando se está na parte baixa da cidade, a praça impõe-se por sua grandiosidade, sendo a maior em extensão dentro da malha urbana de Rio Pardo, bem como a mais arborizada, com vegetação de grande porte em toda sua extensão. Atualmente está em bom estado de conservação.

Área-Pólo 4 – Forte Jesus Maria José

¹⁵¹⁵ Existe na praça, próximo à travessa da praça, uma pequena edificação ocupada com atividade de lanchonete.

A Área-Pólo 4 está localizada mais ao sul do centro histórico de Rio Pardo. É o local que tem o menor número de edificações inventariadas pelo IPHAE, no entanto, contempla a margem junto ao Rio Jacuí, onde se localizou o equipamento que praticamente deu origem ao o que hoje é Rio Pardo: O Forte Jesus Maria José. Atualmente este espaço está inserido em terreno da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN e é simbolizado pela existência de três canhões e placa em granito com desenho da planta do Forte.

Aspectos ambientais

O local apresenta topografia pouco acidentada, com diferenças de cota de nível não significativas se levadas em consideração o restante da cidade. A vegetação apresenta-se em quantidade significativa, principalmente no acesso e no próprio terreno, onde estão localizados os canhões e placas indicativas da Fortaleza. No local, a existência de alguns exemplares de ingás (árvores de grande porte características da região) sugere que estes sejam exemplares ainda do período quando o local era utilizado para defesa do território. (Ver Figuras 62 e 63).

Figura 57 – acesso CORSAN



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 58 – vista Ingás - CORSAN



Foto: COSTA, A. S. 2005

Morfologia urbana e aspectos históricos

Apesar da existência de uma planta baixa da Fortaleza Jesus Maria José (Figura 64) e de alguns indícios de que tenha sido construída, não há certeza de que realmente o Forte foi edificado conforme indica o desenho. (Detalhe de um dos canhões presentes no local na Figura 65). Não existem indícios precisos da localização da fortaleza como um todo, entretanto, por estimativa de escala, é possível prever que a Igreja Matriz tenha sido construída onde deveria ter existido a antiga Ermida, apesar da Matriz estar em escala ampliada.

A orientação sugerida pela planta do Forte Jesus Maria José pode ter servido de referência, também, para a orientação de dois elementos articuladores de uma malha urbana que ainda seria implantada: a praça, atualmente praça Protásio Alves e a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário.

Atualmente, o local estimado da Fortaleza, é ocupado com instalações da CORSAN, com prédios administrativos e reservatório de água, causando certa confusão visual para quem adentra o terreno. (Figura 66).

Figura 59 – planta baixa Forte em placa de mármore situada na CORSAN



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 60 – vista rio Jacuí a partir Forte



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 61 – vista interna CORSAN e Forte



Foto: COSTA, A. S. 2006

Atividades predominantes e práticas cotidianas

O local possui pouca diversidade de atividades e práticas cotidianas da população, sendo que o destaque cabe às atividades desenvolvidas pela CORSAN. No seu entorno, há predomínio de residências unifamiliares com uma casa de repouso para idosos e um pequeno armazém.

Análise da paisagem

A Área-Pólo 4 é a mais afastada do centro da cidade e com o acesso mais complicado. Está localizada no extremo sul da cidade em uma rua pouco significativa no contexto da malha urbana histórica. Sua localização coincide com uma linha imaginária, num possível prolongamento da rua Júlio de Castilhos. Entretanto esta é interrompida por um grande quarteirão onde se localiza a 1ª Usina Elétrica de Rio Pardo. Dessa forma, é preciso contornar este quarteirão para que se chegue à frente do terreno da CORSAN. Este, por sua vez, não possui qualquer indicação de que está inserido em local antes ocupado com a função de defesa do território riograndense.

Dessa forma, encontrar o local da Fortaleza depende de conhecimento prévio do caminho a ser percorrido e do terreno em que está localizado. O Forte é um dos mais importantes equipamentos históricos para a cidade de Rio Pardo e para o estado do Rio Grande do Sul como um todo, entretanto, os equipamentos e estrutura urbana não auxiliam sua localização.

Área-Pólo 5 – praça Santo Ângelo

A Área-Pólo 5 abrange a praça Santo Ângelo e seu entorno. Esta praça é formada pelo encontro das ruas Senhor dos Passos e Dr. João Pessoa, uma vez que, a primeira, forma um ângulo de aproximadamente 30° em relação à segunda, originando um largo, quando do encontro de seus leitos.

Aspectos ambientais

A praça Santo Ângelo (Figuras 67 e 68) conta com vasta arborização. Em seu entorno, têm-se ruas e passeios estreitos. Esta característica, geralmente, inviabilizaria a existência de árvores ao longo dos passeios, o que realmente acontece na rua Dr. João Pessoa, entretanto, na rua Sr. Dos Passos é possível encontrar quantidade significativa de espécies junto ao passeio, enfatizando o direcionamento da rua. A praça e seu entorno, como um todo é de um espaço com expressiva vegetação, destacando-se na paisagem local.

O local é plano, porém está em um divisor de águas, possibilitando visuais privilegiadas da cidade, à sudoeste e da BR 471, à nordeste.

Figura 62 – Praça Santo Ângelo



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 63 – vista praça Santo Ângelo



Foto: COSTA, A. S. 2006

Morfologia urbana e aspectos históricos

O entorno imediato da praça Santo Ângelo conta com duas edificações inventariadas pelo IPHAE, localizadas na rua Dr. João Pessoa. Ao longo desta via existem outras edificações inventariadas que serão vistas quando da descrição do percurso do Eixo 3. Esta edificações são:

“Prédio Souza”, localizado à rua João Pessoa, em frente à praça Santo Ângelo, com data de construção do ano de 1916. Edificação térrea com mais de uma economia é um prédio com tipologia comercial (presença de várias portas). Os vãos mais à direita sofreram alteração, tendo verga reta, entretanto, os demais vãos possuem verga em arco abatido. Cobertura em duas águas com acabamento em platibanda vazada com elementos decorativos. Na Figura 69 é possível verificar a estrutura do telhado, com fechamento da empena na expectativa de outra construção, conforme foi visto na seção 2, ao se tratar da tipologia colonial.

O “Prédio Gilberto Muller” está localizado na esquina das ruas Dr. João Pessoa e Francisco Pellegini (Figura 70), sendo que foi construído no ano de 1810. Edificação térrea possui cobertura em duas águas com acabamento em platibanda vazada na fachada principal, pela rua João Pessoa e em frontão estilo

barroco na lateral. Possivelmente passou por uma reforma que alterou os vãos das esquadrias.

Figura 64 – Prédio Souza



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 65 – prédio Gilberto Müller



Foto: COSTA, A. S. 2006

Atividades predominantes e práticas cotidianas

A Área-Pólo 5 possui grande movimento de pessoas ao longo do dia. Sua utilização é intensa, uma vez que contempla atividades formais, como comércio e serviços, e atividades informais e transitórias, como feira de artesanato e ponto de charrete.

A Estação Rodoviária, apesar de não estar localizada no entorno imediato, está próxima à praça Santo Ângelo e influencia na utilização desta. A movimentação de pessoas na Estação Rodoviária é intensa, uma vez que é grande o deslocamento entre cidades e localidades no Vale do Rio Pardo. Dessa forma, a praça recebe parte destes usuários da Estação Rodoviária, além de atrair comerciantes e prestadores de serviços. Na praça, próximo da esquina tem-se uma pequena edificação que funciona como lanchonete.

Análise da paisagem

O entorno da praça Santo Ângelo possui visuais muito interessantes. Por ser formada por pelo menos uma rua não muito extensa, sendo que as duas principais – Dr. João Pessoa e Senhor dos Passos – iniciam na rua Andrade Neves, propiciando visuais fechadas interessantes de quem observa a partir da praça. O que mais se destaca, talvez seja o final da rua Sr. Dos Passos em direção à rua Andrade Neves, que fecha no enquadramento da Capela do Senhor dos Passos, formando uma espécie de emolduramento para este prédio histórico.

As visuais no sentido noroeste são interessantes por não possuírem visual fechada, por instigarem a percorrer o caminho até o final e descobrir o que existe lá. A leste e a oeste se tem um declive do terreno – a área em questão está em um divisor de águas – propiciando visuais amplas, de topo, que permitem contemplar paisagens muito distantes.

Área-Pólo 6 – praça São Francisco e entorno

A Área-Pólo 6 possui como elemento principal a Praça São Francisco e seu entorno que conta, como elementos de destaque, a Capela São Francisco de Assis, que data da segunda metade do século XVIII e a caixa d'água edificada no centro da praça. Além destas, possui a Igreja Metodista, da primeira metade do séc. XX; conjunto preservado da segunda metade do séc. XIX e algumas edificações contemporâneas.

Aspectos ambientais

A praça está implantada em um ponto elevado da cidade, com vista privilegiada do restante da cidade e dos limites além malha urbana. As ruas que partem da praça descem para outras partes da cidade, em todos os sentidos, tornando a torre da Capela e a caixa d'água, dois pontos visíveis de vários locais da cidade. (Figura 71).

Os passeios junto à praça são estreitos, e as edificações são construídas, em sua maioria, sem recuo frontal, não possuindo, assim, vegetação. A praça, entretanto, é vastamente arborizada, com espécies de médio e grande porte, formando um maciço arbóreo, conforme pode ser visto na Figura 72.

Figura 66 – Pça São Francisco e Capela São Francisco



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 67 – Pça São Francisco e Igreja Metodista

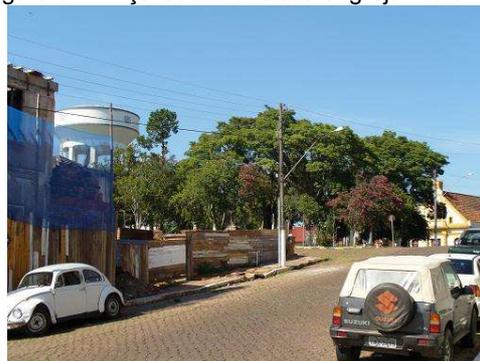


Foto: COSTA, A. S. 2006

Morfologia urbana e aspectos históricos

Como visto anteriormente, a principal edificação da Área-Pólo 6 é a Capela de São Francisco de Assis que forma, junto com a praça de mesmo nome, uma estrutura urbana característica das cidades brasileiras. A partir da praça e da Igreja traçava-se o restante das ruas. Dentre as principais edificações que fazem parte do entorno desta praça, destacam-se:

A “Capela São Francisco de Assis”, (Figura 73) que foi construída no ano de 1785 e mantém suas características originais. Com arquitetura simples, possui fachada composta por frontão que marca o acesso principal e apenas uma torre, coberta com uma cúpula, na lateral direita. Vãos com verga reta e em arco pleno e pilastras que demarcam o corpo principal e o corpo da torre.



Foto: COSTA, A. S. 2005

A “Igreja Metodista”, localizada na praça São Francisco foi construída no ano de 1926. (Ver Figura 74). Prédio térreo de esquina possui porão pela rua Arthur Falkembach como forma de aproveitamento do desnível do terreno. Com características construtivas de influência alemã, têm fachada principal voltada para a praça, com frontão demarcando o acesso principal. Na fachada lateral possui pequena platibanda que deixa o telhado à mostra. Janelas com verga em arco pleno e porta principal e gateiras com verga reta. Pilastras na demarcação dos panos verticais.

Figura 69 – Igreja Metodista



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 68 – Capela São Francisco de Assis

O “Prédio Borba” está localizado na esquina da rua Padre Réus e a rua São Francisco.(Ver Figura 75). Edificação residencial, térrea, possui porão alto com acesso pelos fundos. A fachada lateral possui alteração dos vãos, entretanto, na fachada lateral os vãos permanecem originais, com ritmo entre cheios e vazios. Esquadrias com verga reta e em arco abatido e cobertura em quatro águas com platibanda vazada e pilastras demarcando os limites da edificação.

Figura 70 – Prédio Borba



Foto: COSTA, A. S. 2006

Apesar de não fazerem parte do entorno imediato da Praça São Francisco, cabe destacar dois sobrados e uma casa térrea que compõem o conjunto da praça:

O “Sobrado Silva”, localizado na travessa Matheus Simões, foi construído no ano de 1856. (Ver Figura 76). Edificação de dois pavimentos, possui simetria e ritmo na fachada. O pavimento térreo sofreu alteração nas aberturas, entretanto o segundo pavimento e a fachada lateral (visível da rua) mantêm-se originais, com verga em arco abatido. Possui cobertura em duas águas com acabamento em beiral e óculos de ventilação do telhado.

Figura 71 – Sobrado Silva



Foto: COSTA, A. S. 2006

O “Sobrado Fontana”, datado do ano de 1920, localiza-se na esquina da travessa Matheus Simões e da rua Arthur Falkembach. Possui fachadas simétricas com ritmo entre cheios e vazios, aberturas com verga reta e cobertura em quatro águas com beiral. Atualmente está sendo reformado, conforme se pode observar na Figura 77.

Figura 72 – Sobrado Fontana



Foto: COSTA, A. S. 2006

Na rua São Francisco, localiza-se a “Residência Igreja Metodista”, edificação térrea com porão alto, possui características arquitetônicas de influência germânica. Acesso principal à edificação pela lateral do prédio através de área com guarda-corpo com balaustrada. Cobertura em quatro águas, com beiral e calha. Recuo frontal com ajardinamento e cancela em gradil de ferro. (Ver Figura 78).

Figura 73 – Residência Igreja Metodista



Foto: COSTA, A. S. 2006

Atividades predominantes e práticas cotidianas

A Área-Pólo 6 tem como atividade principal a religiosa, evidenciada pela Capela de São Francisco e pela Igreja Metodista. Há predomínio de edificações unifamiliares, sendo que existe um prédio comercial de quatro pavimentos, com atividades diversas e está sendo construído um edifício de dois andares para residência multifamiliar. Além destas atividades, junto à Capela de São Francisco, funciona um museu de obras sacras.

O local não apresenta muito movimento de pedestres, à exceção dos momentos em que acontecem as missas em uma das Igrejas. A praça não possui equipamentos para práticas de atividades recreativas, sendo utilizada para atividades passivas, de descanso e contemplação. Em datas específicas, de festividade, o local é ocupado com bancas provisórias.

Análise da paisagem

A Praça São Francisco está localizada em um dos pontos mais altos da cidade de Rio Pardo, permitindo que se tenha uma bela vista do restante da cidade e dos limites além perímetro urbano. (Ver Figuras 79, 80 e 81) Juntamente com o conjunto da Igreja Matriz e da praça Protásio Alves, também construídas na segunda metade do século XVIII, a Capela de São Francisco e a praça de mesmo nome, são elementos representativos do início da formação da malha urbana da cidade de Rio Pardo.

A edificação religiosa mais imponente, de maior área e altura, de Rio Pardo é a Igreja Matriz, entretanto, por ter sido construída na parte mais baixa da cidade – próximo ao porto e à fortificação – não possui tanto destaque na cidade como um todo quanto a Capela de São Francisco. Esta, por estar localizada em um local alto, é visível de vários locais da cidade, reforçando a expressão de poder, característica comumente utilizada para implantação de instituições religiosas.

Figura 74 – vista rua Arthur Flakembach a partir da praça São Francisco



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 75 – vista rua São Francisco a partir da praça São Francisco

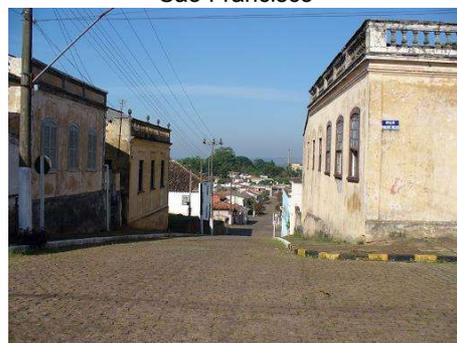


Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 76 – vista rua Frscso Borba Filho a partir da praça São Francisco



Foto: COSTA, A. S. 2006

3.2.2 Eixos de Interligação

Os eixos de interligação representam linhas imaginárias que se formam a partir de ruas do traçado urbano que interligam duas ou mais áreas-pólo, geralmente são representados por uma via, sendo que é possível abranger mais de uma via. Representam locais dinâmicos, de grande fluxo de pedestres e/ou veículos, ou seja, estão inseridos no cotidiano da população. Nas grandes cidades, coincidem com trajetos de vias de ônibus e metrô. No entorno dos eixos de interligação, encontram-se as áreas de influência, locais próximos aos eixos e às áreas-pólo.

Na área de estudo foram identificados cinco eixos principais, que estruturam o espaço urbano do centro histórico de Rio Pardo. Para análise da paisagem ao longo dos principais eixos de interligação entre as áreas-pólo de interesse, será utilizado o método desenvolvido por Kohlsdorf, descrito na Seção 1. Este método permite a análise perceptiva do espaço urbano, segundo o campo visual do passante que se desloca por determinado percurso, segundo um sentido pré-definido. Cabe salientar que esta análise é uma das formas de perceber, sentir os efeitos causados pelo espaço urbano e arquitetônico. A percepção aqui identificada é relativa ao deslocamento de um indivíduo em um dos lados do passeio público – devidamente indicado na descrição do levantamento – e em apenas um sentido – as sensações diferenciam-se conforme a pessoa que realiza o percurso, suas experiências e conhecimentos, o sentido do percurso e o lado da rua em que se transita.

Os Eixos de Interligação identificados na área de estudo e apresentados no mapa da Figura 32, são:

- a) Eixo 1: rua Gal. Andrade Neves, a partir da esquina com a Sr. Dos Passos até seu término, na rua Ernesto Alves;
- b) Eixo 2: rua General Osório, partindo da rua Gal. Andrade Neves até seu término, na praça da Estação Férrea;
- c) Eixo 3: polígono formado pela rua Sr. Dos Passos, a partir de seu início, na rua Andrade Neves, até a rua Dr. João Pessoa, retornando à Andrade Neves, onde termina a rua João Pessoa;
- d) Eixo 4: rua Almirante Alexandrino a partir da Andrade Neves, rua Arthur Falkenbach, rua Francisco Borba Filho, passando pela pça. São Francisco,

rua São Francisco e, novamente à rua Alm. Alexandrino até seu término, à rua General Godolphin;

- e) Eixo 5: rua da Ladeira a partir da rua Gal. Andrade Neves, até a rua Franco Ferreira, dobrando na Rua General Osório até a rua Francisco Alves e por esta até o Forte.

3.2.2.1 - Análise Perceptiva

O levantamento perceptivo consiste em uma técnica de percepção do espaço urbano que permite identificar sensações percebidas ao se percorrer determinado trajeto da cidade. Com isso, permite uma análise do espaço conforme a composição deste como um todo: as principais sensações que o conjunto de ruas, casas e equipamentos urbanos causam em uma pessoa que percorre este caminho a pé. Considera que os dados coletados são específicos da percepção da pessoa que está realizando o levantamento, podendo possuir diferenças quanto às percebidas por outro indivíduo.

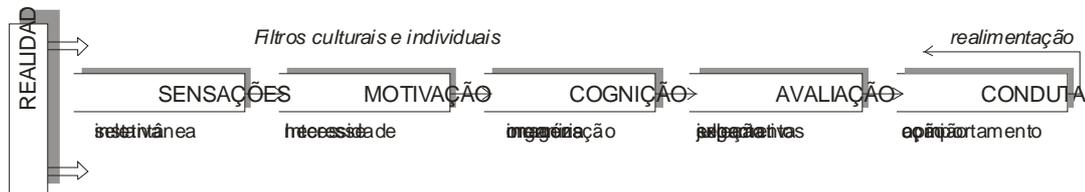
Para melhor compreensão do método utilizado, apresenta-se uma breve descrição do estudo realizado por Kohlsdorf (1996):

Percebendo o Espaço Urbano

O estudo das relações entre meio edificado e meio ambiente e como estas afetam as pessoas, tem sido utilizado para o desenvolvimento de metodologias projetuais e intervenções em áreas urbanas. Nesse sentido, merece destaque os trabalhos de Kevin Lynch (1960) e Gordon Cullen (1961) que foram os percussores neste assunto. Ambos partiam do pressuposto de que os atributos do meio ambiente – seja ele edificado ou natural – influenciam no processo de percepção deste espaço pela população, principalmente quanto a questão visual, que permite o reconhecimento de qualidades ambientais e a formação de imagens compartilhadas pelos usuários do espaço.

Vicente del Rio (1999) se utilizou do quadro teórico metodológico proposto por Lynch para o estudo que realizou de revitalização da área central portuária do Rio de Janeiro, verificando o quanto as intervenções dependem das possibilidades de intervenção no nível das percepções e expectativas da população. Assim, desenvolveu o esquema teórico, apresentado abaixo:

Figura 78 – esquema teórico do processo perceptivo



Adaptado de DEL RIO, 1999, p.3

A partir do quadro acima, tem-se uma visão de como a mente humana organiza e representa a realidade percebida, tornando claro que as percepções são subjetivas e específicas para cada indivíduo. No entanto, admite-se que existam recorrências comuns quanto à percepção, às imagens e às condutas possíveis, sendo que considerar o repertório de imagens e expectativas da população, para del Rio, são fundamentais para nortear a ação pública. “Só assim as transformações suscitadas serão capazes de gerar impactos verdadeiramente positivos, tanto do desenvolvimento econômico e sociocultural da área e de suas comunidades residente e usuária, como naquele da cidade como um todo”. (DEL RIO, 1999, p. 4).

No Brasil, quanto aos estudos da percepção urbana, destaca-se o trabalho de Maria Elaine Kohlsdorf (1996), que desenvolveu uma metodologia de análise perceptiva urbana. Em seu livro, *A Apreensão da Forma da Cidade* (1996), a autora apresenta um método de análise do espaço urbano, através de mecanismos que sistematizam percepções individuais segundo um “código universal” comum a percepções coletivas, que definem as principais características percebíveis de uma amostra de tecido urbano.

A gênese da apreensão do espaço urbano reproduz certos passos da formação da noção de espaço, através do desenvolvimento das estruturas cognitivas. O processo de transporte de modo a se perceber, inicialmente, um *espaço topológico*, caracterizado por efeitos, sobre o sujeito, de igual natureza, seqüenciados por *efeitos perspectivos*. Segue-se o nível da imagem, que trabalha sobre representações *projetivas e euclidianas* e, finalmente, o nível das informações secundárias, que são as objetivamente elaboradas. (KOHLSDORF, 1996, p.15).

A metodologia de percepção do espaço urbano apresentada pela autora parte da definição de “percurso” – trajeto a ser percorrido dentro da malha urbana, com sentido e lado da rua pré-definidos e “estações” – momento do trajeto em que algum elemento ou conjunto de elementos se destacam na paisagem –, que articulados geram níveis de percepções distintos nos passantes que circulam pela cidade. Kohlsdorf (1996) destaca, basicamente, três níveis de apreensão do espaço:

1. Nível da percepção: quando se entra em contato com o objeto real, quando se interage com o objeto a perceber. É importante que se estabeleçam as relações entre o observador e o objeto observado quanto ao posicionamento (relações topológicas) bem como quanto à composição dos campos visuais (relações perspectivas). Dentro da análise de desempenho topoceptivo, as técnicas analíticas ao nível da percepção podem ser divididas em dois grupos, conforme os efeitos sobre o observador:

A) efeitos topológicos: estão relacionados com o deslocamento do observador no espaço, vinculando-se à orientação e à extensão do próprio corpo do indivíduo observador. Como exemplos, têm-se as sensações de envolvimento, amplidão, estreitamento e alargamento:

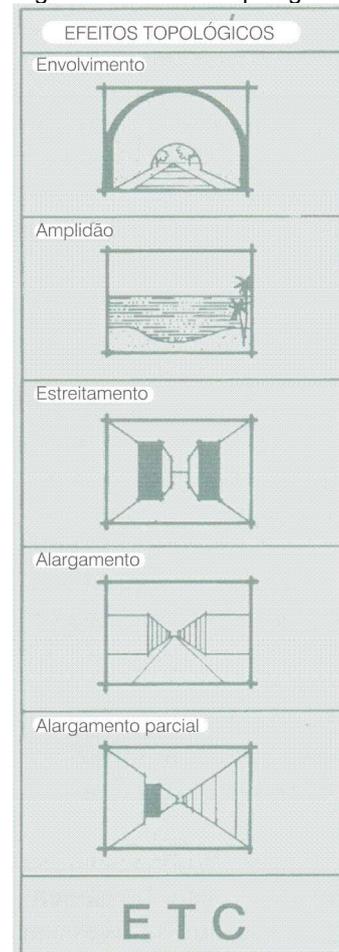
a) *envolvimento*, quando o espaço está fisicamente limitado em todos ou quase todos os lados do observador, sendo que é possível, do seu interior, observar o exterior;

b) *amplidão*, que é o oposto do envolvimento, ou seja não há limites físicos próximos, ou estes não são significativos; o espaço tende à horizontalidade em quase todos os lados do observador.

c) *estreitamento*, quando há uma sensação de que os limites laterais parecem aproximar-se do observador;

d) *alargamento*, ou seja, o contrário do estreitamento, quando os limites laterais parecem afastar-se do observador. (Ver exemplos gráficos de efeitos topológicos na Figura 7).

Figura 79 – efeitos topológicos



Fonte: KOHSDORF, 1996, p, 102

B) efeitos perspectivais: são relacionados com o campo visual do observador, é onde as dimensões são alteradas, onde ocorrem as “ilusões óticas”. Como exemplos dos efeitos perspectivais, destacam-se:

a) o *direcionamento*, efeito em que há uma ênfase na continuidade longitudinal do espaço, como por exemplo, por formações lineares bem definidas, como uma linha de árvores, que sinalizam ou delimitam uma via;

b) a *visual fechada*, quando a perspectiva encontra-se interrompida com um pano paralelo e próximo ao observador;

c) o *impedimento*, quando a percepção visual é interrompida por um elemento, sem que este obstrua o campo visual, ou seja é possível a visualização da continuidade do percurso;

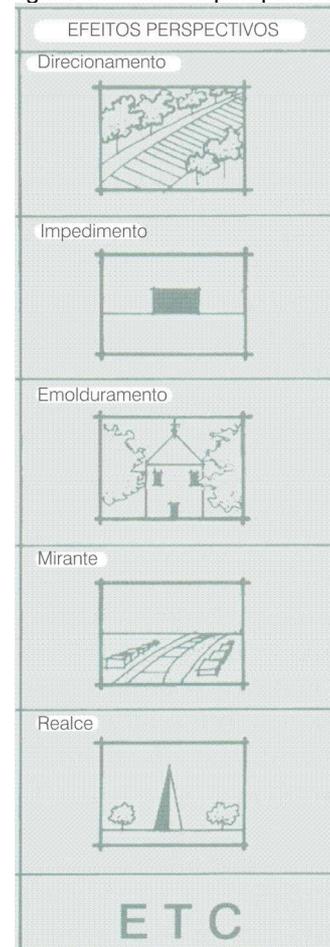
d) o *emolduramento*, efeito que “torna contida por certo enquadramento a visão da cena. O campo visual é delimitado por um primeiro plano vertical vazado, paralelo ao observador e não interrompe a cena”. (KOHLSDORF, 1996 p. 97);

e) o *mirante*, ou o lugar privilegiado, está relacionado aos espaços circunvizinhos, e permite uma maior abrangência das possibilidades visuais;

f) o *realce*, quando, na cena, um elemento atrai a atenção do indivíduo, destacando-se do restante da paisagem;

g) o *efeito em y*, quando a perspectiva mostra uma bifurcação do espaço, geralmente em seu eixo principal. (Ver exemplos gráficos de efeitos perspectivos na Figura 8).

Figura 80 – efeitos perspectivos



Fonte: KOHLSDORF, 1996, p, 102

Kohlsdorf (1996) assinala ainda que estes efeitos podem ocorrer em diferentes intensidades, podendo ser classificados como muito fortes, médios, fracos ou muito fracos,

sendo que, quanto mais definidos e intensos, maior será a possibilidade de percepção das características dos lugares.

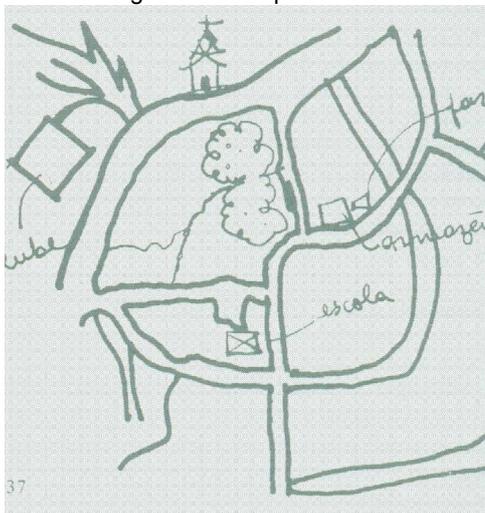
2. Nível da imagem mental: neste nível, o indivíduo reconstrói o espaço percebido, formando uma imagem subjetiva. A imagem mental é uma seqüência da percepção do espaço pelo observador, definindo-se como um primeiro nível de representação; trata-se de uma noção abstrata em que o indivíduo evoca a experiência de observação do espaço mesmo sem estar em sua presença. Kohlsdorf destaca três formas de apreensão da imagem da cidade, com destaque para o método desenvolvido por Kevin Lynch (1960), que, segundo a autora, é a técnica de análise da imagem mais conhecida:

a) *mapas mentais*, são representações subjetivas dos principais elementos constituintes da cidade, que expressam distintos valores e níveis de importância da cidade, de acordo com a interpretação do observador (ver esquema na Figura 9);

b) *perfis de polaridade*, são características que permitem reunir e comparar as impressões de grupos sobre um mesmo espaço vivenciado, ou sobre diferentes espaços;

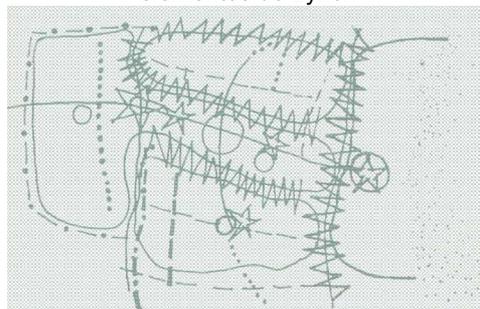
c) *análise visual*, segundo Lynch, estrutura teoricamente a imagem dos espaços segundo cinco elementos de definição relativa ao sujeito quanto à apreensão, interrelacionamentos e constantes em qualquer espaço urbano. São eles: caminhos, limites, bairros, pontos focais e marcos visuais. (ver esquema na Figura 10).

Figura 81 – mapa mental



Fonte: KOHSDORF, 1996, p, 118

Figura 82 – mapa de análise visual segundo cinco elementos de Lynch



Fonte: KOHSDORF, 1996, p, 127

3. Nível de representação secundária: este nível caracteriza-se pela elaboração da representação precisa dos elementos morfológicos do espaço urbano. É neste nível que se estrutura a forma dos lugares, tanto quanto possível, de maneira fiel à realidade, porém, de forma abstrata, ou seja, a representação gráfica, com plantas baixas, cortes, perspectivas feita a partir de dados exatos (levantamentos topográficos, medições, etc.). O papel das informações secundárias é apresentar as características morfológicas objetivas que são responsáveis pelos efeitos perceptivos e pelos elementos imagéticos.

Apesar de se entender a importância da análise do espaço urbano nos três níveis acima apresentados, para efeitos desta pesquisa, para se ter uma análise do espaço histórico em estudo, será desenvolvido apenas o levantamento perceptivo, conforme o primeiro item apresentado anteriormente.

Os percursos para realização do levantamento perceptivo foram definidos conforme a disposição dos eixos de interligação, sendo que o sentido adotado considerou como partida a rua Andrade Neves, principal ponto de acesso à cidade e principal eixo de integração aos demais pólos. Cabe destacar que os eixos, também os percursos, interligam áreas-pólo e auxiliam na detecção das áreas de interesse.

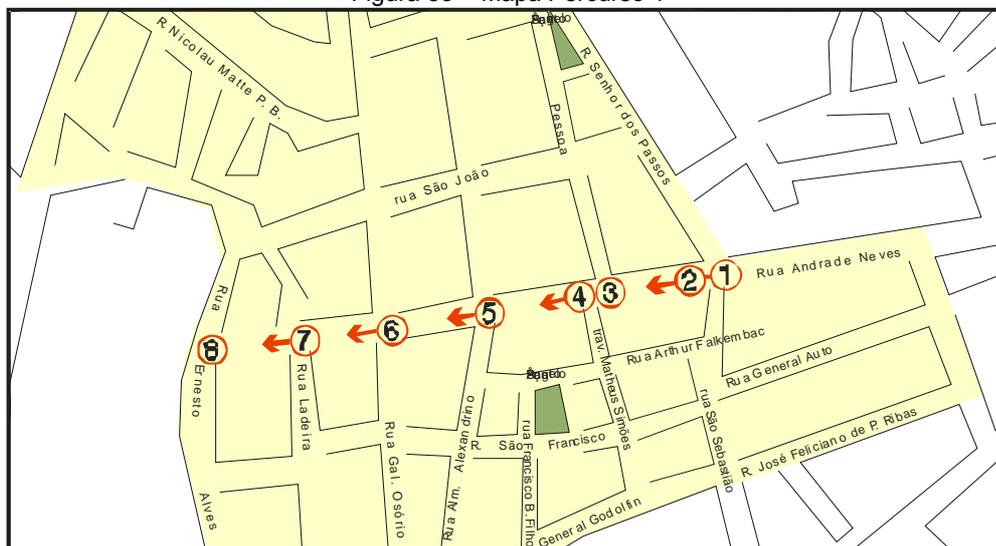
Cada eixo é composto por um determinado número de recortes da paisagem urbana, definidos segundo o campo visual possível estabelecido na percepção do observador, denominados de estações. A quantidade de estações por eixo pesquisado, portanto,

depende da variabilidade morfológica percebida ao longo do percurso numa seqüência direcional pré-definida. Dentro das estações, são registradas as visuais esquerda, frontal e direita, quando estas apresentarem elementos significativos para a percepção da morfologia urbana. A seguir, apresenta-se a descrição e análise dos dados coletados nos cinco percursos dos eixos analisados.

Percurso 1 – rua Andrade Neves

O Percurso 1 desenvolve-se ao longo da rua Andrade Neves, partindo da esquina formada pelo encontro com a rua Senhor dos Passos até o término da Andrade Neves, no encontro com a rua Ernesto Alves, conforme apresentado na Figura 83. É um percurso retilíneo, localizado no divisor de águas, o eixo de maior destaque e, talvez, um dos mais percorridos na cidade, uma vez que o acesso principal de Rio Pardo se faz pela rua Andrade Neves.

Figura 83 – Mapa Percurso 1



Organizado pela autora, 2005

O Percurso 1 foi realizado do lado esquerdo da rua, junto ao passeio público. Foram detectadas oito estações que representam distintos momentos de destaque na morfologia urbana ao longo do trajeto.

Cabe destacar algumas sensações que se repetem na maioria das estações ou que se destacam no percurso:

Na lateral esquerda, existe a predominância da sensação de amplitude e direcionamento proporcionado pelas ruas que cortam a Andrade Neves e que “caem” em direção ao leito do Rio Jacuí, conforme demonstra a Figura 84. A diferença de cota de nível proporciona ainda, na estação um, a preparação para mirante, pois devido a não continuidade da rua e o declínio acentuado do terreno, não é possível avistar a continuidade do traçado e sim apenas o horizonte ao longe.

a) Na vista frontal, há predomínio da sensação de direcionamento proporcionado pela rua Andrade Neves, ou seja, a linearidade da via conduz o passageiro a percorrê-la (ver Figuras 85 e 86). Esta sensação está presente, nas seis primeiras estações, sendo que há diferenciação nas duas últimas estações em função do término da rua, que culmina no encontro com a rua Ernesto Alves, o que proporciona uma sensação de amplitude, em razão da inexistência de prédios, da vasta arborização e da cota elevada do local. Este direcionamento proporcionado pela rua Andrade Neves, conduz o passageiro a percorrê-la até seu final, proporcionando certa inquietude para se descubra

Figura 84 – vista da rua Gal. Osório a partir da Andrade Neves



Foto: COSTA, A. S. 2006

o que há no final desta rua, o que existe além do campo visual.

Figura 85 – vista Andrade Neves esq. Matheus S.



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 86 – vista da rua Andrade N. esq Ladeira



Foto: COSTA, A. S. 2006

b) Na lateral direita, não existe o predomínio de uma sensação em específico, entretanto, cabe destacar a presença da torre da companhia telefônica, situada na rua Dr. João Pessoa, que sobressai sobre qualquer edificação ou elemento que estiver no mesmo campo visual que ela, conforme demonstra a Figura 87. Como elementos que proporcionam realce, destacam-se ainda, a Prefeitura Municipal (Figura 88), com suas linhas modernistas, retas e volumetria horizontal em contraponto às demais edificações do entorno, com linhas verticalizadas e fachadas ornamentadas. Ainda como elemento de diferenciação neste percurso, tem-se a sensação de amplidão proporcionado pelo alargamento da via no encontro das ruas Ernesto Alves e Andrade Neves. (Figura 89).

Figura 87 – torre companhia telefônica



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 88 – prédio Prefeitura Municipal



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 89 – encontro das ruas Ernesto Alves e Andrade Neves



Foto: COSTA, A. S. 2006

O Percurso 1 possui ainda uma peculiaridade: a presença de vários prédios de valor histórico que constam da inventariação do IPHAE (Ver Figuras 90 e 91). São aproximadamente vinte e cinco edificações ao longo da rua Andrade Neves, construídas desde a segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX. Estas edificações estão inseridas em quadras homogêneas, formadas por prédios que se harmonizam quanto à volumetria e linhas horizontais. Por isto eles não aparecem em destaque na paisagem. Destacam-se, por volumetria ou representatividade na malha urbana, as seguintes edificações:

“Antigo Senado da Câmara”: localizado na rua Andrade Neves, esta edificação foi construída no ano de 1809, sendo que atualmente apresenta elementos modernistas na fachada – art deco –, simetria e ritmo entre cheios e vazios. Cobertura em quatro águas com platibanda. Vãos de esquadrias com verga reta e molduras na fachada, demarcando os panos verticais e o acesso principal. (Figura 92).

Figura 90 – esquina das ruas Andrade Neves e Almirante Alexandrino



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 91 – conjunto de prédios históricos na rua Andrade Neves



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 92 – Antigo Senado da Câmara



Foto: COSTA, A. S. 2006

“Sobrado João Pereira Monteiro” (Figuras 93 e 94): localizado na esquina das ruas Andrade Neves e João Pessoa. Sobrado comercial de esquina, possui fachadas com simetria e ritmo entre cheios e vazios, balcões em gradil de ferro no andar superior sobre o acesso principal, demarcando este, pela rua João Pessoa, e em todas as porta-janelas da fachada pela rua Andrade Neves. O acesso principal ainda é marcado por detalhe na platibanda, que no restante é vazada com ornamentações e com rusticações junto à porta principal. Esquadrias do pavimento térreo com verga em arco abatido e com verga reta no segundo pavimento, todas com molduras. Pilastras nos cantos e junto ao acesso principal.

“Sobrado de Raul Silveira” (Figura 95): localizado na esquina das ruas Andrade Neves e Almirante Alexandrino. Edificação comercial em dois pavimentos, de esquina, com fachada simétrica e ritmo entre elementos verticais das fachadas. Acabamento da cobertura com platibanda, aberturas com verga em arco abatido com balcões em gradil de ferro em todos os vãos do andar superior. Possui alterações nos vãos inferiores da fachada à rua Andrade Neves, o que descaracterizou esta fachada. No restante, entretanto, o prédio mantém suas características originais.

Figura 93 – Sobr. João Pereira Monteiro. Fachada rua Andrade Neves



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 94 – Sobr. João Pereira Monteiro - perspectiva



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 95 – Sobrado de Raul Silveira



Foto: COSTA, A. S. 2006

O “Clube Literário e Recreativo” foi construído no ano de 1915 e se localiza na esquina das ruas Andrade Neves e Almirante Alexandrino (em frente ao sobrado descrito anteriormente). Edificação térrea, de esquina com porão alto, possui fachada simétrica com ritmo entre elementos verticais. Platibanda vazada e ornamentada, com frontão demarcando o acesso principal, pela rua Andrade Neves e na fachada lateral, compondo a simetria. Esquina em chamfro com balcão em gradil de ferro e estátua na platibanda, demarcando a esquina. Há balcão na fachada lateral junto da esquadria demarcada pelo frontão. Vãos de esquadrias com verga reta e molduras. (Ver Figura 96)

O atual prédio da Prefeitura Municipal de Rio Pardo (Figura 97) não está inserido no inventário do IPHAE, entretanto, entendemos que ele também possui valor histórico por ser representante do modernismo e por estar inserido entre os demais prédios históricos. Apesar de suas linhas contemporâneas, retas e horizontais, faz parte da imagem urbana da cidade e do cotidiano da população.

“Residência Protásio Alves”:
também situada na rua Andrade Neves, esta edificação ainda conserva características originais do período colonial, como o beirado e as esquadrias

em arco abatido com verga, ombreira e peitoril em madeira. Casa térrea, possui simetria entre cheios e vazios, conforme observa-se na Figura 98.

Figura 96 – Clube Literário e Recreativo



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 97 – atual Prédio da Prefeitura



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 98 – Residência Protásio Alves



Foto: COSTA, A. S. 2006

“Antigo Fórum” (Figura 99): esta edificação foi originalmente um sobrado residencial do século XIX, sendo adaptado, em 1944, para abrigar as funções de Fórum Municipal. Neste momento que recebeu a platibanda e o frontão com brasão que demarca o acesso principal, bem como a sacada e as pilastras que demarcam os panos verticais. Provavelmente em função da reforma, há a diferenciação das vergas das esquadrias: arco abatido no andar superior e arco pleno no andar térreo. Sobrado de dois pavimentos, possui porão alto nos fundos devido ao desnível do terreno e fachada simétrica com ritmo entre elementos verticais.

A “Antiga Prefeitura Municipal” e a “Casa do Juiz Abílio M. de Castro” (Figura 100) localizam-se na esquina das ruas Andrade Neves e Ladeira, e foram descritas anteriormente, na descrição da morfologia urbana e aspectos históricos da Área-Pólo 2.

“Sobrado das Águias”: localizado nas esquina das ruas Andrade Neves e Ernesto Alves, foi construído no ano de 1916. Sobrado de esquina, possui fachada principal simétrica com ritmo entre elementos verticais, balcões em ferro batido e pilastras demarcando os panos verticais. Platibanda na fachada principal com elementos decorativos –

Percurso 2 – rua General Osório

taças e águias – e frontão em meio arco no centro da fachada. O acesso principal se dá pela lateral e não no centro da fachada principal. Fachada lateral sem ornamentações, com simetria e ritmo entre vãos do segundo pavimento. (Ver Figura 101).

Figura 99 – Antigo Fórum



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 100 – Casa do Juiz Abílio Castro e Antiga Prefeitura Municipal



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 101 – Sobrado das Águias



Foto: COSTA, A. S. 2006

a) Na lateral esquerda, tem-se a sensação de direcionamento provocada pela intersecção de ruas perpendiculares à General Osório, que conduzem o olhar ao longo de sua extensão. Destacam-se dois elementos na primeira e última estação: na estação um, o edifício do Supermercado Imeç, localizado na rua Andrade Neves, com arquitetura de valor questionável, mas que, devido ao grande recuo frontal e à sua composição volumétrica destaca-se na paisagem logo no início do percurso (Figura 103); na oitava e última estação, destacam-se os prédios que formam o conjunto da Estação Férrea, imponentes devido à suas características arquitetônicas e por serem as únicas edificações presentes no campo visual onde predomina o verde e a amplitude (Figura 104).

b) Na vista frontal destaca-se a presença de vegetação de médio porte junto ao passeio, emoldurando a cena e interrompendo um direcionamento que seria possível se a rua estivesse no campo visual. (Ver Figura 105) O

alargamento lateral, provocado pela intersecção de vias é, da mesma forma, marcante na visual frontal, uma vez que, tanto a rua General Osório quanto suas perpendiculares possuem, em sua maioria, o leito carroçável largo e edificações térreas ou assobradadas.

Figura 103 – vista supermercado Imeç



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 104 – vista conjunto Estação Férrea



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 105 – vista rua Gal. Osório



Foto: COSTA, A. S. 2006

Como na vista lateral esquerda, o elemento de maior destaque, no percurso como um todo cabe ao conjunto da Estação Férrea, sendo que, na vista frontal, intensifica-se a amplidão causada pelo largo junto à Estação devido à sensação de mirante, percebida na estação 6 (Figura 106). O percurso termina com uma visual um pouco mais fechada – devido à presença de vegetação – que emoldura a caixa d'água que faz parte do conjunto da Estação Férrea, conforme mostra a Figura 107.

- c) A lateral direita não possui muitos elementos significativos, limitando as sensações às ruas que interseccionam a Osório.

Figura 106 – sensação de mirante – rua Gal. Osório



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 107 – vista Caixa d'água Estação Férrea



Foto: COSTA, A. S. 2006

O Eixo 2 possui, em sua maioria, edificações residenciais sem muito valor histórico, possuindo o menor número de prédios inventariados pelo IPHAE. O grande destaque, conforme dito anteriormente, cabe à Estação Férrea, que já foi descrita em “morfologia urbana e aspectos históricos” da Área-Pólo 1, bem como ao Sobrado Praça da Ponte. Entretanto, cabe citar outras duas edificações de valor histórico e cultural para a cidade de Rio Pardo, ambas situadas na rua Gal. Osório:

A “Casa Wigner”, edificada em 1944, possui características arquitetônicas de influência germânica. Casa térrea com sótão e balcão de ferro na fachada principal, que é simétrica. Acesso lateral, por meio de um avarandado. (Ver Figura 108).

Figura 108 – Casa Wigner



Foto: COSTA, A. S. 2006

O “Hotel Ferroviário” (Figura 109), edificado em 1928, possui arquitetura de influência alemã. Edificação térrea em dois corpos, cada um possui cobertura em duas águas com frontão e sótão. Esquadrias com verga reta e molduras.

Figura 109 – Hotel Ferroviário

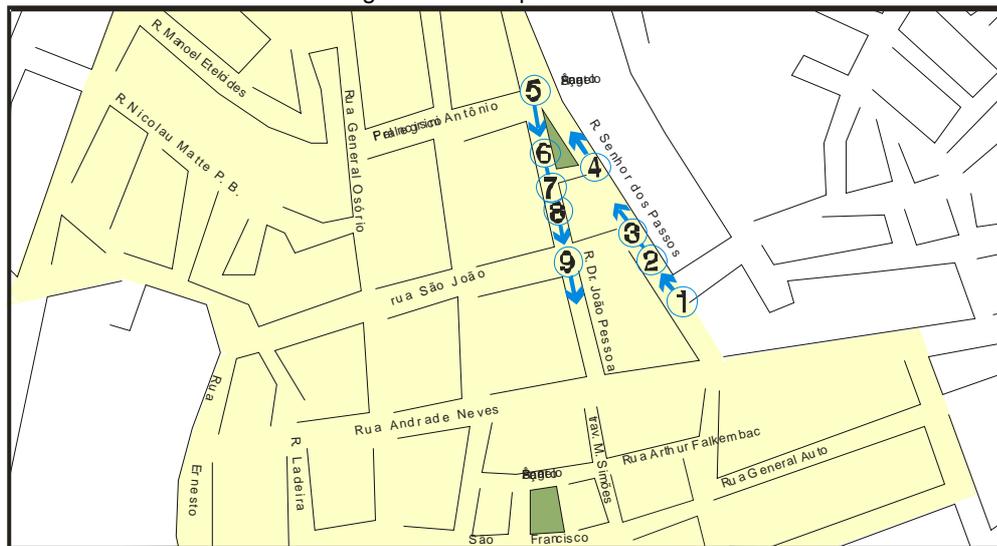


Foto: COSTA, A. S. 2006

Percurso 3 – rua Senhor dos Passos e rua Dr. João Pessoa

O Percurso 3 desenvolve-se ao longo de duas ruas: a Senhor dos Passos, a partir do seu início até o encontro com a rua Dr. João Pessoa e esta última até encontrar com a rua Andrade Neves. Este eixo liga a principal rua de Rio Pardo, a Andrade Neves, com a área-pólo cinco (praça Santo Ângelo), conforme indicado no mapa presente na Figura 110.

Figura 110 – Mapa Percurso 3



Organizado pela autora, 2005

Este percurso foi realizado do lado direito da rua Senhor dos Passos e do lado esquerdo da rua Dr. João Pessoa, junto ao passeio público. Foram identificadas nove estações que representam distintos momentos de destaque na morfologia urbana ao longo do trajeto.

A seguir, as principais sensações encontradas no percurso:

a) Na lateral esquerda, o principal destaque cabe às intersecções de ruas perpendiculares à Senhor dos Passos, que proporcionam amplidão.

Nesta área, existem edificações de épocas distintas convivendo em harmonia,

como a Estação Rodoviária (Figura 111) que, apesar de quebrar com a leitura da

quadra – está construída após recuo frontal, possui corpo recortado e cobertura em laje curva, característica destoante do entorno –, não sobressai na altura dos prédios, causando impacto apenas quando se chega na frente dela.



Figura 111 – Estação Rodoviária

Foto: COSTA, A. S. 2006

Ao longo deste eixo, junto à rua Dr. João Pessoa, encontram-se várias edificações que constam no inventário do IPHAE. Dentre elas, cabe destacar um conjunto de prédios que compõem duas quadras vizinhas na rua Dr. João Pessoa:

O “Prédio Pellegrini/Wunderlich”, localizado na rua João Pessoa, foi construído no ano de 1916 (Figura 112). Edificação térrea, de duas economias, conta com porão na parte dos fundos. A residência da esquerda teve seus vãos de esquadrias modificados, entretanto, devido à marcação horizontal acima das aberturas e à fachada da direita, pode-se dizer que possuía simetria entre elementos verticais. Esta simetria e ritmo ainda se verificam na residência da esquerda. A cobertura é em duas águas, com platibanda contínua com elementos decorativos.

Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 112 – Prédio Pellegrini/Wunderlich.



O “Sul Hotel” (identificado nas Figuras 113 e 114), localizado na rua João Pessoa, é uma imponente edificação na paisagem. Sobrado de dois pavimentos e porão alto nos fundos. Possui fachada com simetria e ritmo entre elementos verticais. Cobertura do corpo principal da edificação em quatro águas, com platibanda e frontão demarcando o acesso principal, no centro da fachada. Sacada em alvenaria com guarda-corpo vazado com balaústres. Pilastras e ornamentação na fachada demarcando os panos verticais da fachada. Esquadrias com verga reta no pano central e no pavimento térreo. No segundo pavimento, as vergas são retas, porém os cantos dos vãos das janelas são arredondados (detalhe reforçado pelo vidro verde que acompanha a angulação da alvenaria).

O “Hotel Centenário” (Figura 115) está localizado na esquina das ruas Dr. João Pessoa e rua São João. Apesar de ser um sobrado de esquina, possui fachada ornamentada apenas pela rua Dr. João Pessoa. Nela, tem-se simetria e ritmo entre cheios e vazios. Vãos das esquadrias em com verga em arco pleno com molduras e platibanda decorada, demarcando o centro da edificação, bem como pilastras. Na fachada pela rua São João, tem-se cobertura com beiral e fachada simples, porém com modulação entre cheios e vazios.

Figura 113 – Sul Hotel



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 114 – Sul Hotel – acesso principal



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 115 – Hotel Centenário

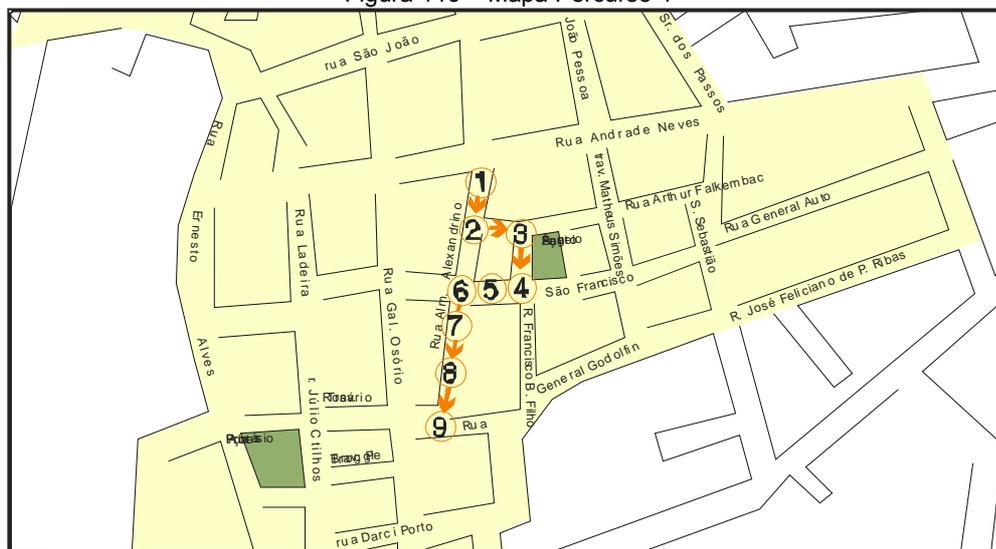


Foto: COSTA, A. S. 2005

Percurso 4 – rua Almirante Alexandrino, Arthur Falkenbach, Francisco Borba Filho e São Francisco

O Percurso 4 está relacionado com a Área-Pólo 6, que tem como elemento principal, a praça São Francisco. Parte-se da rua Andrade Neves, no início da rua Almirante Alexandrino de Alencar e por esta uma quadra, até a rua Arthur Falkenbach. Desta, novamente mais uma quadra, virando à direita na rua Francisco Borba Filho. Por esta, segue-se até a rua São Francisco, dobrando à direita até retornar à rua Alm. Alexandrino de Alencar, até seu término, na rua General Godolphin, conforme mapa apresentado na Figura 116.

Figura 116 – Mapa Percurso 4



Organizado pela autora, 2005

O percurso quatro foi realizado do lado esquerdo da rua Almirante Alexandrino e no lado direito nas ruas Arthur Falkenbach, Francisco Borba Filho e São Francisco. Foram levantadas nove estações ao longo do trajeto, com as principais sensações, conforme segue:

- a) A principal sensação apreendida na lateral esquerda das estações é a de amplidão. Isto ocorreu devido à presença de elementos na paisagem como um grande terreno baldio localizado na esquina entre as ruas Alm. Alexandrino e Arthur Falkenbach que abre a visual para o elevado onde está localizada a praça São Francisco (Ver Figura 117). As estações 3 e 4, que ficam próximas à praça, estão em uma parte elevada da cidade, proporcionando uma preparação para o mirante, bem como a sensação de amplidão, novamente, em função da inexistência de edificações onde localiza-se a praça (Ver Figura 118). No segundo trecho da rua Alm. Alexandrino, a sensação de amplidão se repete, porém em função da diferença da caixa entre esta rua e a São Francisco, conforme mostra a Figura 119. O percurso termina no encontro com a rua General Godolphin, que tem um estreitamento na lateral esquerda, proporcionando direcionamento ao passageiro.

Figura 117 – vista da pça São Francisco a partir da rua Almirante Aelxandrino

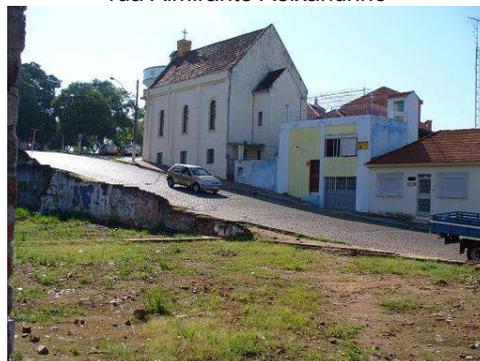


Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 118 – vista da pça São Francisco a partir da rua Arthur Flak. com Francisco Borba Filho



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 119 – vista da rua Alm. Alexandrino a partir da rua São Francisco



Foto: COSTA, A. S. 2005

A vista frontal tem seu ponto mais marcante nas estações 2, 3 e 4, e nas estações 6 e 7, relacionadas à praça São Francisco e à rua Alm. Alexandrino. Na estação 2, a subida da ladeira em direção à praça se mostra como um convite para percorrê-la, uma vez que se avista apenas parte das árvores da praça, conforme Figura 120. Ao chegar na estação 3, a visual da praça e o destaque proporcionado pela Capela de São Francisco novamente funcionam como um convite ao passante para percorrer o caminho, ir até o limite do campo visual (Figura 121). Ao chegar na estação 4, a preparação para mirante, na continuação da rua Francisco B. F^o funciona como uma espécie de prêmio para quem percorreu o caminho sugerido na estação 3 (Figura 122). Ao chegar na estação 6, a existência de uma espécie de terraço junto ao Sobrado do Alm. Alexandrino proporciona realce. Junto a ela, a sensação de amplidão em função da largura da rua reforça a imponência do alargamento e do Sobrado.

- b) Na lateral direita, destaque para a amplidão sentida quando junto à praça São Francisco – estação 3 (Figura 123)– e à visual fechada da rua General Godolphin.

Figura 120 – vista da Arthur Falkembach



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 121 – vista da rua Francisco B. Filho



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 122 – vista da rua São Francisco



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 123 – vista da rua Arthur Falkembach



Foto: COSTA, A. S. 2005

Ao longo do Percurso 4, localizam-se várias edificações inventariadas pelo IPHAE, com destaque para a Capela de São Francisco de Assis (Figura 124), descrita anteriormente, no item “morfologia urbana e aspectos históricos” da Área-Pólo 6, bem como o Prédio Borba, localizado no entorno imediato da Praça São Francisco. Dentre as demais edificações presentes ao longo deste percurso, destacam-se:

O “Prédio Rui Lima”, localizado na rua São Francisco, foi construído em 1882. (Ver Figura 125). Esta edificação possui fachada simétrica, com ritmo entre cheios e vazios. Possui acesso principal na fachada lateral, o que implica em recuo lateral, prática pouco usual na época. Cobertura em duas águas com platibanda. Janelas com verga em arco abatido e moldura.

O “Prédio Lima” (Figura 126), também faz parte do conjunto da Capela São Francisco, localiza-se na rua de mesmo nome. Construído no ano de 1876, a fachada do prédio caracteriza-se pela simetria e ritmo entre cheios e vazios e pela localização da porta de acesso pela fachada lateral da edificação (nota-se que o recuo desta edificação fica ao lado do recuo da edificação vizinha, dobrando o espaço entre as edificações). Possui ainda cobertura em duas águas com platibanda vazada com balaústres. Esquadrias com verga reta e moldura.

Figura 124 – Capela São Francisco de Assis



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 125 – Prédio Rui Lima



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 126 – Prédio Lima



Foto: COSTA, A. S. 2005

O “Solar do Almirante Alexandrino de Alencar” (Figuras 127 e 128) localiza-se na esquina das ruas São Francisco e Almirante Alexandrino de Alencar. Sobrado de esquina em dois pavimentos, possui característica arquitetônica típica do período colonial, com cobertura em quatro águas com beirado tipo eira, sebeira ou seveira. Fachadas simétricas com ritmo entre cheios e vazios. Esquadrias com verga em arco abatido com moldura em madeira. Atualmente a edificação abriga um museu e está em bom estado de conservação. O Solar do Almirante Alexandrino possui uma característica muito peculiar e possível graças ao relevo acidentado: a escadaria no passeio público. A escadaria é existente tanto junto à fachada principal, na rua Almirante Alexandrino, quanto junto à fachada lateral, na rua São Francisco.

Figura 127 – Solar do Alm. Alex. de Alencar



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 128 – Detalhe passeio elevado Solar do Alm. Alex. de Alencar



Foto: COSTA, A. S. 2006

Além destas edificações, ainda no Percurso 4, porém pela rua Almirante Alexandrino, encontra-se um conjunto formado por três residências em bom estado de conservação (Figura 129):

O “Prédio Magdala”: construído em 1856, possui fachada com ritmo entre elementos verticais, cobertura em quatro águas com platibanda vazada com balaústres e ornamentos. Porão alto, com gateiras retangulares, esquadrias com verga em arco abatido e molduras. Pilastras com capitel demarcando o limite da edificação e desenhos no reboco da fachada. (Ver Figura 130)

A “Residência Leo Schultze” (Figura 131): edificada no ano de 1846, possui fachada simétrica com ritmo entre elementos verticais. Planta tipo corredor central, cobertura em três águas – telhado comum com a edificação ao lado, compondo telhado de quatro águas – com platibanda decorada. Esquadrias com verga reta e molduras.

O “Prédio Família Bandeira e Benozati” (Figura 132): construída no ano de 1851, possui fachada com ritmo entre elementos verticais, porão alto com gateira retangular e esquadrias com verga reta e moldura. Cobertura em três águas – em comum com Prédio Magdal - e beiral.

Figura 129 – Prédio Magdala, Residência Leo Schultze e Prédio Família Bandeira e Benozati



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 130 – Prédio Magdala



Fonte: COSTA, A. S. da; 2005.

Figura 131 – Residência Leo Schultze



Foto: COSTA, A. S. 2006

Figura 132 – Prédio Família Bandeira e Benozati



Foto: COSTA, A. S. 2006

O Percurso 4 termina no encontro com a rua General Godolphin, com a imponência do “Sobrado Wunderlich” (Figuras 133 e 134), que faz esquina com a rua General Osório. Construído no ano de 1824, este sobrado de estilo colonial possui simetria e ritmo entre cheios e vazios no pavimento superior, que era destinado para moradia, com esquadrias de verga reta e moldura. O pavimento térreo, com finalidade inicial de serviço, possui várias portas com verga em arco abatido, com destaque para dois óculos no lado direito. Acesso principal da edificação pela lateral, através de uma escadaria com guarda-corpo vazado. Cobertura em quatro águas com beiral.

Cabe destacar outra edificação, presente no Percurso 4: está sendo construído edifício de residência multifamiliar ao lado da Capela de São Francisco (Ver Figura 135). Nota-se a preocupação na altura desta edificação, em dois pavimentos, em não ultrapassar a da Capela, o que é um ponto positivo, no entanto, sua arquitetura de valor duvidoso (não apresenta linhas contemporâneas, que poderiam ser um registro do início do século XXI) prejudica o entorno da Capela e da Praça como um todo.

Figura 133 – Sobrado Wunderlich e Igreja Matriz



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 134 – Sobrado Wunderlich



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 135 – edifício residencial ao lado da Capela São Francisco



Foto: COSTA, A. S. 2005

laterais à Matriz (Figura 137); e na estação 12, com direcionamento e amplidão proporcionado pela linearidade da rua Gal. Osório e por se estar em um ponto elevado da cidade, com vista geral de parte dos prédios de Rio Pardo, conforme se observa na Figura 138.

- b) Na vista frontal, há destaque para a rua da Ladeira e a Igreja Matriz, presentes no campo visual das três primeiras estações, elementos que proporcionam também direcionamento e amplidão. (Figura 139). Outro momento marcante cabe ponto onde se localiza o conjunto da Igreja Matriz e Praça, que causa amplidão e alargamento, uma vez que a Matriz é recuada em relação aos demais prédios da rua Júlio de Castilhos. (Figura 140). Seguindo por esta rua, destaque para o prédio da 1ª Usina Elétrica de Rio Pardo, fechando a visual da rua Júlio de Castilhos.

Figura 137 – vista da trv. Padre Broggi



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 138 – vista rua Gal. Osório



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 139 – vista rua da Ladeira e Júlio de Castilhos



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 140 – vista rua Júlio de Castilhos



Foto: COSTA, A. S. 2005

c) Na lateral direita, a Praça Protásio Alves é o elemento com maior destaque na morfologia do percurso. Ela se faz presente nas estações 4, 5, 6 e 7, proporcionando amplidão e agradável sensação ao passante, devido à sua vasta vegetação (Figura 141). Outro elemento de destaque na visual direita, porém em menor escala que a praça, é o prédio da 1ª Usina Elétrica, que possui um elemento que une as fachadas em ambos os lados da rua, causando impedimento do campo visual. Este elemento se faz presente apenas neste local da área estudada. (Figura 142).

Como discutido anteriormente, na análise da Área-Pólo 4, o local onde está o limite junto às margens do Rio Jacuí da Fortaleza, terreno da CORSAN, não possui elementos que fazem referência ao elemento histórico. A rua Francisco Alves proporciona direcionamento, porém não chega a instigar o passante a percorrê-la. Dessa forma, a última estação deste percurso é no encontro das ruas Francisco Alves e Gal. Osório, e não em frente ao terreno da CORSAN. (Ver Figura 143).

3.2.3 Áreas de Influência

As Áreas de Influência estão relacionadas com partes do centro histórico que não apresentam elementos de destaque na paisagem ou não são muito utilizadas pela

Figura 141 – vista travessa do Rosário – Praça Protásio Alves



Foto: COSTA, A. S. 2005

Figura 142 – vista rua Cel. Franco Ferreiro – 1ª Usina Elétrica de Rio Pardo

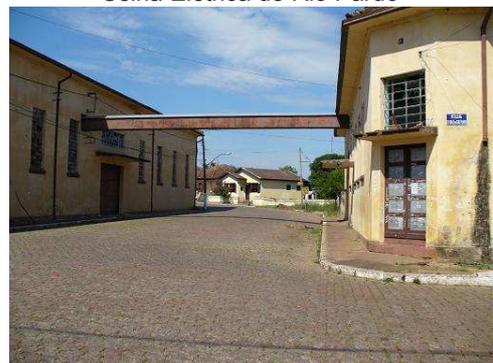


Foto: COSTA, A. S. 2005

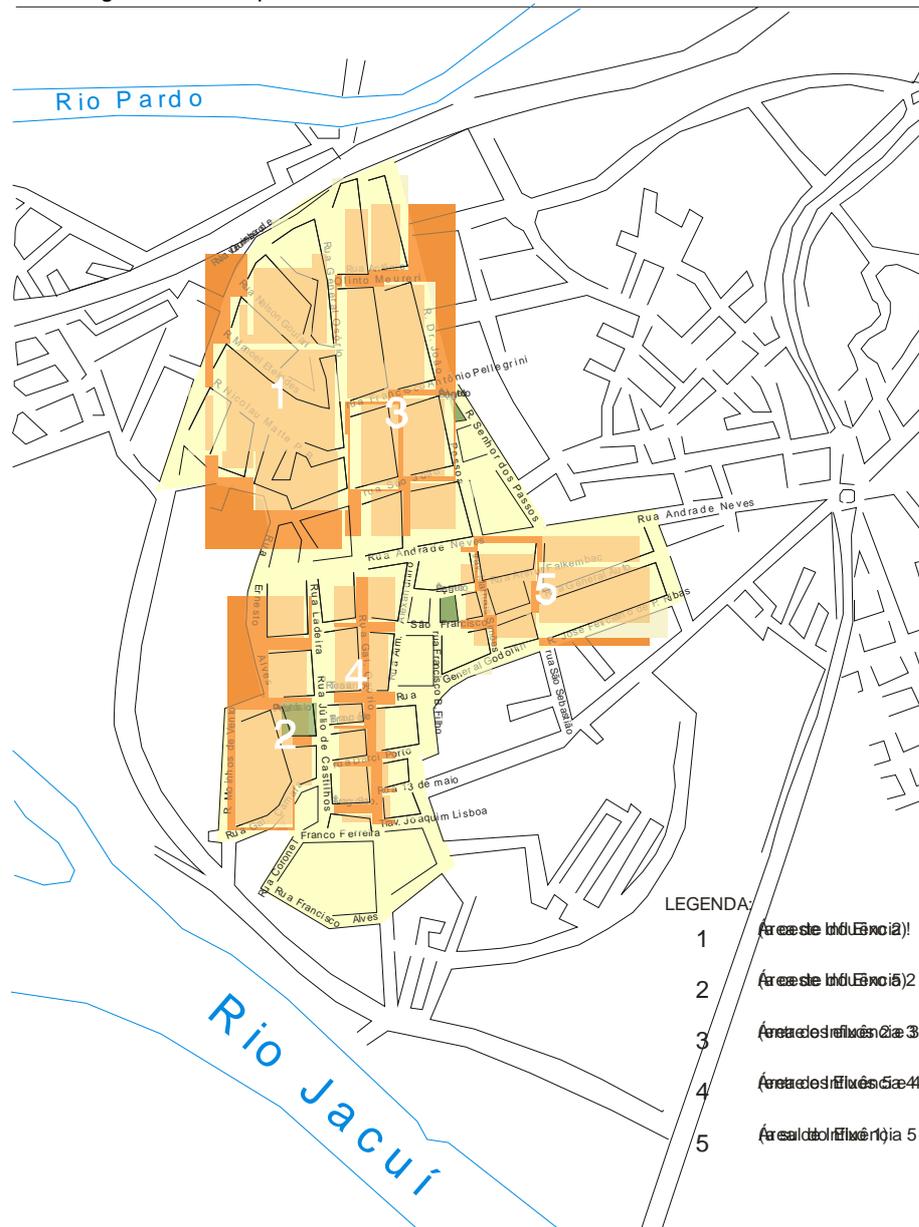
Figura 143 – vista rua Francisco Alves



Foto: COSTA, A. S. 2005

população, entretanto, estão próximas às Áreas-Pólo e/ou aos Eixos de Interligação, conforme pode ser visto no mapa apresentado na Figura 144. São tidas como “coringas” em uma proposta de planejamento urbano, pois podem funcionar como elementos agregadores entre locais de maior importância que se quer restaurar ou revitalizar.

Figura 144 – Mapa Áreas de Influência no Centro Histórico de Rio Pardo



Organizado pela autora, a partir de mapa base, Lab. Cartográfico da UNISC, 2006

No centro histórico de Rio Pardo, foram identificadas cinco Áreas de Influência com características distintas entre si:

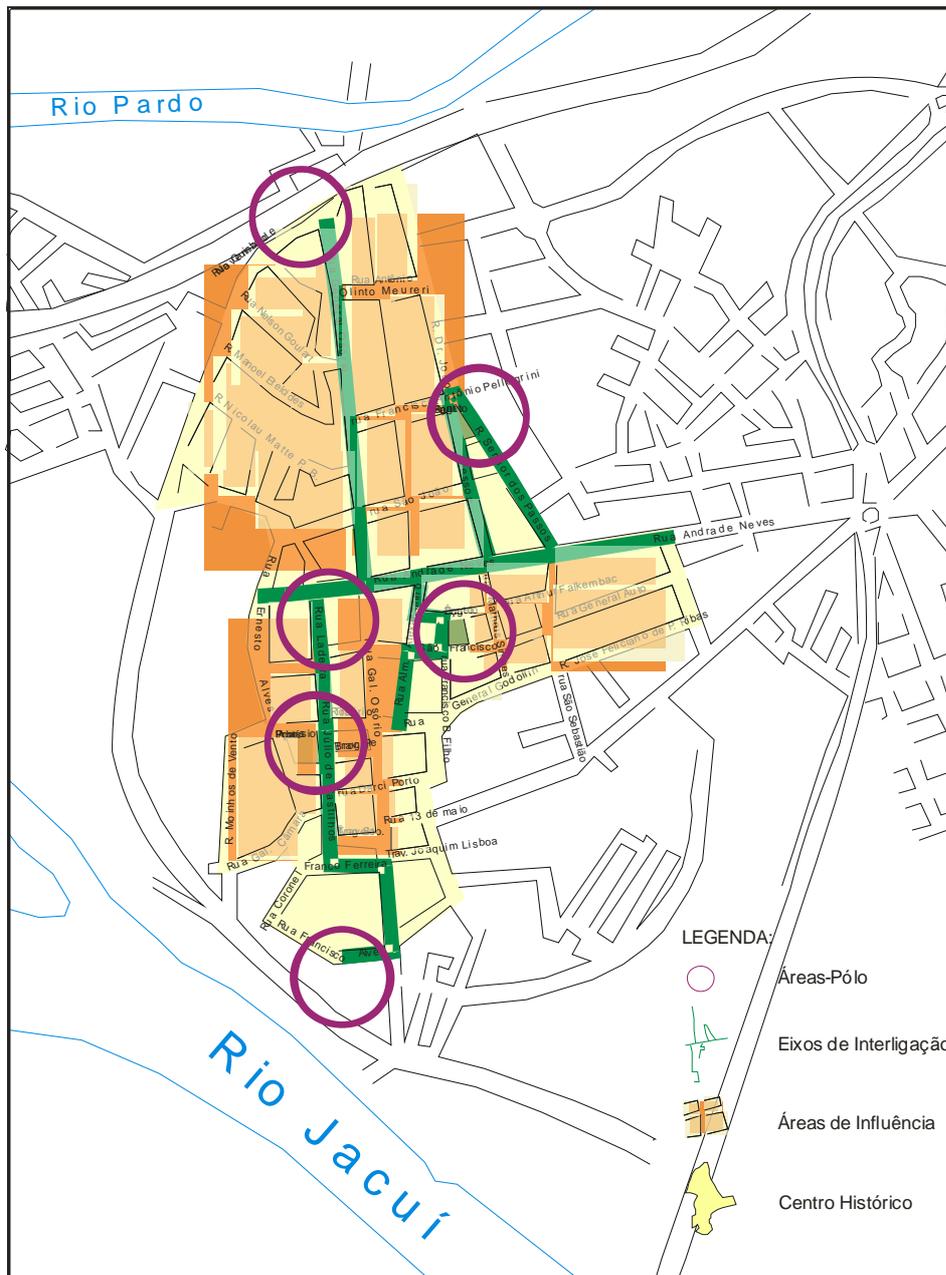
- a) Área de Influência 1: localizada entre o limite da delimitação oeste do Centro Histórico e o Eixo 2, rua General Osório, e entre as Áreas-Pólo 1 e 2. Este

local é o que possui menor dinâmica dentro da cidade, possuindo caráter essencialmente residencial.

- b) Área de Influência 2: também está localizada no limite oeste do Centro Histórico, sendo limitada ainda, pelo Eixo 5, rua Júlio de Castilhos e a Área-Pólo 2, abrangendo parte do entorno da Área-Pólo 3 – praça Protásio Alves. Esta área possui caráter essencialmente institucional ligado ao poder judiciário – uma vez que nela estão inseridos os prédios do atual Fórum Municipal e da Exatoria.
- c) Área de Influência 3: localizada na parte norte do Centro Histórico, têm como limite a oeste o Eixo 2, rua General Osório, a leste o Eixo 3, rua Dr. João Pessoa e a sul, o Eixo 1, rua Andrade Neves. Esta área possui caráter comercial e de serviço, na parte mais próxima da rua Andrade Neves e residencial, no trecho mais próximo ao limite norte do centro histórico.
- d) Área de Influência 4: localiza-se entre os Eixos 5, rua Júlio de Castilhos e Eixo 4, rua Almirante Alexandrino, tendo como limite a norte, o Eixo 1, rua Andrade Neves. Este local possui caráter cultural, uma vez que contempla grande número de edificações históricas, bem como permeia três Áreas-Pólo – Área-Pólo 2, rua da Ladeira, Área-Pólo 3, praça Protásio Alves e Área-Pólo 6, praça São Francisco – e possui caráter residencial.
- e) Área de Influência 5: localiza-se a sul do Eixo 1, rua Andrade Neves e a oeste do Eixo 4, praça São Francisco. Possui caráter institucional educacional, devido à existência da Escola Estadual Ernesto Alves, inventariada pelo IPHAE e institucional religioso, pela proximidade com a Capela dos Passos e Capela São Francisco.

O conjunto de Áreas-Pólo, Eixos Interligação e Áreas de Influência deve ser entendido articuladamente em qualquer plano de intervenção para valorização do setor histórico enquanto unidade territorial representativa dos valores simbólicos da cidade de Rio Pardo. A seguir, na Figura 145 é apresentado o mapa com os três elementos apresentados anteriormente.

Figura 145 – Mapa Áreas de Influência no Centro Histórico de Rio Pardo



Elaborado pela autora, a partir de mapa base, Lab. Cartográfico da UNISC, 2006

Importa lembrar que, enquanto parte integrante da dinâmica urbana, faz-se necessário compreender as articulações do Centro Histórico com a estrutura que o contém, considerando inclusive, as principais rotas de acesso à cidade, as áreas de expansão urbana, os aspectos ambientais que caracterizam as margens dos rios e os demais elementos polarizadores da cidade. É o que será visto na seção a seguir.

SEÇÃO 4

TERRITÓRIOS URBANOS EM RIO PARDO:

ANÁLISE A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Territórios urbanos em Rio Pardo: análise a partir de uma perspectiva de conservação patrimonial a partir dos resultados do trabalho de campo, amparadas pelo aporte teórico apresentado na primeira e segunda seções. Aqui são postas algumas questões relativas a interpretações acerca do Centro Histórico da cidade de Rio Pardo, de acordo com as possibilidades de intervenção seja do ponto de vista da conservação dos seus aspectos materiais e imateriais importantes enquanto formadores do patrimônio histórico e cultural da cidade, seja pela recuperação e revitalização de espaços que se tornaram obsoletos em função do crescimento e transformação da cidade, ou ainda na consolidação dos aspectos que atualmente caracterizam o valor histórico e cultural da mesma.

Para tanto foram identificadas as *forças centrífugas e centrípetas*¹⁶ que atuam no Centro Histórico, a partir das principais rotas de circulação e acesso; os *elementos polarizadores (nós)*, que atuam na articulação dos demais setores da cidade em relação ao Centro; e os *aspectos ambientais* mais significativos, sobretudo os valores presentes nas margens dos Rios Pardo e Jacuí.

¹⁶¹⁶ Rotas que atuam de forma articulada direcionando para dentro ou para fora da área em questão.

É importante considerar a cidade de Rio Pardo como integrante da rede urbana da região em que se encontra inserida, constituindo-se, no passado, em centro polarizador de diversas atividades e dinâmicas, inclusive no âmbito estadual. Neste sentido, destaca-se, atualmente, um conjunto de forças centrífugas e centrípetas que atuam no sentido de articular a cidade com outros centros urbanos, o que possibilita acessos e fluxos diferenciados, conforme mapa representado na Figura 145.

Em primeiro lugar destaca-se **o eixo da linha ferroviária Porto Alegre-Uruaiana**, que foi inaugurado em 1883 e comunica o litoral com as fronteiras, tendo sido desativado para transporte de pessoas a partir de 1982. Tal eixo de interiorização, por si só é um patrimônio do Rio Grande do Sul, sendo que exerceu um importante papel integrador entre diversos municípios do estado através do transporte de cargas e de passageiros.

O reflexo da desativação da linha férrea, em função dos investimentos em rodovias a partir da década de 1970, é o avançado processo de degradação e obsolescência na qual se encontra o complexo da Estação Férrea. Atualmente o prédio principal da Estação, que possui arquitetura diferenciada dos demais construídos no estado, está sendo reformado como parte de um projeto de reativação da linha férrea para transporte de passageiros em linhas turísticas. Entretanto, a maioria dos prédios do entorno da área, além das demais edificações que integram o conjunto da estação – anexo ao prédio principal e armazém¹⁷ – encontram-se em ruínas ou abandono.

brevedade atuando como dinamizador das atividades turísticas na região e viabilizando um acesso alternativo para a população local e regional, inclusive de forma integrada à estação férrea de Ramiz Galvão, intermediária entre Rio Pardo e Santa Cruz do Sul. Observa-se, neste sentido, já uma aparente busca da sociedade pela revitalização da Estação Férrea de Rio Pardo, visto que há um movimento de reabilitação daquela edificação, conforme colocado anteriormente. A atribuição de novos significados e formas de utilização para os espaços ferroviários obsoletos pode contribuir para novos investimentos em cidades que não acompanharam os ciclos econômicos mais recentes de desenvolvimento do estado, como é o caso de Rio Pardo, General Câmara e Cachoeira do Sul.

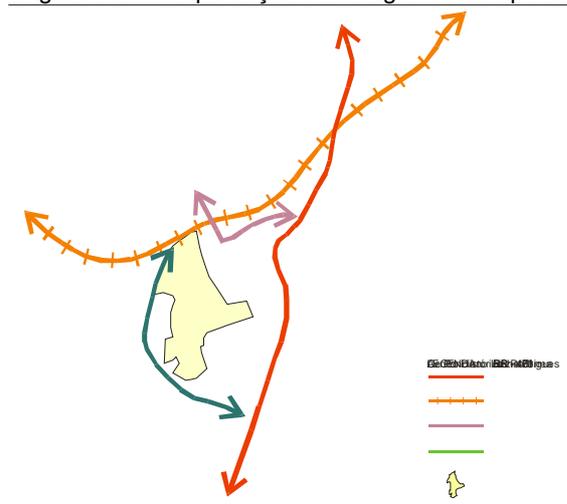
¹⁷¹⁷ Ver caracterização dos prédios na Seção 3.

Em segundo lugar, destaca-se o **eixo rodoviário de ligação da cidade com outros centros urbanos**, constituindo-se na BR-471 que articula Rio Pardo, ao norte com Santa Cruz do Sul e, ao sul com Pantano Grande e outros municípios, formando um eixo estratégico de integração intermunicipal. Neste sentido, a ampliação da BR-471, atualmente em andamento, deverá gerar uma rota alternativa de escoamento de produção do norte e centro do estado até o porto de Rio Grande.

Em terceiro lugar, tem-se outro **eixo rodoviário de acesso ao centro histórico da cidade – pela Estação Férrea**, a RS-403 que liga a cidade de Rio Pardo a Cachoeira do Sul. Embora com menor influência do que o eixo anterior quanto aos fluxos e acessos, sobretudo devido a sua localização e por não estar pavimentada, a rodovia parece permitir um acesso mais rápido às margens do Rio Pardo e à parte norte da cidade, em que se encontra a Estação Férrea.

Mais localmente, ressalta-se a **av. Ponciano Luiz Rodrigues** que margeia o rio Jacuí, unindo a Estação Férrea à BR-471, e contornando a oeste e a sul, todo o centro histórico. Pela sua extensão e configuração na cidade, tal eixo possui um papel importante para acesso, deslocamento e escoamento das ruas do centro, além de denotar um significativo valor econômico e ambiental, considerando-se a localização do antigo porto, dos atuais balneários e das atividades de lazer às margens do Rio Jacuí.

Figura 146 – Mapa forças centrífugas e centrípetas



Elaborado pela autora, 2006

Territórios urbanos em Rio Pardo: análise a partir de uma perspectiva de conservação patrimonial

¹⁸¹⁸ São considerados *nós* os pontos de cruzamento de vias importantes, no caso, a BR-471, a RS-403, a rua Andrade Neves e a av. Ponciano Luiz Rodrigues.

Ao analisar a área urbana de Rio Pardo, foram identificados alguns elementos, caracterizados aqui como *nós* articuladores na malha urbana (ver Figura 146). Dentre estes elementos, destacam-se os **trevos de acesso à cidade** – primeiro acesso secundário formado pela intersecção da BR-471 e RS-403 que conduz à parte norte da cidade; o acesso principal formado pela intersecção entre a BR-471 e a rua Andrade Neves, que conduz diretamente ao Centro Histórico e é atualmente o mais utilizado; e o segundo acesso secundário, formado pelo encontro da BR-471 com a rua Ponciano Luiz Rodrigues, que faz uma ligação com a parte sul e oeste da cidade, funcionando como uma espécie de perimetral. Além dos trevos, são elementos polarizadores, o **Antigo Porto**, a **Estação Férrea**, o **Centro Regional de Cultura** e o **Núcleo do Centro Histórico**, identificado e delimitado como o Bairro Centro, delimitação definida pela Prefeitura Municipal de Rio Pardo.

O Porto de Rio Pardo teve grande importância local, regional e estadual, uma vez que servia como ponto de transporte de mercadorias e passageiros, quando ainda não havia o transporte ferroviário tampouco rodoviário. Além disso, foi devido à posição dos rios Pardo e Jacuí que se deu a escolha de implantação da cidade, uma vez que se pretendia proteger o território gaúcho de possíveis invasores, conforme já mencionado anteriormente.

O Antigo Porto da cidade de Rio Pardo há muito perdeu sua importância enquanto meio de transporte de cargas, entretanto o local, atualmente denominado Praia dos Ingazeiros, tem assumido novo caráter, com atividades esportivas náuticas e festividades, onde são exploradas, por exemplo, a pesca realizada no Rio Jacuí. Apesar da sua importância histórica e cultural para a população local e regional – muitos moradores de Rio Pardo e de cidades próximas utilizam as margens do rio como local de veraneio e lazer – não se percebe nenhuma iniciativa no sentido de valorizar ou preservar ambientalmente suas águas e margens (este assunto será tratado novamente no subitem 4.3).

Territórios urbanos em Rio Pardo: análise a partir de uma perspectiva de conservação patrimonial

azeiros, possui acesso através de duas vias: internamente ao Centro Histórico, no final da rua Moinhos de Vento, ou pela avenida Ponciano Luiz Rodrigues, sendo que não se verificou nenhum atrativo no caminho até este local. Nesse sentido, está sendo desenvolvido o projeto de um Centro de Eventos da Prefeitura Municipal de Rio Pardo que se localizará próximo ao setor do porto e que deverá sediar eventos culturais e festividades. Essa parece ser uma boa alternativa para dinamizar este local da cidade, uma vez que trará maior visibilidade e movimento de pessoas em outras épocas do ano que não o verão.

Da mesma forma que o Antigo Porto, a Estação Férrea é um elemento de importância local, regional e estadual, uma vez que faz parte da história do Rio Grande do Sul, tendo sido determinante para o desenvolvimento do estado, conforme tratado anteriormente. Em função disto, em Rio Pardo, ela está localizada em posição estratégica, quando verificadas as forças centrípetas e centrífugas de articulação que atuam na cidade, além de ser um dos limites do centro histórico.

A área em que a Estação está inserida possui grande potencial paisagístico, uma vez que as ruas possuem caixa larga e um traçado peculiar que configura um espaço aberto em frente ao prédio principal da Estação, dando amplitude a esta área. A existência dos trilhos, a presença de vegetação de grande porte e o terreno com cota topográfica mais baixa atrás do prédio da Estação, reforçam o caráter de local agradável. A largura das ruas, somada ao caráter histórico do local, bem como à sua proximidade com a RS-403, à avenida Ponciano Luiz Rodrigues e por se localizar no final da rua General Osório, podem tornar o local em que está inserida um ponto de convergência e escoamento do trânsito, evitando, assim, o uso excessivo das ruas históricas do centro.

Internamente ao Centro Histórico, verificou-se a já consolidada delimitação do Bairro Centro (dada pela Prefeitura Municipal de Rio Pardo) como o principal elemento polarizador da cidade, visto que se encontra no “coração” da área histórica e do atual centro comercial da cidade.

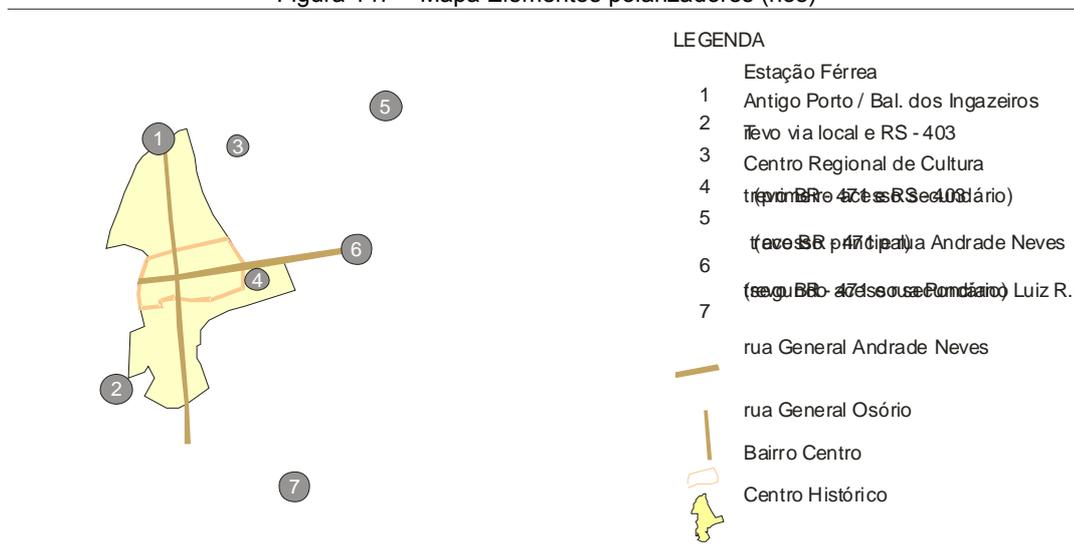
Territórios urbanos em Rio Pardo: análise a partir de uma perspectiva de conservação patrimonial m uma permeabilidade ao passante, havendo diversas possibilidades de deslocamento, com variações de paisagens conforme visto na seção 3. Importa destacar o papel estruturador das ruas General Andrade Neves e General Osório, que geram um cruzamento e articulam os principais elementos históricos e ambientais do centro: a primeira atua como articuladora dos extremos leste (desde a BR-471) e oeste (até a Rua Ernesto Alves, com possibilidade de ampliação até a Av. Ponciano Luiz Rodrigues) e a segunda, integra os setores à norte (Estação Férrea) e ao sul (antigo forte).

Verificou-se na Seção 3 deste trabalho que o primeiro eixo viário acima mencionado, além de constituir-se em importante via de acesso, possui uma forte centralidade, demonstrada pela concentração de atividades de comércio, serviços e instituições públicas ao longo de toda sua extensão. O excessivo movimento de veículos, inclusive de carga é

motivado pela sua posição em relação aos demais eixos, ao mesmo tempo em que esta via encontra-se num divisor de águas. Há um projeto de deslocamento da estação rodoviária da sua atual localização, no centro histórico, para as margens da BR-471, o que eliminará o tráfego de ônibus interurbanos nesta via.

A partir de um re-estudo de tráfego viário, seria possível incentivar acessos e percursos alternativos, além de propostas de binários, em que a Rua Andrade Neves poderia ser utilizada apenas como eixo de penetração ao centro. A rua 13 de maio e a RS-403 poderiam ser utilizadas como rota de saída e escoamento do centro.

Figura 147 – Mapa Elementos polarizadores (nós)



Elaborado pela autora, 2006

A segunda via, Rua General Osório integra o norte (Estação Férrea) ao sul da cidade (antigo porto, na Av. Ponciano Luiz Rodrigues). Apesar da ausência de prédios de valor histórico mais relevantes, se comparada com outras vias da cidade, esta rua apresenta importância por interligar elementos relevantes e pelos cruzamentos gerados em sua extensão, constituindo-se em eixo estruturador do traçado do centro histórico. O pouco movimento ao longo desta rua, deve-se provavelmente à sua função de interligação de elementos e conjuntos edificados, cuja utilização encontra-se em obsolescência. A dinamização destes pólos extremos a norte e a sul da cidade possivelmente trará um novo caráter a esta rua, com maior movimento e novas atividades.

Vale destacar ainda o prédio da antiga Escola Militar na rua Andrade Neves, restaurado por ação da Prefeitura Municipal, em parceria com a iniciativa da sociedade civil

organizada e com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Lei de Incentivo à Cultura (LIC), passando a exercer, atualmente, a função de “Centro Regional de Cultura”. Tais iniciativas recentes já realizadas e outras ainda em projeto podem reforçar à cidade de Rio Pardo seu valor cultural regionalmente conferido pela sua história e registros arquitetônicos ainda presentes em sua estrutura urbana.

Inicialmente, pode-se partir dos rios Jacuí e Pardo como eixos de circulação e de composição paisagística da cidade histórica. Largamente utilizados para navegação e transporte de passageiros e de cargas, os rios foram ao longo da história perdendo seu papel integrador, restando apenas o seu caráter paisagístico. Na cidade de Rio Pardo esses valores ambientais ainda não se encontram totalmente integrados ao patrimônio cultural, embora haja ainda a utilização de suas margens para a prática de lazer (Praia dos Ingazeiros), a busca de seus balneários e a realização de festas típicas tradicionais, como a Festa do Peixe.

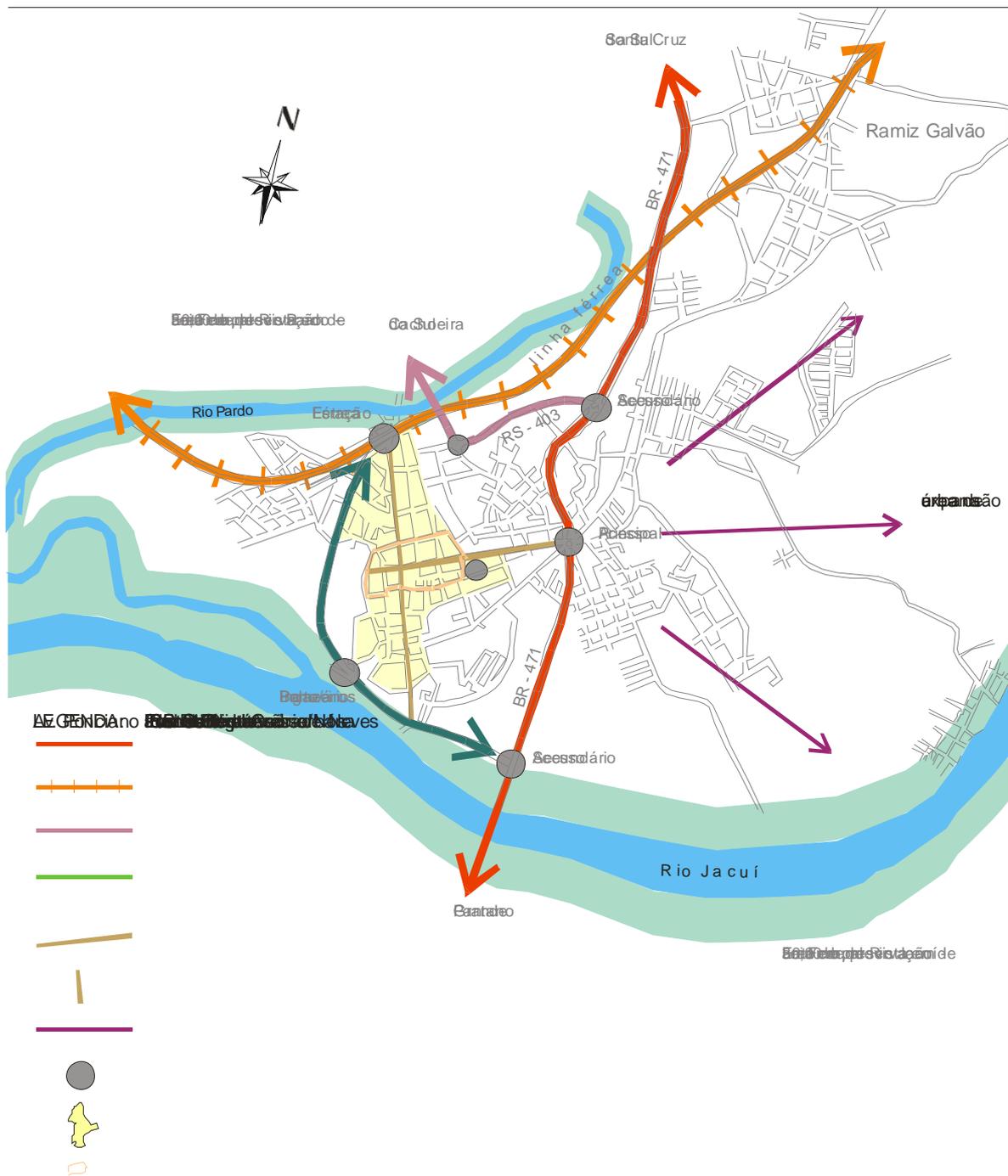
No rio Jacuí, que integra os municípios localizados na região de Taquari a Porto Alegre, a desativação do Porto já denunciava o pouco interesse, ao menos econômico, na integração do rio com a cidade. O baixo nível de conservação e a aparente despreocupação com a qualidade ambiental das suas águas e das margens tendem a um processo de degradação contínua, comprometendo a sua navegabilidade. O esgoto cloacal da cidade, por exemplo, é despejado diretamente no rio Jacuí, próximo aos balneários.

O rio Pardo articula a cidade com a parte norte do estado, tendo próximo às suas margens o cemitério. Poucos investimentos foram realizados no seu entorno, caracterizando igualmente uma baixa qualidade de sua conservação. Constata-se, portanto, a ausência de ações sociais e políticas públicas de valorização ambiental. Também se observa a não ocorrência de integração entre a conservação do meio construído e do meio natural. Tal fato denota a ignorância da relação direta entre ambos.

Territórios urbanos em Rio Pardo: análise a partir de uma perspectiva de conservação patrimonial _____ entre os diversos aspectos acima apresentados referentes à dinâmica de articulação do centro histórico com a cidade/região, ou seja, as forças centrífugas e centrípetas de integração e circulação, os elementos polarizadores e os aspectos ambientais da cidade, acrescido ainda da área de expansão existente a leste da BR-471, a partir da implantação de novos loteamentos.

Figura 148 – Mapa com forças centrífugas e centrípetas, elementos polarizadores e Centro Histórico da cidade de Rio Pardo

¹⁹¹⁹ Este subitem aborda muito brevemente as questões ambientais, detendo-se às questões hidrográficas, havendo muitos outros aspectos merecedores de atenção que não foram contemplados em força do objeto da pesquisa.



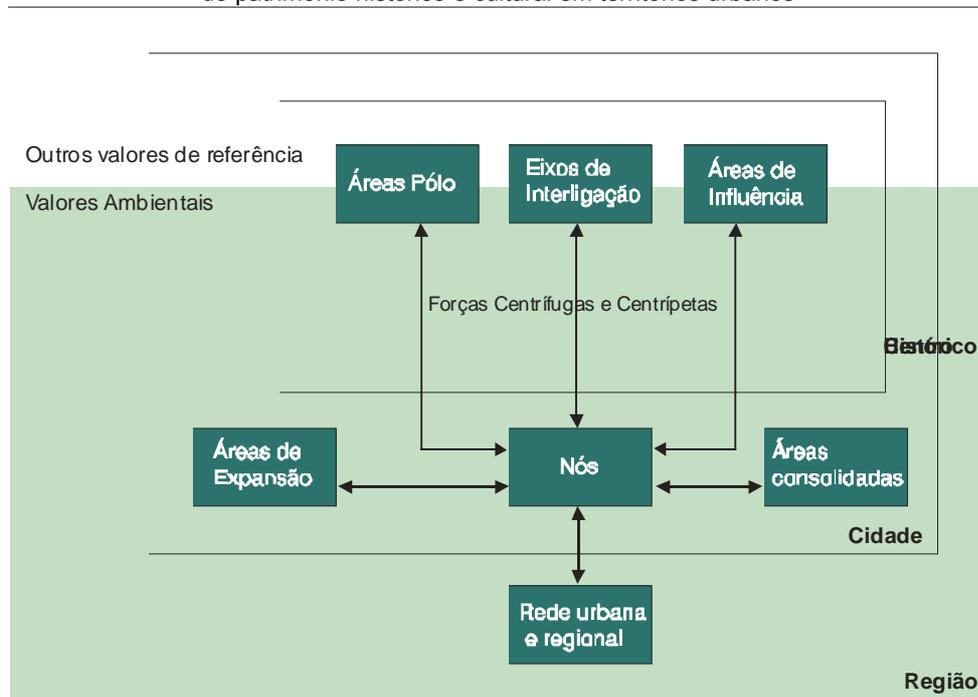
Elaborado pela autora, 2006

Territórios urbanos em Rio Pardo: análise a partir de uma perspectiva de conservação patrimonial ltural da

área central da cidade de Rio Pardo, considerando as diversas interfaces que existem e que podem ser estabelecidas a partir da criação de corredores de articulação, de valorização e resgate de valores intrínsecos de áreas obsoletas e da possível criação de novos elementos dinamizadores. Entende-se que tais iniciativas podem conferir aos espaços urbanos um novo patamar de diálogo com a cidade, viabilizando novos investimentos e, ao mesmo

tempo, articulando-se com práticas manifestas pela própria população local. Como síntese destas reflexões apresenta-se o quadro abaixo, com os principais elementos destacados na metodologia desta pesquisa.

Figura 149 – Quadro síntese dos elementos estudados para valorização do patrimônio histórico e cultural em territórios urbanos



Elaborado pela autora, 2006

No quadro apresentado acima se tem o Centro Histórico como componente da cidade e esta, por sua vez, componente da região em que se insere. O Centro Histórico articula-se através das Áreas-Pólo, dos Eixos de Interligação e das Áreas de Influência que, através das forças centrífugas e centrípetas conduzem aos nós. Este, por sua vez, interligam estes elementos às áreas de expansão, às áreas já consolidadas da cidade e à rede urbana e regional, considerando os valores ambientais e outros valores de referência.

Os elementos propostos no quadro apresentado na Figura 148 são condicionantes e pontos de referência para propósitos de requalificação dos espaços considerados histórica e culturalmente importantes para a cidade. O desenvolvimento urbano, assim, é entendido como processo decorrente das diversas características presentes na cidade, motivando novos percursos e olhares sobre o espaço existente. Como resultado deste trabalho, tanto em suas abordagens teóricas como empíricas, ressalta-se a articulação em diversas escalas de análise, desde os elementos internos às áreas que contêm elementos de valor patrimonial, até a articulação destes com outros referenciais regionais que, de forma direta

ou indireta, interferem nas formas de entendimento da população local sobre a importância para sua história de vida (presente, passada e ainda a construir).

CONCLUSÕES

Conclusões

agregar

novos conhecimentos sobre a cidade e o patrimônio histórico e cultural, uma vez que as experiências anteriores, enquanto arquiteta profissional, concentraram-se em atividades eminentemente técnicas de produção de projetos arquitetônicos no âmbito da construção civil. O processo de desenvolvimento da pesquisa teórica, coletas de dados em campo, sistematização de informações e organização dos conteúdos deste trabalho auxiliaram na compreensão da cidade enquanto ente que se constitui em reflexo e condição das manifestações sociais e culturais existente na realidade estudada.

A metodologia utilizada permitiu à pesquisadora vivenciar a experiência do usuário da cidade, que circula através de seus espaços públicos e, mesmo inconscientemente, sofre influências das relações espaciais ali presentes. Vale considerar que a utilização de informações advindas das pessoas que utilizam estes espaços poderia acrescentar novas perspectivas e percepções acerca dos valores constantes na área central da cidade. No entanto, optou-se por desenvolver a pesquisa a partir do olhar particular da pesquisadora, verificando e qualificando a experiência dos percursos definidos, através do método de percepção e análise visual.

Nesse sentido, a análise perceptiva propiciou o melhor conhecimento e entendimento do espaço urbano do Centro Histórico em uma escala local, do passante. Isto foi imprescindível para que se pudesse fazer uma análise mais ampla, englobando as relações deste local com a região e com o restante da cidade, entendendo esta como um ente dinâmico e articulador entre o núcleo histórico e a região. No entanto, como foi despendido muito tempo na análise perceptiva do espaço, tempo este necessário, entende-se que as análises da Seção 4 poderiam ter sido mais aprofundadas, o que fica como sugestão e desafio para uma melhor apreensão do método em estudos posteriores.

O trabalho aponta para utilização de diversos aspectos importantes para o desenvolvimento de uma política de conservação do patrimônio, para além das edificações históricas e dos espaços configurados na formação da cidade, considerando sua influência no cotidiano das pessoas. Entende-se que a conservação do patrimônio deve ser parte integrante de um processo de planejamento mais amplo da cidade, constituindo-se em importante referencial para a construção e consolidação da identidade da população e, no caso de Rio Pardo, igualmente para a região.

Conclusões

diversas

iniciativas e interesses da população acerca da valorização do patrimônio edificado, o que

revela um grande potencial para investimentos e novos estímulos a projetos mais amplos com a participação mais direta dos atores sociais, o que se entende como elemento fundamental para a permanência e resistência dos valores históricos e culturais do seu espaço urbano.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Maria Paula e LIMA, Cecília Modesto. *Dicionário ilustrado de arquitetura*. 3 Ed. São Paulo: ProEditores, 2003.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como História da Cidade*. Tradução de Pier Luigi Cabra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BENÉVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. 3ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BICCA, Briane Panitz. *A Igreja Martin Luther e a II Avenida Perimetral de Porto Alegre: Razões para a preservação deste patrimônio Porto Alegrense*. Disponível em <http://www.mluther.org.br/Cultural/briane_panitz_bicca.htm>. Acesso em: 20 jan. 2005.

BITTENCOURT, Dóris. *Guia de Arquitetura e Urbanismo do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: 2005. CD-ROM.

BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Tradução de Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl. 2 Ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

CAMPELLO, Galuco. Patrimônio e Cidade, Cidade e Patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 23, p. 117-125, 1994.

CAMPOS, Heleniza Ávila. *Permanências e mudanças no quadro de requalificação sócio-espacial da área central do Recife (PE): um estudo sobre territorialidades urbanas em dois setores "revitalizados"*. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

CAMPOS, Heleniza A., SCHNEIDER, Luiz C. (coord.) *Agenda 21 do Vale do Rio Pardo (RS) / Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

_____. *O Território na Transição da Pós-Modernidade*. Disponível em <<http://www.uff.br/geographia/re-2/Paul%20Claval.pdf>>. Acesso em 27 abr. 2005.

itórios" à

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (org). *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. 2 Ed. São Paulo: Studio, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FREITAS, Marcelo de Brito Albuquerque Pontes. *Dos monumentos arquitetônicos aos sítios urbanos: um estudo sobre a evolução do padrão de intervenção estatal nos sítios históricos no Brasil*. 1992. Dissertação (Curso de Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC – Iphan, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil*. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/bases/texto013.asp>>. Acesso em 03 abr. 2005.

HENRIQUES, Fernando. A conservação do patrimônio: teoria e prática. In: ENCORE – ENCONTRO SOBRE CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS, 3., 2003, *Anais...* Lisboa: LNEC, 2003.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Apresenta informações sobre a instituição e as cartas patrimoniais. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/legisl/cartaspatrimoniais>>. Acesso em 21 jan. 2005.

KUHL, Beatriz Mugayar. Os Restauradores e o Pensamento de Camillo Boito sobre a Restauração. 9-28. In: BOITO, Camillo. *Os Restauradores*. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 227p.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Arquitetura Luso-brasileira. In: WEIMER, Günter (Org.) *A Arquitetura no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 53-94.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na História. Suas Origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 12.003, de 12 de novembro de 2003. *Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul – Sistema LEGIS*. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/Legis>>. Acesso em 06 jan. 2006.

_____. Artigos 221,222 e 223. *Constituição do Estado do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<http://al.rs.gov.br/prop/Legislacao/Constituicao/constituicao.htm#T07C02S02>>. Acesso em 06 jan. 2006.

_____. Disponível em: <<http://al.rs.gov.br/prop/Legislacao/Constituicao/constituicao.htm#EC36>>. Acesso em 06 jan. 2006.

_____. Emenda Constitucional n. 45. Disponível em: <<http://al.rs.gov.br/prop/Legislacao/Constituicao/constituicao.htm#EC45>>. Acesso em 06 jan. 2006.

RIO PARDO Prefeitura Municipal de. Apresenta informações sobre dados da cidade de Rio Pardo. Disponível em: <http://.riopardo.rs.gov.br/dados_economicos.php>. Acesso em 20 jan. 2005.

RIO PARDO. Lei n. 78, de 30 de setembro de 1953. *Código de Posturas do Município*. Rio Pardo: [s.n.], 1957.

_____. Lei n. 27, de 13 de outubro de 1981. *Código de Obras*. Lei n. 23, de 29 de setembro de 1980. *Parcelamento do Solo Urbano*. Rio Pardo: [s.n.], 1982.

_____. Lei n. 1029/200, de 25 de maio de 2000. *Plano Diretor*. Lei n. 1030/200, de 25 de maio de 2000. *Parcelamento do Solo*. Lei n. 1031/200, de 25 de maio de 2000. *Perímetro Urbano*. Lei n. 1032/200 de 25 de maio de 2000 *Área de Proteção Ambiental*. Rio Pardo: [s.n.].

SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

SCHNEIDER, Luis Carlos. *Rio Pardo: evolução urbana e patrimônio arquitetônico*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade*. São Paulo: Peirópolis: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, Joseli Maria. Cultura e Territorialidades urbanas: Uma abordagem da pequena cidade. *Revista de História Regional*. Vol 5. Nº 2. Inverno 2000.. Disponível em <<http://www/rhr.uepg.br/v5n2/joseli.htm>>. Acesso em 27 abr. 2005.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TELLES, Leandro Silva. *Manual do Patrimônio Histórico*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Rio Pardo, Prefeitura Municipal, 1977.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

ANEXOS

ANEXO 1 – LEI Nº 12.003 (12/11/03) Disponível em <http://www.al.rs.gov.br/Legis/> acessado em 06 de janeiro de 2006– Declara integrante do Patrimônio Cultural do Estado a área histórica da cidade de Rio Pardo.



Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul **Sistema LEGIS - Texto da Norma**

12003		46939	LEI	
-------	--	-------	-----	--

LEI: 12.003

LEI Nº 12.003, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003.

Declara integrante do Patrimônio Cultural do Estado a área histórica da cidade de Rio Pardo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Esta Lei declara integrante do patrimônio cultural do Estado área urbana e bens de valor histórico, no Município de Rio Pardo.

Art. 2º - Na cidade de Rio Pardo, é declarada patrimônio cultural do Estado, nos termos e para os fins dos arts. 221, 222 e 223 da Constituição do Estado, sua área histórica, definida em poligonal com as seguintes delimitações:

I - a oeste, pela rua Dr. Luciano Raul Panatieri;

II - a noroeste, pela rua 15 de novembro;

III - a leste, pela rua Dr. João Pessoa;

IV - a nordeste, pela rua Senhor dos Passos;

V - a norte, pela rua Andrade Neves;

VI - a leste, mais uma vez, pela rua Gomes Freire de Andrade;

VII - a sudeste, pela rua José Feliciano de Paula Ribas;

VIII - a sudeste mais uma vez, pela rua General Godolphin;

IX - a leste, mais uma vez, pela rua Rafael Rodrigues Pinto Bandeira;

X - a sul, pela rua Francisco Alves;

XII - a sudeste, mais uma vez, pela rua General Câmara;

ANEXO 2 – Artigos 221, 222 e 223 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul; Cap. II – Da Educação, Da Cultura, Do Desporto, Da Ciência e Tecnologia, Da Comunicação Social e Do Turismo; Título VII – Da Segurança Social. Atualizada pelo Departamento de Assessoramento Legislativo – Superintendência Legislativa – até a Emenda Constitucional nº 51 de 30 de novembro de 2005. Disponível em <http://www.al.rs.gov.br/prop/Legislacao/Constituicao/constituicao.htm#T07C02S02>. Acesso em 06 de janeiro de 2006.

Seção II Da Cultura

Art. 220 - O Estado estimulará a cultura em suas múltiplas manifestações, garantindo o pleno e efetivo exercício dos respectivos direitos bem como o acesso a suas fontes em nível nacional e regional, apoiando e incentivando a produção, a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Parágrafo único - É dever do Estado proteger e estimular as manifestações culturais dos diferentes grupos étnicos formadores da sociedade rio-grandense.

Art. 221 - Constituem direitos culturais garantidos pelo Estado:

I - a liberdade de criação e expressão artísticas;

II - o acesso à educação artística e ao desenvolvimento da criatividade, principalmente nos estabelecimentos de ensino, nas escolas de arte, nos centros culturais e espaços de associações de bairros;

III - o amplo acesso a todas as formas de expressão cultural, das populares às eruditas e das regionais às universais;

IV - o apoio e incentivo à produção, difusão e circulação dos bens culturais;

V - o acesso ao patrimônio cultural do Estado, entendendo-se como tal o patrimônio natural e os bens de natureza material e imaterial portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade rio-grandense, incluindo-se entre esses bens:

a) as formas de expressão;

b) os modos de fazer, criar e viver;

c) as criações artísticas, científicas e tecnológicas;

d) as obras, objetos, monumentos naturais e paisagens, documentos, edificações e demais espaços públicos e privados destinados às manifestações políticas, artísticas e culturais;

e) ~~os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, científico e ecológico.*~~

e) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, científico e ecológico.

* NR dada pela [Emenda Constitucional nº 36](#), de 12/12/03.

Parágrafo único - Cabem à administração pública do Estado a gestão da documentação governamental e as providências para franquear-lhe a consulta.

Art. 222 - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamentos, desapropriações e outras formas de acautelamento e preservação.

§ 1º - Os proprietários de bens de qualquer natureza tombados pelo Estado receberão incentivos para preservá-los e conservá-los, conforme definido em lei.

§ 2º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 3º - As instituições públicas estaduais ocuparão preferentemente prédios tombados, desde que não haja ofensa a sua preservação.

Art. 223 - O Estado e os Municípios manterão, sob orientação técnica do primeiro, cadastro atualizado do patrimônio histórico e do acervo cultural, público e privado.

~~Parágrafo único - Os planos diretores municipais disporão, necessariamente, sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural.~~

* Parágrafo único - Os planos diretores e as diretrizes gerais de ocupação dos territórios municipais disporão, necessariamente, sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural.

* NR dada pela [Emenda Constitucional nº 45](#), de 12/08/04.

ANEXO 3 – Emenda Constitucional que altera parte do texto do anexo 2. disponível em <http://www.al.rs.gov.br/prop/Legislacao/Constituicao/constituicao.htm#EC36>. Acesso em 06 de janeiro de 2006.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 36

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nos termos do inciso X do art. 53 da Constituição do Estado e parágrafo único do art. 203 do Regimento Interno, promulga a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º - A alínea “e” do inciso V do art. 221 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 221 -

.....”

e) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, científico e ecológico.
.....”

Art. 2º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado, em Porto Alegre, 12 de dezembro de 2003.

Deputado Vilson Covatti,
Presidente.

Deputado Márcio Biolchi,
2ª Vice-Presidente.

Deputado Manoel Maria,
2º Secretário.

Deputado Paulo Brum,
3º Secretário.

Deputado César Busatto,
4º Secretário.

(Publicada no D.O. de 17/12/03.)

ANEXO 4 – Emenda Constitucional que altera parte do texto do anexo 2. Disponível em <http://www.al.rs.gov.br/prop/Legislacao/Constituicao/constituicao.htm#EC45>. Acesso em 06 de janeiro de 2006.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nos termos do inciso X do art. 53 da Constituição do Estado e parágrafo único do art. 203 do Regimento Interno, promulga a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º - O parágrafo único do art. 223 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único - Os planos diretores e as diretrizes gerais de ocupação dos territórios municipais disporão, necessariamente, sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural.”

Art. 2º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor 1 (um) ano após sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2004.

Deputado Vieira da Cunha,
Presidente.

Deputado João Fischer,
1º Vice-Presidente.

Deputado Manoel Maria,
2º Vice-Presidente.

Deputado Luis Fernando Schmidt,
1º Secretário.

Deputado Sanchotene Felice,
3º Secretário.

Deputado César Busatto
4º Secretário.

(Publicada no D.O. de 12/08/04.)

ANEXO 5 – LEVANTAMENTO PERCEPTIVO

Percurso 1 – rua Andrade Neves

	LATERAL ESQUERDA	FRONTAL	LATERAL DIREITA
ESTACÃO 1			
	Preparação mirante -	Direcionamento (rua) Realce (torre BrTeleCom)	Direcionamento (árvores) -
ESTACÃO 2			
	Amplidão (obra sem tapume em contraponto às demais edificações construídas no alinhamento).	Direcionamento (rua) Realce (torre BrTeleCom)	- -
ESTACÃO 3	-		
	-	Direcionamento	Alargamento
	-	-	Realce (torre BrTeleCom) Direcionamento

E S T A Ç Ã O 4			
	Amplidão –	Direcionamento Alargamento lateral	Realce (torre BrTeleCom) –
E S T A Ç Ã O 5			
	Direcionamento Amplidão	Emolduramento Direcionamento	Direcionamento Realce (prefeitura)
E S T A Ç Ã O 6			
	Direcionamento Amplidão	Direcionamento –	Preparação p/ mirante Alargamento (terreno vazio)
E S T A Ç Ã O			–
	Amplidão	Alargamento lateral	–

E
S
T
A
Ç
Ã
O

8



Amplidão

—



Amplidão

—



Amplidão

Realce (torre Igreja São João)

Percurso 2 – rua General Osório

	LATERAL ESQUERDA	FRONTAL	LATERAL DIREITA
ESTACÇÃO 1			–
	Realce (Supermerc. Imec) –	Amplidão Direcionamento	– –
ESTACÇÃO 2			
	Direcionamento	Emolduramento (árvores)	Realce (prédio branco)
ESTACÇÃO 3			–
	Direcionamento	Emolduramento (árvores)	–
ESTACÇÃO 4			
	Visual fechada –	Direcionamento Alargamento lateral	Direcionamento –

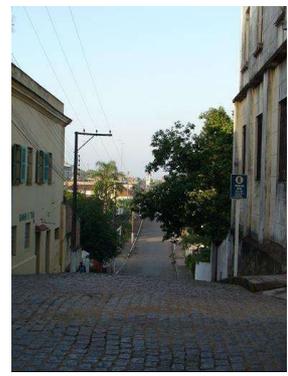
E S T A Ç Ã O 5			-
	Alargamento	Direcionamento	-
	Direcionamento	Alargamento	-
E S T A Ç Ã O 6	-		
	-	Mirante	Visual fechada
	-	Amplidão	Direcionamento
E S T A Ç Ã O 7	-		-
	-	Amplidão	-
	-	Realce (Estação Férrea)	-
E S T A Ç Ã O 8			-
	Amplidão	Amplidão	-
	Realce (Estação Férrea)	Realce (caixa d'água)	-

Percurso 3 – ruas Senhor dos Passos e Dr. João Pessoa

	LATERAL ESQUERDA	FRONTAL	LATERAL DIREITA
ESTACÃO 1	-		
	-	Envolvimento (árvores) -	Alargamento (rua) Mirante
ESTACÃO 2	-		-
	-	Alargamento lateral	-
ESTACÃO 3			
	Direcionamento Realce (torre Igreja São João)	Direcionamento -	Amplidão -
ESTACÃO 4	-		-
	-	Emolduramento Alargamento lateral	-

E S T A Ç Ã O 5		-	
	Emoldramento (árvores) Envolvimento (árvores)	- -	Amplidão (ruas) -
E S T A Ç Ã O 6	-		-
	-	Envolvimento (toldo)	-
E S T A Ç Ã O 7	-		
	-	Realce (torre BrTeleCom) Alargamento lateral	Mirante (terreno baldio) -
E S T A Ç Ã O 8			-
	Amplidão -	Alargamento lateral Realce (torre BrTeleCom)	- -

E
S
T
A
Ç
Ã
O
9



Visual fechada	Realce (torre BrTeleCom)	Direcionamento
Direcionamento	Direcionamento	Realce (torre Igreja São João)
-	Visual fechada	-

Percurso 4 – rua Almirante Alexandrino e praça São Francisco

	LATERAL ESQUERDA	FRONTAL	LATERAL DIREITA
ESTACÃO 1			
	Amplidão Destaque (Igreja Metodista)	Alargamento lateral –	Visual fechada –
ESTACÃO 2			
	Realce (torre BrTeleCom) Amplidão	Direcionamento Alargamento lateral	Emolduramento –
ESTACÃO 3			
	Amplidão Realce (antena celular e prédio em altura)	Visual fechada Destaque (Igreja São Francisco e caixa d'água)	Amplidão –

E S T A Ç Ã O 4			
	Preparação mirante Amplidão	Preparação mirante Realce (Cap. São Francisco)	Direcionamento Realce (chaminé)
E S T A Ç Ã O 5			—
	Amplidão Realce (escadaria no passeio)	Alargamento lateral Direcionamento	— —
E S T A Ç Ã O 6			
	Amplidão Realce (escada passeio/calçada)	Direcionamento Visual fechada Realce (chaminé)	Amplidão Direcionamento —
E S T A Ç Ã O 7			
	Alargamento —	Alargamento lateral Amplidão	Visual fechada —

E S T A Ç Ã O 8			
	Estreitamento (passeio) Amplidão (recoo frontal)	Visual fechada Emolduramento (árvores)	Visual fechada Realce (torre Igreja Matriz)
E S T A Ç Ã O 9			
	Direcionamento -	Impedimento -	Direcionamento Visual fechada

Percurso 5 – ruas da Ladeira e Júlio de Castilhos e Forte

	LATERAL ESQUERDA	FRONTAL	LATERAL DIREITA
E S T A Ç Ã O 1	–		–
	–	Realce (Matriz)	–
	–	Visual Fechada	–
	–	Direcionamento	–
	–	Amplidão	–
E S T A Ç Ã O 2			–
	Alargamento (recuo)	Realce (Matriz)	–
	–	Visual Fechada	–
	–	Direcionamento	–
	–	Amplidão	–
E S T A Ç Ã O 3			–
	Alargamento (rua)	Direcionamento	–
	–		

E S T A Ç Ã O 4			
	–	Emolduramento	Direcionamento
	–	–	Impedimento (brigada)
E S T A Ç Ã O 5			
	–	Amplidão (praça)	Direcionamento
	–	–	Amplidão (praça)
E S T A Ç Ã O 6			
	Visual Fechada	Alargamento (Matriz e pça)	Amplidão (praça)
E S T A Ç Ã O 7			
	Visual fechada	Alargamento lateral	Amplidão
	–	Emolduramento (árvores)	

E S T A Ç Ã O 8			
	Direcionamento –	Direcionamento Alargamento lateral	Amplidão –
E S T A Ç Ã O 9			–
	Direcionamento Visual fechada	Visual fechada –	–
E S T A Ç Ã O 10			
	Direcionamento Visual fechada	Visual fechada –	Visual fechada Impedimento
E S T A Ç Ã O 11		–	–
	Amplidão	–	–

E S T A Ç Ã O 1 2		-	
	Direcionamento Amplidão	- -	Direcionamento Amplidão

E S T A Ç Ã O 1 3			
	Direcionamento	Direcionamento	Direcionamento